

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

RAIMUNDO CAMPOS CASTRO JÚNIOR

**NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NA BOLÍVIA: da guerra da água à guerra
do gás (2003-2005)**

São Luís
2014

RAIMUNDO CAMPOS CASTRO JÚNIOR

**NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NA BOLÍVIA: da Guerra da Água à
Guerra do Gás (2003-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Franci Gomes Cardoso

São Luís
2014

RAIMUNDO CAMPOS CASTRO JÚNIOR

NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NA BOLÍVIA: da guerra da água à guerra do gás (2003-2005)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovado em: ___ / ___ / 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Franci Gomes Cardoso – UFMA (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Zulene Muniz Barbosa - UEMA (Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Ilse Gomes Silva - UFMA (Examinadora)

CASTRO JÚNIOR, Raimundo Campos

Neoliberalismo e lutas sociais na Bolívia: da guerra da água à guerra do gás (2003-2005) /Raimundo Campos Castro Júnior. São Luís, 2014.
168 folhas.

Impresso por computador (fotocópia)
Orientador: Franci Gomes Cardoso
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2014.

1. Lutas Sociais – Bolívia 2. Neoliberalismo 3. Nacionalização 4. Imperialismo
5. Revolução

I. Título

CDU: 316.482.3 (84)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua Graça, seu favor e pelos milagres realizados na minha vida.

À minha família, em especial minha mãe, que conseguiu criar dois filhos de forma subempregada e subcontratada, lutando contra o machismo e opressão no lar, frutos de uma sociedade desequilibrada. À minha sobrinha Ingrid, que tive que apartar o convívio por muitos finais de semana. Agradeço a Deus por poder conviver com vocês.

À Franci Gomes, minha orientadora, que sem sua compreensão elevada, paciência, incentivo, sugestões, contribuições e muitas outras coisas não teria conseguido terminar este trabalho. Desculpe por tudo professora e muito obrigado!

Às professoras Ilse Gomes e Zulene Muniz pelas sugestões desde a qualificação do projeto de pesquisa, que foram importantes nesta elaboração e principalmente por terem se dedicado em um espaço curto de tempo para que eu pudesse terminar o trabalho.

Aos professores do Programa de Políticas Públicas, em especial àqueles que têm dedicado uma postura crítica do conhecimento. Por defenderem um conhecimento visando à transformação social: Flávio de Bezerra Farias pelas inúmeras conversas, Joana Coutinho, Josefa Batista, Salviana Pastori pela grande ajuda na escolha do orientador. Aos colegas de trabalho técnico administrativos: Izabel, Augusto e até o “malandro” Edson; a Júlio da Xerox.

À Petra Fernanda, pela amizade e companheirismo durante a elaboração desta dissertação. Aos meus melhores amigos Jorge Luís e Érica Márcia. Aos amigos João, Thayane, Antônio Carlos, William Washington, Arnaldo, Marcelo Araújo, que me ajudou na elaboração do projeto para seleção, e a todo o NEPS. Aos colegas de turma do Mestrado: Liliana Gracie, Amilton, Ramon e Thiago.

Aos companheiros revolucionários socialistas e aos reformistas também (temos que saber conviver com eles) que travaram lutas comigo desde o movimento estudantil e agora no sindical: Jurandir Amorim, Baltazar Macaíba, Hugo Ariel, Edson Botelho, Maysa Ramos, Paulo de Tarso, Herbeth, Augusto Vaz, Jonadabe Gondim, também conhecido como fura greve. Valeu companheirada!

[...] “Los requisitos previos objetivos para a revolução proletária no solo han madurado; empiezan a pudrirse un poco. Sin uma revolución socialista, y además en el período histórico inmediato, toda la civilización humana está amenazada por una catástrofe”. (León Trotsky)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O CONTEXTO SOCIAL BOLIVIANO	19
1.1.A Revolução de 1952 e a constituição do modelo nacional- desenvolvimentista	19
1.2- Neoliberalismo: o reforço do domínio capitalista.....	23
1.3 - A invasão neoliberal: o ajuste estrutural e a Nova Política Econômica (NPE)	31
1.4 – A economia boliviana antes do neoliberalismo.....	33
1.5 – A Nova Política Econômica (NPE) e o Decreto Supremo 21060.....	36
1.5.1 – Os Impactos da NPE: 1985-1993.....	41
1.5.2 – Cocaína, contrabando e economia informal.....	43
1.5.3 – A fragilização da COB.....	45
2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTI-SISTÊMICOS NA BOLÍVIA	49
2.1 - Os movimentos sociais em questão.....	49
2.2 - O movimento Cocalero.....	57
2.3 - A Guerra da Água em Cochabamba: “O prelúdio da Guerra do Gás”... 2.3.1 – A Batalha Final.....	73 82
3 – A GUERRA DO GÁS	88
3.1 – Imperialismo x Nacionalismo.....	88
3.2 – A Política de Privatização na América Latina..... 3.2.1 - Capitalização: Privatização ao estilo boliviano.....	95 100
3.3 – Os recursos naturais da Bolívia: Da Prata ao Gás.....	105
3.4 – Estoura a rebelião..... 3.4.1 – El Alto en pie nunca de rodillas!.....	108 119
3.5 – A queda de Carlos Mesa.....	132
3.6 – Avanços e retrocessos no governo Morales.....	137
3.7 – A revolução proletária e o caráter do Estado.....	141
3.8 – Bolívia e a dualidade de poderes.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	159

RESUMO

Discussão sobre as lutas sociais na Bolívia, durante a Guerra da Água e Guerra do Gás, em um contexto de revolta social generalizada. Buscamos compreender a conjuntura social do país, a partir da reestruturação econômica sob as diretrizes neoliberais. Apresenta-se uma abordagem histórico-social a fim de revelar os atores sociais envolvidos: seus anseios, suas contradições; o desenvolvimento das organizações de luta das classes exploradas e o processo de luta e resistência que revigora um nacionalismo de cunho anti-imperialista. Destaca-se o surgimento e estrutura político-ideológica das principais organizações que foram protagonistas na deposição de dois presidentes no espaço temporal pertencente a este trabalho, em especial o proletariado de El Alto e os *cocaleros*, que desenvolveram uma luta pela defesa dos seus valores étnico-culturais unido às suas demandas classistas. O estudo fundamenta-se numa abordagem materialista-histórica, que insere a Bolívia em um contexto de dominação imperialista mundial e como a luta pela nacionalização dos recursos naturais do país, protagonizada pelas classes exploradas, pôde abrir um novo ciclo de lutas sociais, resultando em profundas mudanças sociopolíticas, a partir deste processo.

Palavras-chave: Lutas sociais – Bolívia; Neoliberalismo; Nacionalização; Imperialismo; Revolução.

ABSTRACT

This dissertation discusses the social struggles in Bolivia, during the Water War and the Gas War, in a context of widespread social unrest. We seek to understand the social context of the country, from the neoliberal economic restructuring. We present a socio-historical approach to reveal the social actors involved: their desires, their contradictions; the development of the struggle of the exploited class organizations and the process of struggle and resistance that invigorates an anti-imperialist nationalism imprint. Include the emergence and political-ideological structure of the main organizations who participated in the overthrow of two presidents in the timeline pertaining to this work, especially the proletariat of El Alto and the coca growers, who developed a fight to defend their ethnic-cultural values attached to their demands classist. The study is based on a historical-materialist approach, which inserts Bolivia in a context of global imperialist domination and how the struggle for nationalization of natural resources of the country, led by the exploited classes, could open a new cycle of social struggles, resulting in profound socio-political changes, from this process.

Keywords: Social struggles - Bolivia; Neoliberalism; Nationalization; Imperialism; Revolution.

Lista de Siglas

CEDIB	Centro de Documentação e Informação Boliviana
COB	Central Obrera Boliviana
COMIBOL	Corporação Mineira de Bolívia
CONDEPA	Consciência de Patria
COR	Central Obrera Regional
CSTUCB	Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Bolívia
EE	Empresas Estatais
EUA	Estados Unidos da América
FEJUVE	Federação de Juntas Vecinales
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSTMB	Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros de Bolívia
IFI	Instituição Financeira Internacional
MAS	Movimento ao Socialismo
MIP	Movimiento Indígena Pachakuti
MIR	Movimento de "Izquierda" Revolucionária
MNR	Movimentos Nacionalista Revolucionário
NPE	Nova Política Econômica
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização da Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIR	Partido da "Izquierda" Revolucionária
POR	Partido Obrero Revolucionário
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

INTRODUÇÃO

A crise econômica mundial provoca convulsões sociais em vários lugares do planeta. A burguesia tem lançado uma ofensiva para descarregar sobre a classe trabalhadora e os explorados de todo o mundo os custos de sua crise, mediante uma multiplicada superexploração, desemprego em massa, carestia da vida e miséria generalizadas. Assim, exacerbam-se as condições da época imperialista de crises, guerras e revoluções.

Estão na ordem do dia o acionar da “frente popular”¹ (regimes de colaboração de classe), o fascismo, as intervenções contrarrevolucionárias e novas guerras de rapina impulsionadas pelas potências imperialistas cujas disputas pelas zonas de influência - isto é, pelas fontes de matéria prima, mão de obra barata e os mercados aprofundam-se a níveis extremos.

Hoje em Bolívia, concentram-se essas novas condições internacionais geradas pelos golpes da quebra aberta do sistema capitalista imperialista mundial, em específico a falência do modelo econômico neoliberal.

Bolívia concentra também as profundas disputas interimperialistas que se intensificam com a crise insolúvel que se estende desde os anos 1970. Podemos notar que a América Latina já não é mais o “pátio traseiro” exclusivo do imperialismo ianque. Os imperialistas franceses, alemães, espanhóis, japoneses etc., intensificaram seus domínios principalmente após a década de 1990 (PETRAS, 2002). Essa disputa tem sua expressão na Bolívia no contexto do governo de colaboração de classes de Evo Morales que está diretamente apoiado por multinacionais como a francesa Totalfina – não esqueçamos que Garcia Linera, atual vice-presidente, foi durante vários anos diretor executivo desta empresa – enquanto que a burguesia da Meia-Lua está respaldada pelo imperialismo anglo-americano (NOVAK, 2009).

Além das disputas imperialistas por recursos naturais, estamos diante de um processo de reestruturação do capital em busca da recomposição das taxas de lucro, através de uma forte intervenção estatal – o que se convencionou chamar de *neoliberalismo*. Uma ofensiva das classes capitalistas na tentativa de destruir todos

¹ Uma coalizão do partido operário com a burguesia. Tal coalizão estende-se ao Parlamento, onde o proletariado perde sua autonomia de ação, limitando-se ao chamado programa mínimo, enquanto os interesses do capital são mantidos pelo governo. *Trotsky, 1996*.

os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores desde o legado da *revolução de outubro* até o segundo pós-guerra.

Segundo Goggiola (1996), não existe uma ordenada ofensiva econômica, política e ideológica neoliberal, que expressaria o surgimento de um “novo” e irresistível capitalismo contra o qual só poderíamos opor um programa mínimo (“democracia”), mas um conjunto de medidas empíricas destinadas a descarregar a mais profunda crise do capitalismo sobre os trabalhadores. Políticas que expressam a própria crise institucional do sistema capitalista, e contra as quais deve-se defender não apenas os direitos sociais e políticos adquiridos, mas a perspectiva e o programa da revolução socialista como única alternativa realista e viável contra a catástrofe social provocada cotidianamente pelo domínio do capital.

Portanto, todo o pacote de privatizações, desemprego, fechamento de indústrias, bloqueios à produção, destruição dos serviços públicos, arrocho salarial veiculam o método fundamental do capitalismo para sair da sua crise e reconstituir suas margens de lucro. Essa política exprime uma necessidade orgânica do capitalismo em período de crise. Na América Latina, essas diretrizes tiveram por objetivo a reconcentração de riqueza das classe dominantes e um alinhamento político-econômico aos interesses imperialista em recolonizar o subcontinente. Daí, o apela tão comum às privatizações. De todos os países latino-americanos que sofreram com tal política, na Bolívia, as privatizações das EE e o fechamento das minas estatais tiveram um dos efeitos sociais mais devastadores e destrutivos de todo o mundo.

Porém, esse ataque das classes exploradoras não se dá sem reação dos explorados. O destino da crise capitalista decide-se no cenário da luta de classes mundial. As medidas tomadas em nosso continente de forma generalizada a partir da década de 1990 não eliminaram as contradições como proclamavam os profetas do fim da luta de classes e do socialismo; ao contrário, acentuou-as. Provocou a união de setores sociais em luta pelo poder. Abriu-se um novo período de lutas sociais por todo o continente, principalmente na primeira década deste século.

A introdução das políticas neoliberais nos países capitalistas centrais e periféricos atingiu, ainda que de formas e intensidades diferenciadas, a capacidade organizativa e de resistência dos movimentos sociais e sindicais, numa clara tentativa de dispersar os confrontos e estabelecer uma nova correlação de forças. O movimento operário se viu diante de uma ofensiva política que desestruturou

conquistas históricas da classe trabalhadora e deparou-se, em meio aos seus limites para formular uma contra-ofensiva de grande envergadura, com o descrédito presente em parte das interpretações elaboradas no campo das ciências humanas, a respeito do seu papel político. Para estas análises as mudanças em curso no capitalismo e a sua inevitabilidade indicavam o anacronismo de lutas políticas pautadas em uma perspectiva de classe e da existência de uma contradição estrutural como articuladora dos enfrentamentos sociais.

No entanto, apesar do enfraquecimento das lutas sociais principalmente no plano sindical, novas formas de organização surgiram em reação ao neoliberalismo, conformando novos espaços de luta e de embate político, como é o caso dos movimentos de sub-empregados, desempregados, trabalhadores informais, precários, contratados, etc. El Alto de La Paz representa bem esta configuração de mecanismos de auto-gestão para a luta antissistêmica. Estes correspondem a um dos exemplos de mobilização que se configurou na conjuntura atual, tendo como base social trabalhadores provenientes de diferentes ramos de atividades atingidos pelo desemprego ou com uma trajetória profissional caracterizada pela permanência em subempregos, como até mesmo pela ausência de qualquer experiência prévia no mercado de trabalho formal. Na Bolívia, conglomerou-se este tipo de movimento em levantes espontâneos com as demandas dos movimentos cocaleros e de ordem étnico-culturais reconfigurado para a luta, a partir da década de 1990.

Várias medidas introduzidas ao longo dos últimos trinta anos contribuíram com o aumento do desemprego: inovações gerenciais e tecnológicas, externalização da produção, subcontratação, flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, privatização de empresas e serviços públicos, redução dos investimentos nas áreas sociais, entre outras. Em seu conjunto tais medidas repercutiram de modo negativo sobre o conjunto dos trabalhadores, seja por ter intensificado as formas de exploração, inclusive pela precarização das condições e relações de trabalho, como por ter impedido a própria reprodução de uma parcela significativa da população economicamente ativa.

Quando observamos as lutas sociais ocorridas nos anos 1990 e 2000, podemos constatar o protagonismo de alguns movimentos populares que enfrentaram governos eleitos em seus respectivos países contra a implantação de

tais políticas *neoliberais*. Pode-se dizer que da Patagônia argentina ao México, eclodiram lutas populares contra essas antipopulares políticas.

Percebemos as revoltas populares na Argentina (2001) e Bolívia (2003-2005) como o apogeu das lutas anti-neoliberais e antissistêmicas na história recente da América do Sul. No primeiro caso, encontrou-se em avançado estado de decomposição das formações políticas específicas: o radicalismo, o peronismo, a terceira via centro-esquerdista, que se pintou a si mesma de progressista quando se assimilou à reação conservadora. O grito: *!Que se vayan todos!*, entoado pela população insurreta em dezembro de 2001, significou a total descrença das massas argentinas no regime burguês: em sua “democracia liberal parlamentar”.

No caso boliviano tivemos um ciclo de protestos, que envolveu organizações sindicais, indígenas e de bairro, provocando a queda dos presidentes Goni e Mesa (2003-2005). Tal movimento lutava contra os efeitos da política neoliberal tais como: o aumento das tarifas do serviço público (principalmente a água) e a desnacionalização da economia, que culminou com o controle transnacional dos hidrocarbonetos.

As rebeliões (principalmente camponesas) tiveram sempre um traço marcante na história boliviana, sofrendo ao longo dos séculos XX e XXI importantes modificações em suas características sociais e políticas. Estas modificações relacionam-se às novas imposições do capitalismo imperialista sobre a economia do país, introduzindo pressões econômicas e sociais de nova envergadura sobre as relações políticas internas.

Tais reformas não melhoraram a existência das massas camponesas, que continuam na miséria com a renda anual por habitante mais baixa da América do Sul. A privatização das minas estatais, pelo contrário, contribuiu para fortalecer o movimento camponês e sua articulação com o movimento sindical, já que mineiros tornaram-se camponeses após terem sido “desalojados das minas estatais privatizadas entre 1985 e 1988”. Também contribuiu para reativar o nacionalismo indígena, contra as transnacionais que adquiriram as empresas privatizadas.

A deterioração do padrão de vida de grande parcela da população boliviana impulsionou a ascensão de movimentos populares sob a bandeira da nacionalização dos hidrocarbonetos, contra a privatização dos serviços de fornecimento de água e pela implementação de uma Assembleia Constituinte.

Mobilizações essas que levaram à crise do sistema político boliviano e dos partidos que lhe davam sustentação.

Portanto, estudar as lutas sociais neste de capitalismo dependente pode possibilitar-nos a compreensão de que a época de crises, guerras e revoluções no sistema capitalista não está superada. A barbárie social a que são levados os povos que têm suas riquezas saqueadas para sustentar a voracidade e a ganância dos monopólios imperialistas, chega a um nível que se torna insustentável. As massas proletárias empobrecidas tentam mudar seus destinos e partem para um confronto direto contra seus opressores, buscando condições de existência mais dignas. *“A característica mais incontestável da revolução é a intervenção direta das massas nos acontecimentos históricos [...] é, para nós, inicialmente, a narrativa de uma irrupção violenta das classes exploradas nos domínios onde se desenrolam seus próprios destinos”* (TROTSKY, 1978, p. 15).

A Bolívia representa um exemplo de país com grandes riquezas naturais, cuja maioria da população vive na pobreza e em péssimas condições de vida. Ao mesmo tempo tem sido a história de um povo que não se cansa de lutar contra a exploração estrangeira e que em determinados momentos tem se insurgido contra esta situação (1952-1978). As jornadas de outubro de 2003 e de maio-junho de 2005 não seriam parte desta ontologia revolucionária deste povo rebelde? Nesta pesquisa, abrimos espaço para a reflexão sobre a sólida democracia de base boliviana ressurgida nos anos 90, provocando a perda de hegemonia da classe dominante neste país. O processo de formação das assembleias populares, o confronto com os aparelhos de repressão do Estado, a aliança operária (El Alto) – camponesa (cocaleros) e a luta pela nacionalização dos recursos naturais formam o universo de análise deste trabalho.

Para expor esta discussão estruturamos o texto em três capítulos. No primeiro capítulo tratamos do contexto histórico e da constituição dos elementos do chamado modelo nacional-desenvolvimentista no país que se deu após a “revolução de 1952”. Muitos destes “personagens” serão modificados no período neoliberal, e tal reconfiguração foi decisiva para a ascensão dos “novos movimentos sociais” no país. Destacamos o surgimento da COB, COMIBOL, FSTMB, o governo do MNR e a luta do POR. Abordamos os aspectos teóricos do neoliberalismo, sua implementação na Bolívia através da Nova Política Econômica (NPE), bem como os impactos sócio-econômicos desta política.

No segundo capítulo, levantamos um debate teórico sobre os “movimentos sociais” e os “novos movimentos sociais”, baseado na concepção de que tais “novos movimentos” não estão dissociados de uma luta anti-sistêmica, pois por mais que em alguns aspectos sejam reflexo de lutas não-classistas, seu triunfo político passa necessariamente pela união de suas demandas com as do proletariado². Destacamos o surgimento e a composição social do *movimento cocalero*, um dos principais do país, o qual teve forte protagonismo nos processos de lutas sociais recentes no país, chegando a ter um de seus dirigentes eleito presidente da República. A Guerra da Água e a Coordenadoria da água compõe esta parte do trabalho. É um dos principais eventos políticos do país, uma vitória contra a medida neoliberal de privatizar o abastecimento de água em Cochabamba. Entrevistamos alguns personagens envolvidos neste conflito que resultou na extinção do contrato com um consórcio privado que pretendia usurpar a “sagrada água” dos Andes.

No terceiro capítulo traçamos o histórico do processo de privatização dos recursos minerais da Bolívia (os hidrocarbonetos). Levantamos um debate sobre a questão imperialista e como este tipo de opressão às nações periféricas resulta em resistências nacionalistas (um tipo de nacionalismo progressista das nações oprimidas) na luta por sua auto-determinação político-econômica. Este nacionalismo transcende às fronteiras nacionais e abre espaço para o tema do internacionalismo proletário. A Guerra do Gás, o principal acontecimento de levante social no país, no período de análise do trabalho, foi uma revolta contra a venda do petróleo e gás bolivianos às empresas transnacionais do ramo. O país mobilizou-se pela “estatização” destes recursos, os quais deveriam servir ao povo como um todo, para fomentar o “desenvolvimento nacional”. Neste episódio de mobilização nacional, constatamos em nossa pesquisa de campo, uma abertura de um processo revolucionário no país, o que Valério Arcary denomina: “situação revolucionária”. Nem todo levante potencialmente revolucionário das massas resulta na tomada do poder de Estado pela classe trabalhadora. Na Bolívia, esta disputa foi acirrada e a burguesia encontrou na “conciliação de classe” o regime necessário para abortar o “ascenso revolucionário” no país. Destacamos o papel de vanguarda dos moradores

² Compreendemos esta categoria como a classe que vive do trabalho e não apenas o operariado industrial. Neste sentido, incluem-se camponeses, o proletariado agrícola, trabalhadores urbanos desempregados e sub-empregados, etc.

de El Alto, cidade vizinha a La Paz (sua porta de entrada). Houve uma aliança entre o proletariado alteño com os cocaleros na demanda comum de nacionalização dos hidrocarbonetos. Daí, as outras cidades como Cochabamba, Oruro e Santa Cruz de la Sierra também tiveram fortes mobilizações com interdições de ruas e das estradas. O país ficou paralisado por várias semanas e a população não voltava para suas casas. O saldo além de mortos e feridos foi a derrubada de dois presidentes e a configuração de profundas mudanças sociais que iniciaram a partir deste ciclo de lutas dos anos 2003 a 2005. Por fim, traçamos um breve resumo do governo Morales, que foi o resultado político destas mobilizações. Não temos a intenção neste estudo de aprofundar este assunto. Tratamos aqui apenas como referência aos seus avanços e retrocessos políticos e como forma de mostrar a atual conjuntura política boliviana com novos personagens e contradições.

Partindo dessa caracterização geral, desenvolvemos na Bolívia uma pesquisa de campo em novembro de 2012, com a finalidade de conhecer experiências de mobilização e entrevistar as principais lideranças ou quadros intermediários das organizações dos trabalhadores e estudantes. A dificuldade que encontramos inicialmente para estabelecer contato com os principais movimentos e o tempo despendido na busca por contatos nos impediu de contemplar nas entrevistas uma variedade maior de sujeitos envolvidos em distintas organizações de luta.

Embora na ocasião da nossa chegada no país não tivéssemos o contato de nenhum movimento e os conhecêssemos somente pela literatura, ao final da nossa estadia tínhamos conhecido e entrevistado os porta-vozes ou integrantes de quatro movimentos dentre aqueles considerados os mais expressivos: o presidente do diretório estudantil da Universidad Mayor de San Simón, em Cochabamba; uma das principais dirigentes da Coordinadora da Água, que inclusive lutou na Guerra da Água; um membro da FEJUVE e um trabalhador autônomo de El Alto; um dirigente da COB de La Paz.

Coletamos materiais bibliográficos, jornais e entrevistas com personagens envolvidos nos processos que formam o objeto de nosso estudo. As bibliotecas públicas da Universidad Mayor de San Simón, em Cochabamba e da Universidad Mayor de San Andrés, em La Paz nos forneceram um ótimo acervo para pesquisa. As entrevistas (semi-estruturadas e não estruturadas) foram realizadas nas cidades de Cochabamba, La Paz e El Alto. O Centro de Documentação e Informação

Boliviana (CEDIB), em Cochabamba também nos forneceu um acervo documental e bibliográfico muito rico. A dinâmica das entrevistas foram elaboradas de acordo com o perfil do entrevistado. Alguns entrevistados ficavam mais a vontade com o tipo de entrevista não estruturada, tornando o ambiente mais confortável para os mesmos. Outros, podíamos avançar rumo a um padrão semi-estruturado na busca por respostas específicas.

Caminhando pelas ruas das principais cidades da Bolívia observamos um ambiente social que pouco mudou após a ascensão de Morales, no sentido do padrão de vida de suas massas trabalhadoras. O comércio informal é abundante nas ruas e calçadas das principais cidades, independente do bairro. A ausência de ônibus no transporte público (majoritariamente feito por meio de vãs, táxi e carros privados) deixa um clima de caos nas ruas, principalmente de La Paz. El Alto, o berço do levante popular espontâneo em 2003/2005 continua com péssima infraestrutura urbana, Instalações elétricas improvisadas, ruas não pavimentadas, contrastando com a linda paisagem ao fundo, com montanhas cobertas de gelo. O comércio informal é majoritariamente exercido pelas mulheres, que geralmente possuem maridos imigrantes na Argentina, Brasil e nas terras baixas do oriente, onde exercem muitas vezes trabalho semi-escravo e sempre precário.

As marcas de uma efervescência política recente também são notáveis nas ruas. Muitos muros pichados com frases de cunho político; dentre elas, a que mais chamou a atenção é: “El Alto en pie, nunca de rodillas”, na entrada de El Alto, frase esta que se tornou título de um subcapítulo do trabalho. Outras do tipo: “El Alto obrero e revolucionário”, “Evo cumple”, esta propaganda do MAS, referindo-se a nacionalização efetivada por Morales. As marcas dos levantes de 2003/2005 ainda são presentes nas paredes como forma de propaganda política: “Gás para los bolivianos”. Vale ressaltar que este cenário é particular das cidades do altiplano, em Santa Cruz de la Sierra parece outro país, outro mundo.

A pobreza e a difícil vida no altiplano estão estampadas nos rostos (queimados de sol e do vento frio) daquelas pessoas. Uma sociedade devastada pelas ganâncias dos monopólios imperialistas e pelo descaso de suas classes dominantes locais. A luta pela nacionalização dos recursos naturais uniu esse povo aguerrido, com forte poder de mobilização e organização de classe, e com uma disposição única para revoltas espontâneas. Este trabalho tem o objetivo de explicar o cotidiano destas mobilizações.

Tendo como objeto de estudo as lutas sociais na Bolívia em 2003/2005, tentamos compreender como esse processo se insere em um contexto de luta que atinge um âmbito nacional e que não está dissociado de um contexto global de dominação e exploração. Utilizamos para compor o caminho metodológico elaborações marxistas, que possibilitam entender a construção do movimento de assembleias populares, da luta pela nacionalização das riquezas naturais, conhecimento este compreendido como um fazer histórico, em processo constante de mudança e contradição.

Esses questionamentos efetuados, tendo como referência o método do *materialismo histórico e dialético*, oferecem-nos subsídios na tentativa de desvendar o real, uma vez que nos encaminham para compreender a sociedade capitalista em sua totalidade. “Somente no contexto que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do devir histórico) numa *totalidade*, se torna possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade [...] a totalidade concreta é a categoria fundamental da realidade” (Lukács, 1989), de acordo com a abordagem metodológica do materialismo histórico-dialético.

A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Segundo Lukács (1989, p. 67), no método dialético a rigidez dos conceitos (e dos objetos que lhes correspondem) é dissolvida, a dialética é um processo constante de passagem fluida de uma determinação para a outra; uma superação permanente dos contrários. Este modelo metodológico foi fundamental para compreendermos a dinâmica dos avanços e retrocessos das jornadas de luta em questão e do governo de Evo Morales. Toda revolução carrega consigo os germes de sua contra-revolução. A dinâmica da luta de classes não se dá em padrões evolutivos determinados naturalmente, mas numa intensa correlação de forças contrárias na tentativa de superação do todo.

1. O CONTEXTO SOCIAL BOLIVIANO

1.1- A Revolução de 1952 e a constituição do modelo nacional-desenvolvimentista

A Bolívia caracteriza-se por ser um país extremamente complexo, com uma história de constantes conflitos internos nas esferas político-sociais, onde a relação de classes, a consciência revolucionária, a clivagem socioeconômica, o caráter étnico de seu povo e a correlação de forças entre proletários, camponeses, governo e militares sempre demonstraram características singulares na América Latina e muitas vezes apresentaram-se, se não como condições, pelo menos como elementos catalisadores de revoltas e motivos para que fossem impulsionadas as mudanças necessárias em determinados períodos históricos (PERICÁS, 1997).

Segundo Silva (2010), a cena política boliviana esteve marcada pelo protagonismo das classes populares nos processos de resistências contra a exploração capitalista. A Bolívia já passou por aproximadamente 200 Golpes de Estado ou deposição de presidentes desde sua independência (1825) (TAVARES apud SILVA, 2010).

O sistema de trabalho que prevaleceu no período republicano até a revolução de 1952 era o da *pongueaje* – o trabalho (de origem colonial) pessoal, compulsório e gratuito que os indígenas eram obrigados a realizar para seus patrões nas fazendas (ANDRADE, 1998).

Os indígenas estavam privados de qualquer representação política. Antes, formalmente súditos tutelados da Coroa espanhola, sob a República, não preenchiam as condições materiais e intelectuais para integrar a nova ordem, censitária (os votantes compunham cerca de 5% dos adultos) e elitista. O índio iletrado e desprovido de capital e propriedades, não existia como “cidadão.”

A Bolívia, até 1952, era um país predominantemente rural, com um expressivo campesinato indígena, formada etnicamente por *quíchuas* e *aymaras*, em sua maioria. A população da Bolívia também era formada por povos de origem *guarani* no sudeste do país. Esta nação poderia ser vista como um exemplo clássico do sistema latifundiário latino-americano. As maiores e melhores porções de terra eram controladas por *terratenientes* que obtinham mão-de-obra barata indígena mediante um sistema de câmbios, em que os camponeses recebiam pequenas parcelas de terra para trabalhar em troca de serviços aos latifundiários, serviços no mais das vezes sem contratos trabalhistas e sem pagamentos (PERICÁS, 1997, p. 110).

A derrota boliviana frente ao Paraguai na guerra do Chaco (1932-1935) deu início a etapas de transformações políticas que culminaram com a Revolução de 1952 (o processo revolucionário mais importante de sua história). Iniciou-se, então, um longo período de crises e reformas, marcado pelo aumento da participação popular e por expansão de organizações políticas e sociais como partidos, sindicatos mineiros e uniões camponesas.

Durante as décadas de 1930-40 a vida institucional boliviana pode ser caracterizada por uma crise crescente das elites políticas tradicionais e um crescimento e fortalecimento das organizações operárias e da pequena burguesia nacionalista. A política desse período refletiu esta instabilidade cuja base era, de um lado, as fragilidades econômicas da burguesia intermediadora e, de outro, os passos vigorosos ainda que iniciais de um movimento de massas classista de operários e camponeses (Andrade, 1998). Os governos alternavam conservadorismo e nacionalismo populista de várias matizes. Destaca-se o modelo autoritário de governos militares nacionalistas como David Toro (1936-1937), Gérman Busch (1937-1939) e Guillermo Villaroel (1943-1946) (PERICÁS, 1997).

As duas principais correntes políticas de esquerda eram o POR (Partido Obrero Revolucionário) e o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). O primeiro fora fundado em 1934 na Argentina. Sob direção de Guillermo Lora, em 1946, conseguiu a aprovação pela Federação Mineira de Bolívia das “Teses de Pulacayo”, fato que evidenciava na América Latina, a aceitação oficial de um grupo de trabalhadores de peso das ideias da Revolução Permanente de Trotsky. O POR foi um dos partidos que mais penetrou e influenciou o movimento revolucionário boliviano no período (PERICÁS, 1997); O segundo criado em 1941, dirigido por Vitor Paz Estenssoro e Hernán Suazo, pretendia promover aliança de classes, era fortemente nacionalista, defendia o sufrágio universal e o anti-imperialismo. O discurso do MNR preconizava a aglutinação das classes sociais (classe média, mineiros e camponeses) em torno de seu projeto nacionalista, com mais conteúdo capitalista do que socialista (ANDRADE, 1998).

Segundo Andrade (1998), temos no proletariado mineiro o grupo politicamente mais consciente e organizado da Bolívia. Durante várias décadas, as minas de estanho eram propriedade de magnatas como Patiño, Aramayo e Hoshild. Esta “casta”, também denominada “rosca”, representava quase uma “classe” por si mesma. Num país onde não havia ocorrido a revolução democrático-burguesa, e

onde não havia nenhuma burguesia estruturada e forte o suficiente para impor um projeto para o país e, tampouco nem um campesinato e proletariado ainda em condições de fazer a revolução socialista, era o Estado que fazia o papel de classe social impulsionadora de projetos e mudanças.

Ainda nos anos 1940, quando ocorreu o primeiro esforço de articulação dos sindicatos, o movimento mineiro foi profundamente influenciado por concepções sócio-políticas leninistas e trotskistas transmitidas pelo contato com agremiações de esquerda radical (principalmente o POR – Partido Obrero Revolucionário) que proliferaram no período. Em 11 de julho de 1944, ocorreu a fundação da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), no distrito mineiro de Huanuni. Conceitos clássicos do marxismo científico de luta social, classe e materialismo histórico estão expressos no documento aprovado no Congresso Extraordinário da Federação Mineira de 1946 – *as Teses de Pulacayo* (LOWY, 2003).

As *teses de Pulacayo* tornar-se-ão um documento de referência central do movimento operário boliviano e continuam influenciando os sindicatos mineiros até os dias de hoje:

1 – O proletariado, mesmo na Bolívia, constitui a classe social revolucionária por excelência. Os trabalhadores das minas, o setor mais avançado e combativo do proletariado nacional, definem o sentido da luta da FSTMB.

2 – A Bolívia é um país capitalista atrasado. Na amálgama das mais diversas etapas de evolução econômica, predomina qualitativamente a exploração capitalista, e as outras formações econômico-sociais constituem herança de nosso passado histórico. Desta evidência provém o predomínio do proletariado na política nacional.

3 – Apesar de ser um país atrasado, a Bolívia é apenas um elo da corrente capitalista mundial. As particularidades nacionais representam uma combinação das características fundamentais da economia mundial.

4 – A particularidade boliviana é o fato de não ter surgido no cenário político uma burguesia capaz de acabar com o latifúndio e com outras formas econômicas pré-capitalistas; de realizar a unificação nacional e a libertação do jugo imperialista. Essas tarefas não-cumpridas são os objetivos democrático-burgueses que devem ser realizados inevitavelmente. Os problemas centrais dos países semicoloniais são: a revolução agrária, isto é, o fim da herança colonial e a independência nacional, ou seja, a libertação do jugo imperialista, tarefas estreitamente ligadas uma à outra.

6 – Os países atrasados vivem sob o signo da pressão imperialista, seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. O proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas demoburguesas com a luta por reivindicações socialistas. Ambas as etapas – a democrática e a socialista – “não estão separadas na luta por etapas históricas, mas surgem imediatamente uma da outra” (LOWY, 2003, p.178-179).

O documento identificava o operariado mineiro como a classe revolucionária por excelência destinada a conduzir na Bolívia a revolução democrática que a burguesia não teria sido capaz de realizar, a qual implicaria a liquidação do latifúndio e das outras formas econômicas pré-capitalistas de produção e a realização da unificação nacional, através da revolução socialista. As teses constituem ilustração do avanço da construção da identidade de classe no contexto da luta política (LOWY, 2003).

Em 1946, o governo “nacionalista” do coronel Villaroel foi derrubado por uma coalizão entre os setores conservadores ligados aos grandes mineradores e proprietários rurais. Nos anos seguintes houve uma severa repressão ao movimento sindical e camponês, polarizando radicalmente a vida política do país.

Depois de 6 anos de intensas lutas e então aliados com os camponeses, os trabalhadores das minas, em 9 de abril de 1952, conduzidos em uma aliança com o campesinato indígena, participaram da revolução contra o governo e exército bolivianos (ANDRADE 1998).

Em abril de 1952 explodiu uma insurreição popular encabeçada pelos mineiros. Foram descendo em direção a La Paz a partir dos bairros do entorno, armados com dinamite e dispostos a tudo, junto com suas mulheres e filhos. Lutaram por três dias até vencer. Tomaram o arsenal militar e em seguida a base aérea; conseguiram munições e resistiram ao bombardeio da cidade pelas Forças Armadas. Em Oruro, o principal centro mineiro do país, os trabalhadores tomaram a Região Militar e a Prefeitura. Em três dias o exército tinha desmoronado diante do poder das milícias armadas, operárias e camponesas que haviam se formado quase espontaneamente e dominavam a cidade e o país. (PETIT, Mercedes. Jornal El Socialista, La Paz, 26 de março de 2006).

Da participação unificada dos sindicatos mineiros e de outros sindicatos de trabalhadores urbanos na revolução surgiu a Central Obrera Boliviana (COB). Seu principal dirigente era Juan Lenchín. Estavam dadas as condições para que a COB assumisse formalmente o poder já que os operários, camponeses e suas milícias o tinham de fato. Mas a direção da organização optou por convocar o presidente recém-eleito Paz Estenssoro para assumir a presidência. O MNR obteve o apoio popular com posturas demagógicas e foi obrigado a adotar medidas que agradassem as suas bases, como a nacionalização das minas e a reforma agrária. A mobilização operária mineira continuou pressionando o novo governo até que fosse decretada a nacionalização de todas as minas.

No ano da revolução foi instaurado o sufrágio universal. Assim, os camponeses indígenas poderiam finalmente votar. Também ocorreu a nacionalização das minas, passando-as para a administração da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL)³, recentemente criada. Em 1953 foi feita a tão esperada reforma agrária. Pela lei deveria ser feita a distribuição de terras aos camponeses; deveria haver a devolução às comunidades indígenas das propriedades roubadas pelos *terratinentes*; os trabalhadores do campo não seriam remunerados legalmente; o estímulo à produção e comercialização de produtos agrícolas; incentivo à migração da população do altiplano até o sudeste da Bolívia e conservação dos recursos naturais (PERICÁS, 1997).

É nesse contexto que se configuram os atores fundamentais para a compreensão dos episódios recentes da história política boliviana. A COB, a FSTMB, o MNR, o POR, a COMIBOL etc. Analisar as contradições das lutas cotidianas na Bolívia através da compreensão do movimento real das classes de suas instituições. A luta indígena por seu reconhecimento e participação nas decisões políticas; os mineiros e seus sindicatos fortemente organizados por todo território lutando pela nacionalização dos recursos minerais ou deixando de fazê-lo; a articulação do movimento operário com o campesinato; as contradições políticas e ideológicas na disputa pela hegemonia entre as variadas correntes e partidos políticos; reforma ou revolução; nacionalismo (internacionalismo) x imperialismo.

1.2- Neoliberalismo: o reforço do domínio capitalista

Os fundadores do neoliberalismo demonstraram ter clareza da importância de um aparato conceitual como instrumento necessário para a conformação de novas práticas sociais e para o estabelecimento de uma nova ordem social, ainda que a aplicação prática do arcabouço teórico neoliberal tenha sido contraditória. Rejeitando os rumos tomados pelo capitalismo desde a crise de 1929 e o caráter “coletivista” (CRUZ, 2007) das políticas implementadas durante o pós-guerra, os formuladores do neoliberalismo mobilizaram os ideais políticos de liberdade e dignidade individual, que consideravam ameaçados, entre outros fatores,

³ Corporação Mineira de Bolívia foi criada mediante o Decreto Supremo 31196, de 02 de outubro de 1952. A criação da empresa foi uma antecipação à nacionalização das minas que se encontravam em poder dos barões do estanho. Fruto do modelo econômico instaurado a partir da revolução de 1952, a nova corporação assumiu a administração da indústria mineira no país em um processo de nacionalização dos recursos minerais.

pelo comunismo e pela descrença na propriedade privada e no mercado competitivo (HARVEY, 2008). O neoliberalismo representou então a contraposição a tais ameaças e configurou-se como um movimento intelectual, um modelo econômico-político e uma ideologia.

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento (HARVEY, 2008, p. 15).

O principal alvo de ataque dos formuladores do neoliberalismo era a intervenção estatal na economia, considerada um entrave para a liberdade individual dos cidadãos e para a competição criadora. Por isso, em sua formulação teórica o neoliberalismo recusou a intervenção do Estado em defesa do mercado como única instituição capaz de garantir o bem-estar geral da sociedade e reiterou os princípios do liberalismo econômico ao defender a liberdade econômica, a concorrência e a soberania do consumidor (BOITO JR, 1999; CRUZ, 2007). A liberdade individual referia-se à ausência de qualquer impeditivo às iniciativas e tomadas de decisão dos agentes na esfera do mercado, pois sem nenhum tipo de entrave, a concorrência entre eles seria estimulada, levando-os a oferecer melhores produtos; inevitavelmente o fracasso de cada indivíduo decorreria das suas tomadas de decisões já que se encontravam em condições de igualdade no mercado. Em contrapartida, os consumidores teriam a sua liberdade de escolha garantida e uma variedade maior de produtos a sua disposição. O que estava pressuposto nesta visão era a falsa ideia de igualdade de condições e de acesso às informações por parte desses agentes e do caráter não interventor do Estado como facilitador das políticas favoráveis à reprodução do capital.

Por isso, a rejeição neoliberal às intervenções estatais não se estendeu às funções cumpridas pelo Estado em relação à preservação dos interesses das classes dominantes e ao funcionamento do mercado, como por exemplo, a proteção dos direitos de propriedade. Afinal, transformações de ordem econômica e política não ocorrem desarticuladas do regime de direito, sobretudo se estão voltadas para a configuração de uma nova ordem social.

Neste caso, as intervenções do Estado na reformulação das legislações foram imprescindíveis para a consolidação do neoliberalismo. A redução (ou mesmo

extinção) de direitos sociais e trabalhistas, a criação de novas formas de contrato de trabalho, o repasse da gestão de empresas e serviços públicos para a iniciativa privada por meio da privatização pautaram-se em decisões acordadas no campo legislativo e com total empenho do poder executivo. O mesmo pode ser dito em relação à importância dada à esfera jurídica e militar na repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Os exemplos citados acima mostram que não se tratou, como é propagado pelo discurso neoliberal, do fim da intervenção estatal, mas sim da sua reformulação (BOITO JR, 1999). Apesar da apologia ao livre mercado e a um “Estado Mínimo”, na prática este se efetivou nas funções relacionadas à proteção social, à política industrial, às políticas de emprego, entre outras; por outro lado, é por meio do Estado que as classes dominantes exercem o seu poder, nesse sentido, ele não só continuou cumprindo esse papel, como foi interpelado a intervir ativamente quando os interesses destas classes estavam em risco. Ao contrário do que se poderia pensar, então, com o neoliberalismo o poder do Estado não se enfraqueceu, mas sim foi reforçado globalmente (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a). A respeito destas particularidades deste pseudo “novo liberalismo” Osvaldo Coggiola descreve (grifos do autor):

Economicamente, e contrariamente à apregoada “ideologia de mercado”, estamos diante de uma violenta ação anti-liberal (se é que o termo “liberalismo” conserva algum sentido econômico) que concretiza a mais violenta intervenção estatal na economia de que se tem memória na história do capitalismo. Apesar de todos os acordos de livre-comércio, a realidade mundial é a de um crescimento espetacular do protecionismo, expressão da guerra comercial entre as potências capitalistas [...] Principalmente, porém, e especial e crescentemente desde a declaração da inconvertibilidade do dólar no governo Nixon em 1971, o capitalismo sustenta-se graças à intervenção direta e cotidiana dos Estados nos mercados monetário e financeiro, cujo desdobramento implicaria no desabamento ulterior do comércio e da indústria (COGGIOLA, 1996, p. 197).

James Petras (2002), seguindo este raciocínio, afirma que o neoliberalismo é um processo de fortalecimento do Estado, sob hegemonia estadunidense (do “Império”), no sentido de recolonizar o Terceiro Mundo. Daí, decorre o processo de pilhagem por parte do “Império” de excedentes econômicos estratosféricos de diversas partes do planeta (principalmente do mundo semi-colonial ou de capitalismo dependente), mediante os “ajustes monetários e financeiros”, o que proporcionou o fortalecimento do seu sistema bancário, a partir

da década de 1970. O mesmo autor chega a denominar este processo de “neomercantilismo” ao invés do tão apregoadado “neoliberalismo”.

O neoliberalismo soube também mobilizar a seu favor percepções e insatisfações presentes na vida cotidiana e no senso comum a respeito da burocracia estatal, da utilização dos recursos públicos, da restrição de determinados direitos a alguns setores sociais com a finalidade de obter a adesão popular para as suas propostas. Conforme a análise de Harvey (2008) nos indica, para que o neoliberalismo alcançasse legitimidade era fundamental a obtenção do apoio de setores que seriam provavelmente contrários aos seus objetivos, ou seja, era necessária a construção de um consentimento político. Daí a importância da difusão de um discurso neoliberal e de outros “mecanismos ideológicos e culturais” que fossem capazes de construir esse consentimento político em amplos segmentos da população. Segundo o argumento desse autor:

(...) foi hegemônico o recurso a tradições e valores culturais. O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço programático de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe. Além disso, uma vez que fez a virada neoliberal, o aparato do Estado pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação de seu poder (HARVEY, 2008, p. 50).

Todavia, a forma pela qual esse consentimento foi forjado, variou de lugar para lugar, envolvendo diferentes mecanismos ideológicos e culturais: desde o apelo a tradições religiosas, nacionalistas, como o cultivo de valores individualistas, familiares e consumistas. A importância de determinadas tradições políticas e culturais presentes no senso comum diferenciaram não somente a construção desse consentimento, como o grau de aceitação política dos ideais neoliberais e as formas de resistências que emergiram contra estes. De todo modo, o neoliberalismo conseguiu por meio desse consentimento romper com as políticas de bem-estar social e de caráter keynesiano, que tinham como um dos seus objetivos o pleno emprego.

O ano de 1979 pode ser considerado como uma data emblemática para o desenvolvimento do neoliberalismo como novo modelo-econômico (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a; HARVEY, 2008), pois mesmo que políticas neoliberais tenham sido implantadas a partir de 1973 no Chile, somente a partir do final dos anos de 1970

elas começariam a ser introduzidas por Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Com o objetivo de reverter a crise, estes governos adotaram uma política monetária destinada a reduzir a inflação pelo aumento da taxa de juro e aplicaram um conjunto de medidas destinadas a reduzir gastos sociais e orçamentários, como também romper com o compromisso político vigente até então com os trabalhadores, por meio da flexibilização dos seus direitos trabalhistas e do ataque ao movimento sindical. Nesses dois países os governos procuraram minar o poder das organizações sindicais mais combativas, incentivando a desindustrialização das regiões industriais com um sindicalismo forte (como ocorreu nos EUA), ou enfrentando diretamente as mobilizações e as longas ações grevistas, como a dos controladores de voo estadunidenses e a dos mineiros ingleses, que se tornaram simbólicas do tratamento que passaria a ser destinado às lutas sindicais (HARVEY, 2008). De acordo com Chesnais (1996, p. 34, grifos do autor):

“Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for [fosse] conveniente”.

Como dito anteriormente as classes dominantes agiram contra uma ameaça política e econômica. Um exame minucioso e crítico do significado desta reação encontra-se nos estudos de Harvey (2008) e nos trabalhos conjuntos de Duménil; Lévy (2003b).

Estes autores defendem a tese de que o neoliberalismo corresponde a uma nova ordem social colocada em prática com o objetivo de restaurar o poder das frações dominantes e envolveu uma reconfiguração das relações de classe. Enquanto durou o acordo do pós-guerra, a redução do poder econômico dessas classes não lhes parecia tão significativa, uma vez que os níveis de crescimento continuavam altos; contudo, quando estes se retraíram com a crise dos anos de 1970, causando uma queda acentuada no valor dos ativos (ações, imóveis, poupanças), essas classes reagiram em busca da restauração do seu poder econômico e político (HARVEY, 2008; DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Uma das particularidades desse processo de restauração foi o crescimento da renda financeira (juros e dividendos) apropriada: entre 1952 e 1979

ela correspondia a 10% da renda total dessas famílias, enquanto entre 1980 e 2003 atingiu 17% (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Para se ter uma idéia:

“(...) em 2000, a renda financeira que os EUA retiraram de suas relações com o resto do mundo foi superior ao conjunto dos lucros de suas próprias sociedades em território americano. Um imperialismo musculoso, então, e crucial para a remuneração do capital nesse país” (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 24).

O que demonstra a importância da abertura internacional da economia e do aumento da taxa de juros na reestruturação do capital e no restabelecimento da renda e riqueza das classes dominantes.

Por um lado, esta abertura eliminou barreiras regulatórias que restringiam a atividade financeira e proporcionou a difusão dos serviços e mercados financeiros. Mesmo dedicando-se à produção, grandes corporações assumiram cada vez mais uma orientação financeira, obtendo ganhos provenientes de operações de crédito, especulações em moedas voláteis e seguro, entre outras operações. Mas a projeção do capital financeiro tampouco se realizou sem a liberalização das barreiras que incidiam sobre o capital produtivo. Além da necessidade de instituições destinadas a regular o funcionamento da economia mundial (como FMI, OMC e Banco Mundial) a “interpenetração” entre capital produtivo e financeiro exigiu cada vez mais uma liberdade de movimentação para áreas de produção e de comercialização, bem como uma liberdade na regulação dos serviços públicos e do mercado de trabalho (CHESNAIS, 2003).

Com isso, intensificou-se a internacionalização dos processos produtivos por parte das grandes empresas, cujas atividades intensivas em trabalho já haviam sido transferidas para as economias periféricas durante a crise de 1970 em busca de redução de custos. As empresas “transnacionais” ganharam uma maior mobilidade e capacidade de transmitir às filiais informações precisas sobre especificidades do processo produtivo, do produto ou até mesmo de tarefas diárias por meio de programas computadorizados que permitem acompanhar em tempo real o andamento da produção onde quer que ela esteja sendo realizada. Desse modo, as empresas transnacionais desenvolveram distintas fases de um processo produtivo fragmentado (ARCEO, 2006).

Por outro lado, teve um papel importante nesse processo de reestruturação capitalista a elevação da taxa de juros, que durante a década de 1970 esteve frequentemente negativa e em 1981 aproximou-se dos 20%,

provocando conseqüentemente o aumento do desemprego e endividando inúmeros países devedores, que haviam sido estimulados pela liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais a contrair empréstimos em dólares americanos.

Em troca da ajuda do FMI e do reescalonamento da dívida estes países foram obrigados a realizar ajustes estruturais, muitos deles já implementados pelos EUA e pela Grã-Bretanha, como os cortes nos gastos sociais, abertura comercial e financeira, privatização e flexibilização do mercado de trabalho. Isto evidencia que:

“a restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente na mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural” (HARVEY, 2008, p. 38).

O processo de reestruturação capitalista implicou uma elevação do grau de exploração da força de trabalho e da desigualdade social no interior dos países e entre eles. Esta, como tão bem destaca Harvey, pode ter sido sempre a razão de ser do projeto neoliberal, afinal: “efeitos redistributivos e uma desigualdade crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo” (HARVEY, 2008, p. 26). Antes que um modelo de desenvolvimento social, o neoliberalismo aproximou-se muito mais a um “*modelo de não-desenvolvimento*” (ARCEO, 2006) como pode ser observado em várias partes do mundo pelos impactos que produziu nos indicadores de bem-estar social e na elevação dos índices relativos ao desemprego, à concentração de renda, à economia informal.

A concordância da existência de certo nível de desigualdade social como um caráter estrutural ou um objetivo do neoliberalismo (ANDERSON, 1995) não deve, contudo, nos levar a generalizar e a uniformizar as suas conseqüências, como se não mais existissem diferenças entre as economias centrais e periféricas.

Ainda que os impactos mencionados acima tenham sido verificados em todo o mundo, a sua intensidade não foi a mesma nas regiões periféricas. Se não faz parte dos objetivos do neoliberalismo o desenvolvimento dos países centrais ou periféricos como defendem Duménil; Lévy (2003b), isto tampouco significa que a implantação das políticas neoliberais e as suas conseqüências foram semelhantes entre eles. Aqui é exemplar o caso da América Latina considerada no final do século XX a região mais endividada e vulnerável dentre as economias periféricas, como também a mais desigual do mundo (ARCEU, 2006).

A data emblemática das transformações operadas na América Latina foi o ano de 1982, quando o Banco Central dos EUA, o *Federal Reserve* (FED) estabeleceu o aumento da taxa de juros como medida obrigatória para o controle inflacionário. A imposição deste aumento provocou conseqüentemente a elevação da dívida externa dos países da região a valores impagáveis (DUMÉNIL, 2004), cuja negociação obteve-se junto às instituições financeiras mediante a aceitação da aplicação do programa de ajustes estruturais, pretensamente apresentado como a solução para a estabilidade monetária e o desenvolvimento da região. A partir dessa década as transformações ocorridas na América Latina se diferenciariam dos rumos tomados até então, dificultando ainda mais a superação de problemas históricos de alguns países, como a concentração da renda e da riqueza, a questão agrária, o analfabetismo, entre outros.

Especialmente entre 1950 e 1970 os países latino-americanos haviam desenvolvido um modelo de industrialização baseado na substituição de importações e na produção voltada para o mercado interno com base na articulação de três setores: i) no setor industrial controlado pelo capital estrangeiro e direcionado para a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.); ii) no setor industrial secundário controlado pela burguesia local e produtora de insumos; iii) no setor público voltado para o investimento em infraestrutura física (energia, estradas, comunicações) e para a articulação entre a expansão da capacidade produtiva e do consumo interno (CRUZ, 2007).

A partir da década de 1980 esse modelo pautado na participação do capital estrangeiro tornou-se cada vez mais inviável, provocando o seu esgotamento e uma reorientação da produção para as exportações. Entre as causas desse esgotamento destacamos duas: primeiro, a possibilidade obtida pelo capital estrangeiro de transferir para esses países somente as etapas produtivas intensivas em mão-de-obra (inclusive integrando-se às redes de terceirização ou pela subcontratação de força de trabalho), em contraposição à concentração dos investimentos em tecnologia de ponta nas unidades produtivas instaladas nos seus países sede; segundo, o direcionamento dos investimentos para o mercado financeiro.

O rompimento com o modelo de substituição de importações seguido da aplicação da abertura comercial e da privatização provocou nos países que haviam seguido uma industrialização substitutiva uma estagnação das atividades industriais,

baixas taxas de crescimento econômico, em alguns casos uma desindustrialização ou substituição de parte da indústria nacional (DUMÉNIL: LÉVY 2004; ARCEO, 2006) e uma “estrangeirização dos serviços” (ARCEO, 2006). A privatização de setores estratégicos da economia possibilitou que empresas transnacionais detivessem a propriedade de serviços de primeira necessidade e de setores estratégicos da economia (como energia, gás, telefonia).

Com base nesses dados podemos contestar a ideia de que estaríamos frente ao desaparecimento da diferenciação entre centro e periferia devido ao surgimento de uma burguesia transnacional. Não podemos nos esquecer do papel que cumpre as regiões periféricas na transferência de valor aos países centrais por meio dos baixos salários pagos aos trabalhadores pelas empresas transnacionais (ARCEO, 2006), nem mesmo do favorecimento obtido pelo capital estrangeiro com a imposição dos ajustes estruturais e das altas taxas de juros dos serviços da dívida externa.

Por outro lado, é importante sinalizar que o restabelecimento do poder e da renda das classes capitalistas dos países centrais contou também, conforme ressalta Duménil; Lévy (2004), com o apoio das classes dominantes da periferia. Estas aplicaram seu capital nos países centrais provocando a chamada “fuga de capitais”.

Mas, como ocorreu esse processo, isto é, como se deu a implantação do neoliberalismo na Bolívia? Discutiremos essa questão a seguir, dando destaque à introdução das políticas de privatização e flexibilização dos direitos trabalhistas, bem como a forte diminuição do poder político dos sindicatos.

1.3 - A invasão neoliberal: o ajuste estrutural e a Nova Política Econômica (NPE)

O presente capítulo analisa a introdução do projeto neoliberal na Bolívia. Através de uma combinação de consentimento e coerção, o governo de Paz Estenssoro, com o apoio das elites empresariais fortalecidas, criou efetivamente uma hegemonia neoliberal mediante a exitosa estabilização econômica do país e o estrangulamento da capacidade da classe trabalhadora para enfrentar o Estado. Se examinará o modo em que as IFI, particularmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, colaboraram com as elites locais, que cooptaram as

aspirações populares pela democratização da política depois de 20 anos de ditadura militar e 10 anos de crise econômica e política, a fim de criar o respaldo necessário para a NPE. O capítulo revisa em que medida os impactos econômicos e sociais que se seguiram foram amortizados pela economia informal, o narcotráfico e o modo como instituições da sociedade civil, como as ONG's e a Igreja, contribuíram para o êxito no neoliberalismo.

Quando as eleições foram adiantadas para 1985, um ano antes do programado, pelo debilitado governo de Siles Suazo, a economia boliviana se encontrava em uma recessão absoluta. O PIB estava em queda desde 1981 e a hiperinflação disparou até alcançar uma das taxas mais elevadas do mundo (SACHS, 1987). A única atividade econômica exitosa era o comércio emergente da coca-cocaína – cujo epicentro era a região semitropical do Chapare, a leste de Cochabamba – que em algum momento quase se igualava às exportações legais (FERNÁNDEZ, 2003).

Depois da recontagem dos votos, o partido que havia governado desde a revolução de 1952, o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), sob a direção de Victor Paz Estenssoro, conseguiu assumir o poder graças a uma coalisão legislativa com um partido social-democrata: o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR). Após três semanas desde que assumiu a direção do país, Paz Estenssoro iniciou, dando um giro de 180 graus em muitos princípios que havia sustentado em 1952, um dos programas de reestruturação neoliberal mais radicais da América do Sul (depois do Chile) denominado Nova Política Econômica (NPE) (CONAGHAN Y MALLOY, 1994). Incorporou um programa de ajuste estrutural (PAE), cujo êxito foi possível graças ao apoio do setor empresarial e a redução do setor público, após anos de instabilidade política e caos econômico.

A Nova Política Econômica (NPE) adotada na Bolívia conduziu ao fechamento das minas estatais – o símbolo mais poderoso daquilo que havia sido construído pós-52 -, permitiu que a moeda flutuasse em sua relação com o dólar, privatizou as empresas de propriedade estatal, abriu o país ao investimento estrangeiro direto e cancelou as políticas protecionistas. Bolívia foi um dos primeiros países onde se aplicou este pacote de medidas conhecidas como “programa de ajuste estrutural” (PAE). Tais medidas converteram-se nos instrumentos preferidos das instituições financeiras internacionais, encabeçadas pelo Fundo Monetário

Internacional (FMI), na Europa Oriental, África e outros lugares da América Latina (AGUIRRE et al, 1992).

O impacto da NPE no controle da hiperinflação foi quase milagroso na medida em que esta caiu de uma taxa anual de 12.000% para 9% em questão de meses. Etiqueta rapidamente como uma experiência exitosa, Bolívia converteu-se em um símbolo poderoso da capacidade do neoliberalismo para alcançar a estabilidade macroeconômica. Porém este êxito teve um custo enorme para os trabalhadores do país: mais de 30.000 mineiros perderam seu emprego durante o primeiro ano, enquanto que no setor fabril a perda de postos de trabalho chegou a 35.000 no decorso de 5 anos (AGUIRRE et al, 1992). Por volta de 1988, a economia informal foi ampliada até incluir quase 70% da força laboral urbana. À medida que o descontentamento popular começara a se estender, o governo de Paz Estenssoro declarou dois estados de sítio. Para os críticos do modelo, o país converteu-se em um emblema dos efeitos desastrosos que podem ocasionar os PAE. Quando um dos principais arquitetos da NPE, o economista de Harvard, Jeffrey Sachs, estava indo à Polônia com o intuito de aplicar políticas similares, um polaco disse a um jornalista do New York Times: “Ficaria encantado em conhecer a Bolívia, porém não quero ver Bolívia aqui” (CONAGHAN Y MALLOY, 1994).

1.4 – A economia boliviana antes do neoliberalismo

Igualmente a muitos países ricos em recursos naturais que possuem uma renda per capita baixa, a economia de exportação na Bolívia dependeu sempre das matérias primas extraídas por uma pequena parte da força laboral. Porém, esta rentabilidade não foi o sustentáculo da população, onde a metade vive de uma combinação entre a agricultura de subsistência e agricultura mercantil; uma situação que mudou em certa medida nos últimos 20 anos.

Durante 25 anos, o Banco Mundial caracterizou a Bolívia como um país de desenvolvimento médio, na posição 79 dentre 125 economias de mercado no mundo. Um estudo do PNUD de 2003 coloca o país, em termos de índice de desenvolvimento humano, quase no mesmo nível de Tadjiquistão e Honduras, e no fim da lista dentre os países sul-americanos. Também o situa no terço superior dos países mais desiguais (PNUD, 2003) e um dos indicadores mais elevados de pobreza rural do mundo (AGUIRRE et al, 1992).

Quando a agricultura representava apenas 22% do PIB (no início dos anos 1980) empregava 44% da população economicamente ativa, estando a maioria dedicada à produção intensiva com mão de obra baseada na pequena propriedade. Recebendo injustamente de agricultores de subsistência, estes produtores camponeses cultivavam 70% dos alimentos do país (CONAGHAN Y MALLOY, 1994). Com uma população rural dispersa e, portanto, politicamente débil, a Bolívia implementou em toda sua história política um viés urbano que manteve baixo os preços para os habitantes urbanos antes que pudesse garantir aos agricultores rurais preços justos. Isto serviu para diminuir o descontentamento urbano às custas do desenvolvimento rural.

A maior parte da população rural concentra-se no altiplano – a planície interandina seca de altitudes entre 3.500 a 4.200 metros – e os vales secos intramontanhosos localizados entre 2.000 a 3.500 metros. Os camponeses receberam pequenas parcelas depois da reforma agrária de 1953, as quais foram divididas entre os herdeiros durante duas ou três gerações, tendo como resultando um mosaico de minúsculas tendências conhecidas como minifúndios, que são demasiado pequenos para o sustento da população.

Ao redor do lago Titicaca ou no vale de Cochabamba, os terrenos de uma família são tão reduzidos que podem chegar a 300 m², o tamanho de um lote na cidade. A pressão sobre a terra traduziu-se em um incremento permanente da migração às cidades e ao trópico desde os anos 1970, pois um terço dos camponeses migram temporariamente às áreas urbanas, às colheitas da agricultura de exportação nas planícies orientais e a trabalhar como operários em outros países, particularmente Brasil, Argentina e Chile. Dois terços dos trabalhadores estão empregados em empresas familiares ou com menos de cinco empregados (Banco Mundial, 2001). A maioria dos bens produzidos pelo país – sendo que a produção de jóias, os móveis de madeira e os tecidos mais finos – utilizam mão de obra intensiva e exigem baixos níveis de investimento. Dentro dos setores de hidrocarbonetos e mineração orientados à exportação, a grande maioria, uns 25.000 trabalhadores exercem seu ofício em 350 cooperativas caracterizadas por uma tecnologia obsoleta cujas condições diferem pouco das do século XIX. Em 1985, aproximadamente 70% da economia boliviana estava sob controle estatal, por meio de 158 empresas de propriedade estatal (EPE) em diversos ramos, desde minas passando por linhas aéreas, até empresas de telecomunicações. O setor estatal foi

ampliado durante o período das ditaduras militares, quando se converteu em uma fonte importante de clientelismo político. Várias destas empresas estatais transferiam recursos significativos ao Estado, principalmente a importante empresa de petróleo e gás, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), fundada em 1937 quando se nacionalizou a Standard Oil depois da guerra do Chaco.

A Corporação Minera de Bolívia (COMIBOL), uma das maiores empresas de propriedade estatal (EPE), produzia mais de 50% dos minerais do país no início da década de 1980, enquanto que 22% eram explorados por empresas de mineração de médio porte e 26% por cooperativas mineiras. A COMIBOL enfrentou grandes dificuldades desde sua fundação, ocorrida imediatamente depois da revolução de 1952, na medida em que a extração de estanho esteve em queda desde a década de 1920. A situação deteriorou-se ainda mais quando os sucessivos governos sugaram os lucros e não investiram na infraestrutura necessária para uma melhor exploração. A capacidade de comercialização desta estatal esteve muito limitada no início devido ao fato dos barões do estanho⁴ controlarem os contratos com os mercados internacionais e fundições no exterior. Desde 1952 não se abriu nenhuma empresa estatal nova, e em 1985, a COMIBOL registrou perdas na faixa de U\$300 milhões; tudo isso em um país que contém uma das reservas minerais mais ricas do mundo (FERNÁNDEZ, 2003).

Desde meados dos anos setenta, a mineração privada boliviana estava nas mãos de três empresas: COMSUR (de propriedade majoritária até 2005, do ex-presidente eleito por duas vezes Sánchez de Lozada), EMUCA e *International Mining*, que juntas representavam 80% da produção privada global. Em 1977, 34% de toda atividade mineira encontrava-se na iniciativa privada, o que significava um incremento proveniente, em certa medida, da diversificação da exploração desde o estanho até o zinco, ouro e prata (CONAGHAN Y MALLOY, 1994). Enquanto a exploração do ouro rendia, a maior parte das atividades, com exceção de poucas grandes empresas, realizava-se em condições rudimentares. Além disso, 90% da pequena produção mineira saía do país como contrabando para o Brasil, o que deixava o Estado sem os recursos dos impostos devidos à nação.

O setor industrial esteve sempre limitado pelo pouco desenvolvimento e demanda do mercado interno, o que se aprofundou devido à pauperização do médio consumidor, a preferência dos consumidores mais abastados pelos produtos

⁴ Patiño, Aramayo e Hirschfeld.

estrangeiros e os baixos níveis de integração regional e interna que dificultou a expansão do mercado. O resultado disso foi a configuração de um setor industrial que tem exercido uma influência política muito menor do que em qualquer outro país andino (AGUIRRE et al, 1992).

Outro setor com fortes investimentos privados na Bolívia é a agricultura de exportação. Em 1955, apesar da reforma agrária de 1953, as propriedades agrícolas das planícies orientais receberam mais de 50% de todo o crédito concedido pelo Banco Estatal Agrícola. Na década de 70, o general Banzer injetou créditos intensamente para a agricultura de exportação do oriente, limitada pelos altos preços do algodão e açúcar. Estes empréstimos fortaleceram as elites orientais, que desconheciam com frequência suas obrigações de pagamento quando caíram os preços das commodities internacionalmente, contribuindo muito para o processo de crescimento em espiral da dívida com os bancos comerciais. A ênfase na agricultura de exportação conduziu o país andino a importar uma crescente quantidade de alimentos, o que constituía um paradoxo em um país com população dispersa, uma significativa diversidade ecológica e mais de um terço de seus habitantes empregados na agricultura (FARTHING Y VILLEGAS, 1991).

A crônica instabilidade política, um território instável e uma infraestrutura de transporte precária criaram um intenso receio aos investidores estrangeiros e os esforços por captar novos investimentos internacionais fracassaram repetidamente desde 1952. Não obstante haver sido dependentes da exportação de matérias-primas por 500 anos, a Bolívia não teve, até os anos 90, uma só estrada asfaltada que a conectasse com qualquer dos cinco países vizinhos. Inclusive durante os anos 70, quando Banzer cortejava aos investidores internacionais inundados de petrodólares, o país captou somente U\$96,1 para investir em sete anos. Dentro do país, as elites comerciais nativas preferem, geralmente, os investimentos especulativos que possam garantir lucros a curto prazo, aos compromissos de longo prazo que permitam construir infraestrutura e capacidade produtiva.

1.5 – A Nova Política Econômica (NPE) e o Decreto Supremo 21060

Segundo os defensores desta medida, a proposta significativa da NPE era de reduzir significativamente o tamanho do Estado mediante a diminuição de seu

papel na economia, revertendo as políticas centrais do Estado de 52⁵. O programa inicial, lançado com o DS 21060 foi desenhado, em grande parte, por tecnocratas bolivianos com forte apoio de frações do setor empresarial. Ao introduzir especificamente o discurso e os princípios neoliberais, o DS 21060 continha a intenção explícita de recuperar o apoio que o FMI, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e os Estados Unidos haviam retirado à Bolívia durante o governo da UDP (1982-1985). Aderir a esta mudança econômica radical não significava que as elites abraçassem com convicção a regulação do mercado como garantia de um melhor funcionamento macroeconômico. Como explica Aguirre et al (1992), os arquitetos do neoliberalismo creram que um Estado reduzido em gastos sociais e controle de Empresas Públicas contribuiria para controlar os males históricos do país: o clientelismo político e a corrupção, e a encarar a instabilidade crônica mediante uma governabilidade melhorada. A reticência dos primeiros dois governos neoliberais para privatizar as empresas estatais demonstraram que a hegemonia discursiva do pacote de doutrinas neoliberais entre as elites políticas estava longe de ser total, sobretudo no seu início.

Segundo Jeffrey Sachs (1987), a NPE continha uma agenda ambiciosa que ia além da estabilização macroeconômica. Pôde conseguir isso graças a uma combinação de fatores entre os quais se sobressaem: a queda do preço do estanho a poucos meses do MNR tomar o poder em 1985, o apoio do setor privado, o estrangulamento dos movimentos sociais depois de mais de uma década de caos político e econômico, a legitimidade e habilidade da direção do MNR e a instabilidade proporcionada pela economia informal.

A queda do estanho em outubro de 1985 ilustra de maneira contundente o modo em que a especulação internacional, neste caso através da manipulação dos preços no mercado de metais de Londres, pôde ter efeitos devastadores sobre os países semicoloniais. Como mercadoria internacional, o estanho converte-se em um artigo que pode ser comprado e vendido, divorciado tanto da produção como do consumo. Neste caso, os indivíduos que participaram desses mercados tinham, provavelmente, escasso conhecimento do desastre provocado por suas ações, por estarem concentrados nos lucros ou perdas obtidos nos intercâmbios de uma mercadoria fictícia. Apesar disso, o destino econômico de milhares de mineiros

⁵ Este era o discurso da classe política que implantou a NPE, porém, no item 1.2 deste trabalho expomos nossa opinião que o modelo estatal neoliberal é fortemente intervencionista na economia.

dependia do resultado de transações realizadas do outro lado do mundo (KRUSE, 1994).

O governo de Paz Estenssoro estabeleceu a flutuação do peso (logo convertido em Boliviano), indexou os preços da gasolina ao dólar norte-americano, incrementando deste modo as rendas fiscais do Estado e instituiu impostos à exportação do petróleo e gás controlados pelo Estado. Este governo reduziu seus gastos congelando ou diminuindo os salários do setor público, demitindo a mais de 35 mil trabalhadores dependentes das empresas estatais, fechando inclusive algumas delas. Para reativar a economia, a NPE reduziu as tarifas e regulações de importação/exportação das quais as empresas privadas deveriam pagar. A dolarização, que sujeitou a moeda ao modelo estadunidense esteve vinculada ao fim do controle dos preços, a eliminação das restrições ao livre câmbio da moeda estrangeira e ao comércio internacional. O governo também ofereceu novas garantias de proteção ao investimento estrangeiro (SACHS, 1987).

Ainda que houvesse um ganho adicional ao Estado provenientes dos impostos recém-estabelecidos, o elemento chave para a diminuição do déficit fiscal foi a elevação em sete vezes o preço dos derivados de petróleo a nível interno, incrementando a porcentagem dos recursos estatais obtidos através dos hidrocarbonetos de 12,7% em 1983 para 55% em 1986. Este fluxo de renda para o Estado tornou-se inseguro na medida em que os preços dos hidrocarbonetos flutuavam no mercado mundial (DUNKERLEY, 1990, p. 213).

A implementação efetiva do neoliberalismo foi levada a cabo por uma débil coalizão de capitalistas, tecnocratas e parlamentares (CONAGHAN Y MALLOY, 1994). Entretanto, Paz Estenssoro foi um político enérgico que encontrou em Gonzalo Sánchez de Lozada (Goni) um aliado importante. Depois de ter sido criado e educado nos Estados Unidos, herdou a principal empresa privada de mineração do país: a COMSUR. Goni tinha um compromisso inquestionável com as políticas neoliberais. Sua poderosa personalidade e astutas habilidades políticas o converteram em um dos principais arquitetos e impulsionadores da NPE. Tão importante quanto aparece a figura de Jeffrey Sachs, economista de Harvard, assumiu na Bolívia a função de “embaixador” junto ao FMI, solicitando apoio a NPE, inclusive antes que o espinhoso assunto de reiniciar o pagamento da dívida externa houvesse sido abordado.

Em março de 1986, o governo de Paz Estenssoro conseguiu legitimidade internacional quando o FMI concedeu (de acordo com a apreciação

favorável de Sachs) a renovação dos acordos de crédito com a Bolívia, em grande medida porque reconheceu que isto incrementaria a possibilidade do retorno do pagamento da dívida. Os Estados Unidos seguiram ao FMI, em parte porque queriam que a Bolívia montasse uma ofensiva militarizada contra o cultivo de coca e a produção de cocaína que se expandiam com rapidez. Pouco depois, o Banco Mundial e o BIRD seguiram o exemplo. Durante as negociações de 1987, a equipe econômica de Paz Estenssoro aceitou os delineamentos do FMI ao disponibilizar dois terços dos recursos por exportações disponíveis para os pagamentos da dívida externa (CONGHAN Y MALLOY, 1994, p. 196-197).

O financiamento das IFI tornou-se essencial para que o governo cumprisse suas obrigações básicas. Em termos gerais, a metade do investimento público desde 1985 na Bolívia foi apoiada pela cooperação internacional, alcançando uma média de 9% do PIB anual. Esta dependência assegurou uma aceitação quase servil às IFI com o fim de garantir um fluxo contínuo de fundos.

O financiamento dos ministérios do governo de Bolívia por parte do Banco Mundial foi decisivo para a ampla aceitação do neoliberalismo. Fernández (2003), descreve como se estendeu essa preferência ideológica entre a maior parte dos intelectuais bolivianos:

Más como un remedo o cálculo burdo, términos como el de “neoliberalismo com rostro humano”, “social neo-liberalismo”, “cuidar la gobernabilidad”, “éste es el único camino, no hay outro”, “entrar al tren de la globalización”, “modernizar el país”, fueron acuñados por muchos intelectuales seducidos por la lógica del poder y por la “magia del mercado”, al tiempo de incorporarse en puestos públicos o como consultores bien pagados, sea como encargados de concretar las políticas de ajuste y de reforma, sea en su desempeño como autoridades políticas. Casi de seguro, los más ni siquiera se enteraron de los fundamentos desarrollados por los pensadores neoliberais de los años 30 en el siglo pasado, como Hayek y Von Mises, y solo se limitaron a repetir, como ecos distorsionados, valores supuestamente “modernos” de un viejo discurso neoliberal (FERNÁNDEZ, 2003, p. 114).

O MNR utilizou sua influência política como arquiteto da revolução de 1952 para restabelecer a autoridade estatal depois de um longo período de instabilidade, ao mesmo tempo em que introduzia políticas que destruíam fundamentalmente as conquistas da revolução. O MNR tinha que ter o controle tanto dos militares quanto da COB, controlar as aspirações regionais por uma maior autonomia e resistir às demandas da iniciativa privada por um trato especial, tudo isso enquanto fazia a contenção do movimento campestre indígena (revitalizado e radical) que se formou nos fins dos anos setenta.

Para implementar a NPE, Paz Estenssoro estabeleceu um acordo com ADN (Aliança Democrática Nacional), ao que denominaram “Pacto pela

Democracia”, similar ao acordo histórico de alternância de poder que houve na Colômbia entre liberais e conservadores no período 1953 a 1974 (DUNKERLEY,1990). Apesar de que o MNR rompeu na primeira oportunidade (durante as eleições de 1989), este pacto assegurou uma maioria oficialista com capacidade para isolar eficazmente a oposição e marginalizar o Legislativo da formulação de políticas. Isto debilitou os poderes Judiciário e Legislativo em benefício do Poder Executivo, uma característica comum em toda Latino-América durante a reestruturação neoliberal (CONAGHAN Y MALLOY, 1994). Paz Estenssoro baseou-se no autoritarismo militar que havia herdado para criar um ambiente excludente de elaboração de políticas que apagava a distinção entre regimes autoritário e democrático.

Isto isolou os partidos políticos da elaboração de políticas públicas, uma tendência também congruente com o que ocorre em outras partes da América Latina, onde os partidos são considerados principalmente como veículos de campanha. O incrementado poder presidencial permitiu a Paz Estenssoro evitar negociar sobre o conteúdo da NPE (CONAGHAN Y MALLOY, 1994, p. 214).

No interior do gabinete, as lutas internas por questões ideológicas e de poder eram frequentes. Paz Estenssoro conformou astutamente uma equipe política e econômica; na parte política encabeçado por Guillermo Bedegrá, que representava o setor mais tradicional do MNR; na parte econômica por Goni, o consumado neoliberal. Neste caso, predominava a equipe econômica que, de modo consistente com a filosofia neoliberal limitou aos economistas opositores a elaboração de políticas públicas. Com um enorme compromisso pessoal e ideológico, a equipe de Goni era insensível à crítica e à pressão externa (DUNKERLEY, 1990).

Em 1986 introduziu-se uma nova Lei Eleitoral para tornar mais “eficiente” o processo político e diminuir a fragmentação política, reduzindo o número de partidos minoritários. Os legisladores arguíram que isto melhoraria o funcionamento democrático, ainda que, de fato, beneficiou diretamente à coalizão governante, canalizando a vida política do país através dos três principais partidos políticos no momento: ADN, MNR, MIR. A intenção de consolidar uma hegemonia através do controle partidário demonstra que o novo sistema fora parte de um projeto político – o que Conaghan y Malloy (1994), denominam “um ato de construção política.

A burguesia boliviana em sua maioria mostrou-se fortemente comprometida com a NPE que representava seus pontos de vista sobre a economia. Kohl y Farthing (2007), descrevem a posição da elite em 1985 como similar à assumida pela classe empresarial chilena após a derrubada de Allende, onde o medo da esquerda anulava qualquer outra preocupação. A maior parte das empresas haviam entrado em recessão com uma forte desvalorização devido à hiperinflação e fuga de capitais.

Contudo, a NPE não conseguiu desencadear um crescimento significativo de investimentos da esfera privada fazendo com que os dirigentes do empresariado boliviano, representado pela Confederação de Empresários Privados de Bolívia (CEPB) com sede em La Paz, expressassem muito claramente que a responsabilidade pela reativação econômica fosse do Estado. Apesar de sua retórica neoliberal, eles exigiam investimentos públicos para superar a profunda recessão (KOHL y FARTHING 2007).

A NPE preparou o cenário para o ulterior aprofundamento das políticas neoliberais, que culminou no “Plano de Todos” de 1993. Como ministro do Planejamento no governo de Paz Estenssoro, Goni contemplou uma mudança radical para transformar o sistema boliviano fortemente marcado pela presença do Estado na direção de inúmeras empresas públicas para um sistema de mercado neoliberal. Quando assumiu o poder em 1993, pôs em prática este programa com toda seriedade.

1.5.1 – Os Impactos da NPE: 1985-1993

A estabilização anti-inflacionária teve um êxito e a inflação esteve relativamente baixa depois de 1985. Esta proeza destacável foi imediatamente batizada como o “milagre boliviano” e resultou, em grande medida, da modificação da política cambial mediante a dolarização das contas bancárias dentro do país (DUNKERLEY, 1990). O forte apoio recebido pelas IFI também incrementou a aprovação da NPE por parte da população, acostumada há muito tempo a considerar os países do norte como mais competentes, desenvolvidos e modernos. De maneira geral, estes fatores criaram uma hegemonia discursiva de apoio ao neoliberalismo entre certos setores da população.

A política da NPE com impacto social mais grave foi o fechamento das minas estatais, o símbolo chave da revolução de 1952. Os fechamentos foram catastróficos, cerca de 30.000 mineiros de um total de 35.000 que trabalhavam nas minas do Estado perderam seus empregos. Entretanto, o governo foi incapaz de fechar ou privatizar a COMIBOL completamente, pois havia sido criada pelas mudanças constitucionais que emergiram da revolução de 1952. Em vez disso, o governo simplesmente desfez-se dos seus ativos e deixou sem efeito os subsídios, o que permitiu alcançar os mesmos objetivos.

Os salários reais em 1986 haviam diminuído em todo o país a menos de 2/3 dos níveis de 1985 e o desemprego aberto disparou de forma alarmante. Os preços dos combustíveis subiram em sete de um dia para outro (KOHL y FARTHING 2007). Ao final de um ano, cerca de 10.000 funcionários públicos e 25.000 professores rurais perderam seus postos. Os esforços para reduzir os gastos com a educação através da descentralização, passando esta responsabilidade aos governos departamentais, encontraram a resistência dos comitês cívicos, preocupados sobre a questão de quem pagaria pelo sustento das escolas.

A nova Lei Eleitoral foi exitosa em conter momentaneamente o surgimento de partidos políticos menores, que responderam com a formação de múltiplas alianças para participar nas eleições. Contudo, durante o pleito de 1989, os três principais candidatos representavam menos de dois terços do total de votos emitidos, revelando que nenhum candidato alcançara uma clara maioria; portanto, a necessidade de governar mediante pactos estendeu-se ao governo de Paz Zamora (1989-1993). Estas alianças políticas garantiram a estabilidade política do regime, posto que a ADN colaborou junto ao MNR e posteriormente com o MIR por trocas de quotas do poder. Estas reformas reduziram o modelo “Frankenstein” do Estado, mas não foram suficientes para eliminar o clientelismo, a corrupção e a ineficiência (KOHL y FARTHING, 2007).

Quando a NPE retirou os subsídios estatais, o diminuto setor industrial baseado em fábricas têxteis e processadoras de alimentos caiu em uma crise severa, chegando ao fechamento de 120 fábricas. Estas empresas iniciaram a protestar contra a NPE de modo contundente, porém ineficaz, posto que sua influência política era pequena, mesmo gerando uma grande quantidade de emprego. O apoio da NPE a um desenvolvimento orientado para as exportações teve que confrontar rapidamente aquilo que Kruse (1994) denomina a inserção

assimétrica de Bolívia ao mercado global. Durante os anos 90, as exportações formais que tiveram um certo crescimento foram as matérias-primas e aqueles produtos com pouco valor agregado, particularmente as madeiras tropicais.

Segundo as diretrizes das IFI e do governo norte-americano, a Bolívia era um sucesso: as obrigações financeiras eram honradas, a economia do país era estável, as exportações aumentaram e, durante o final dos anos 80 e início dos 90, o PIB per capita elevou-se ao mesmo tempo que a concentração de renda acentuou-se. O apoio das IFI aos programas sociais do governo foi crucial para conter a resistência à reestruturação econômica a nível interno.

O setor empresarial nacional não foi amplamente beneficiado com as mudanças estruturais na economia como previam seus defensores. Pelo contrário, os setores empresariais que mais se beneficiaram foram aqueles ligados ao comércio internacional, porém precisamente estes tinham sido historicamente menos propensos a promover o crescimento econômico mediante o reinvestimento de suas divisas.

De manera consistente con la situación previa a la NPE, y guardando relación con su larga tradición de buscar ganancias de corto plazo, la mayor parte de las inversiones realizadas después de 1985 tuvieron poco impacto en la creación de empleo y fueron esencialmente especulativas. Los nuevos puestos de trabajo estaban sujetos a las prácticas de flexibilización laboral, mediante las cuales los empleadores contrataban mano de obra de corto plazo para evitar el pago de beneficios sociales. Hacia 1990, la inversión privada se había incrementado solo en 5% con relación a los montos registrados durante 1987, mientras que la mayor parte de la inversión productiva en Bolivia provenía de empresas extranjeras y de riesgo compartido (KRUSE, 1994, p. 115).

1.5.2 – Cocaína, contrabando e economia informal

Uma razão principal, ainda que nem sempre explícita, da capacidade que teve a NPE para estabilizar a economia do país tão rapidamente foi a tácita legalização da lavagem de dinheiro (dólares) oriundos do narcotráfico por parte do governo, pois o Banco Central permitiu a abertura de contas em dólares sem perguntas incômodas. Para captar de imediato o fluxo de divisas, o Banco instituiu os certificados de depósitos (CD) de curto prazo, os quais se converteram na fonte mais importante das reservas nacionais. Estes CD conseguiram repatriar uma quarta parte dos estimados U\$ 2 bilhões que haviam deixado o país entre 1980 e 1985 (FARTHING Y VILLEGAS, 1991).

Ao combinar-se com a economia informal e as remessas do exterior, estes recursos serviram para dissipar a resistência em grande escala à NPE. Se estimava que para 1994 a economia informal – incluída a coca-cocaína, o contrabando e as remessas – chegaram a representar a metade de toda atividade econômica no país. Este setor informal empregava, aproximadamente, a dois terços da população boliviana economicamente ativa; portanto, ainda que possa ser particularmente difícil de estimar, não tem sentido ignorá-lo simplesmente, como fazem alguns pesquisadores.

Desde meados dos anos 80 até 1997, estima-se que a folha de coca e a pasta base de cocaína geraram aproximadamente U\$ 500 milhões anuais, o que significa 5-8% do PIB, deixando atrás todos os outros produtos agrícolas, tanto em termos de valor quanto na geração de postos de trabalho. Não obstante, representavam apenas uma ínfima proporção dos bilhões que os consumidores estadunidenses gastam em cocaína. Estas atividades tiveram um impacto significativo sobre as economias regionais de Cochabamba e Santa Cruz. Os recursos obtidos através da coca dos camponeses cocaleros sustentavam cerca de 50.000 famílias, o mesmo número de famílias que haviam sido diretamente atingidas pela NPE. As estimativas gerais do número de pessoas que trabalharam nos cultivos de coca durante este período rondavam entre 120.000 e 500.000 (KOHL Y FARTHING, 2007, p. 130)

Ocasionalmente, a “guerra contra as drogas” financiada pelos Estados Unidos, que iniciara seriamente em 1989 com a Iniciativa Andina de George H. Bush, trouxe consigo mais de U\$ 100 milhões por ano, principalmente em ajuda militar e policial; uma quantidade muito maior que a empregada para financiamentos de projetos de desenvolvimento alternativo nas regiões produtoras de coca, que em sua maior parte fracassaram (KOHL Y FARTHING, 2007).

Nas cidades bolivianas, os vendedores ambulantes estão por todas as partes. Em geral, vendem minúsculas quantidades de produtos agrícolas ou artigos manufaturados. Esta população principalmente feminina arranca seu precário sustento em média trabalhando até 14 horas por dia nas ruas. Em La Paz, mais de 30.000 vendedores ambulantes lotam as ruas diariamente, um vendedor para cada 30 habitantes. Em 1991, mais de 60% da população urbana na Bolívia estava inserida no setor informal, caracterizado pela falta de acesso a capital, baixa capacitação e produtividade (FARTHING Y VILLEGAS, 1991).

O contrabando que entrava no país oriundos de países vizinhos e vendido nos mercados urbanos durante os anos 90 era equiparável a todas as importações legais. O envio de recursos oriundos do exterior nos finais dos anos 80 eram

enviadas pelos bolivianos residentes na Argentina (aproximadamente 1 milhão) numa população total que alcançava 8 milhões, constituindo-se na principal fonte de renda de muitas famílias. Estima-se que no final dos anos noventa, 1,5 milhão de bolivianos encontravam-se trabalhando na Argentina.

1.5.3 – A fragilização da COB

Os operários e camponeses responderam de imediato à NPE com uma série de greves e manifestações, as quais o governo contra-atacou declarando a lei marcial conhecida como estado de sítio. A destruição do poder da COB e da resistência popular foi uma das metas principais da NPE, ainda que não de forma explícita. Os líderes como Paz Estenssoro viam ao poderoso movimento obreiro como o principal fator de oposição desde sua fundação em 1952, como um obstáculo ao desenvolvimento econômico e consideravam que a reestruturação da economia requeria eliminar a capacidade do movimento operário para desafiar a visão neoliberal do Estado. Como assinala Medeiros (2001), a abolição, mediante o DS 21060, de muitos direitos laborais que foram conquistado com muita dificuldade redefiniu “os termos sob os quais o movimento laboral poderia formular suas reivindicações”. O governo não se omitiu em utilizar a força. “Antes que um programa estritamente econômico, a Nova Política Econômica é um plano político, escrevia Goni quando era Ministro de Finanças em 1985. “A primeira tarefa política consiste em restituir a autoridade do Estado sobre a sociedade em seu conjunto”, disse Sanchez de Lozada em um discurso (KOHL Y FARTHING, 2007). Ninguém poderia duvidar que esse discurso referia-se a COB.

De 1952 a 1985, a COB havia exercido uma maior influência sobre a vida política nacional maior que qualquer outro movimento sindical independente no país. Nos anos posteriores à revolução de 1952, a COB governou paralelamente ao MNR, exercendo um poder de veto sobre as políticas do governo. A COB e a revolução estão intrinsecamente ligadas, ela é fruto daquele processo. Ao longo do período de ditaduras militares (1964-1982) foi o centro das lutas pelo retorno da democracia que ocorreu entre 1978-1982 (DUNKERLEY, 1984). Não se limitou às reivindicações salariais ou outras preocupações econômicas imediatas, senão que encarnava a visão de uma sociedade justa, igualitária, que defendia os interesses nacionais em contraposição aos regimes corruptos que se seguiam. A COB concentrava força em

sua capacidade de unir a maior parte possível dos setores sociais em um movimento de trabalhadores organizado que incorporou, às vezes com grande dificuldade, uma grande quantidade de setores econômicos, correntes ideológicas e partidos políticos (KOHL Y FARTHING, 2007).

A partir da implementação da NPE, os protestos contra a crescente redução dos serviços sociais e as demissões massivas eram fenômenos cotidianos na sede do governo. As ruas em torno dos edifícios governamentais receberam várias marchas de protestos, onde grupos de ex-mineiros, professores, trabalhadores demitidos e empregados do transporte exigiam um maior apoio estatal ou a reversão das políticas neoliberais.

Durante o primeiro estado de sítio no outono de 1985, Paz Estenssoro embarcou a 143 dirigentes grevistas para o exílio interno em uma área remota da Amazônia. O governo aproveitou para demitir a milhares de trabalhadores. Segundo Kohl y Farthing (2007), um renomado economista no país Pablo Ramos, quem seria também reitor da Universidad Mayor de San Andrés (em La Paz), pleiteou que estas demissões teriam não somente uma justificativa econômica, como também indicavam a decisão do governo de destruir ao movimento sindical.

A NPE teve êxito em fragmentar a classe obreira e as organizações populares. Utilizando uma mescla de repressão e cooptação, e atuando, frequentemente, como se o movimento popular não existisse, o governo neutralizou a oposição tanto nas ruas quanto através de um pacto político entre o MNR e ADN no Congresso. A NPE disciplinou às organizações sindicais de camponeses e operários através de duras realidades de mercado, enquanto orientava suas demandas de participação para a esfera do clientelismo eleitoral dos novos e velhos partidos políticos (CONAGHAN Y MALLOY, 1994, p. 151).

A flexibilização de trabalho advinda com a NPE e o DS21060 produziu um nível de exploração de força de trabalho tão gritante que permitiu aos empregadores contratar e demitir mão de obra à vontade, destituindo os dirigentes sindicais mais ativos e privando aos trabalhadores das proteções conseguidas com grande custo nas três décadas anteriores. Enquanto a quantidade de trabalhadores sindicalizados caía, o número de trabalhadores informais, muitos deles mulheres, crescia aceleradamente, debilitando ainda mais a importância da COB. Tendo em vista que os trabalhadores autônomos são mais difíceis de organizar e que o machismo profundamente enraizado cria obstáculos para a participação política das mulheres,

muitas destas trabalhadoras tinham uma limitada consciência política e pouca experiência com o protesto coletivo.

A outrora poderosa COB, cujos estatutos estabeleciam que seus principais cargos correspondessem aos dirigentes das minas, entrou em um processo de desmanche. Os estatutos, que garantiram para os mineiros um rol dominante e de vanguarda dentro da COB, conduziu a crescentes tensões com os importantes sindicatos de professores e camponeses (CSUTCB – Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia)), cuja voz crescentemente independente adequava-se pouco a um funcionamento segundo normas do sindicalismo industrial (DUNKERLEY, 1990). Em cada congresso da COB, os camponeses representados pela CSUTCB lutavam, até aquele momento sem êxito, por dividir o tradicional equilíbrio de poder que favorecia os operários (TAPIA, 2004). Dentro da CSUTCB, o papel dominante do movimento katarista aymara diminuiu, porém suas ideias estenderam-se por todo o país, revitalizando a um vigoroso movimento indígena que surgia desde as terras baixas orientais até as terras altas quíchuas e aymaras (MEDEIROS, 2001).

A crise aguda da mineração fez com que a direção da COB concentrasse esforços para manter seu poder, quando ao mesmo tempo os mineiros desempregados – dispersos em bairros periféricos de Cochabamba, El Alto de La Paz ou nas áreas cocaleiras do Chapare – tinham que lutar para ter pelo menos o que comer. Uma disputa interna na Federação de Mineiros – sobre se deveriam concentrar-se em defender seus postos de trabalho ou negociar o melhor acordo com o governo – debilitou ainda mais a Federação e, por conseguinte, a COB.

A NPE e o DS 21060 liberaram a economia boliviana no contexto de ascensão de um setor privado recentemente revigorado que resumia seu controle sobre as empresas e demolia a oposição de esquerda enraizada na poderosa COB (DUNKERLEY, 1990, 1993). A habilidade de Paz Estenssoro e sua equipe não deve ser subestimada, nem a importância do FMI, do Banco Mundial e do BIRD, assim como o papel decisivo que jogou os Estados Unidos. Paz Estenssoro sabia que assegurar este apoio dependia da adesão e aprofundamento das políticas neoliberais. Sua equipe acreditava que numa economia pequena, relativamente pobre e dependente como a boliviana, não tinha outra opção senão aderir ao paradigma econômico dominante com a esperança de que seguindo ao “carro chefe”

beneficiária a sua própria classe social e, posteriormente, ao restante do país (KOHL Y FARTHING, 2007).

Bolívia representa um caso tão dramático porque implementou um dos programas de reformas neoliberais mais extremos no mundo, ao mesmo tempo que levava a cabo uma transição à democracia. Como em outros países, o maior feito do neoliberalismo na Bolívia foi alcançar a tão pretendida “estabilidade econômica”. Isto era muito interessante num país em completo caos em 1985 e é essencial para qualquer tipo de crescimento e sustentabilidade econômicos. Entretanto, o lado negativo das políticas neoliberais, onde quer que tenha sido empregada, é a ampliação das desigualdades entre ricos e pobres. Na América Latino, o continente mais desigual do mundo, onde como na Bolívia existe uma minúscula classe média, o neoliberalismo teve um preço catastrófico. Paralelamente à reativação econômica, beneficiou principalmente às elites, enquanto o restante da sociedade lutava para sobreviver.

Paz Estenssoro e seus aliados foram muito mais exitosos que qualquer outro governo, desde 1952, em criar um novo paradigma para a sociedade boliviana. Ao menos momentaneamente, através de um equilíbrio baseado entre consentimento e coerção, eles modelaram uma sociedade altamente heterogênea e contenciosa para um encaixe na emergente hegemonia neoliberal internacional.

Durante este período surgiram três debilidades importantes deste novo regime. “Em primeiro lugar, o sistema de governo baseado em pactos requeria dividir o clientelismo político entre os partidos governantes. Este modus operandi ocasionou diversos problemas na repartição das rentabilidades de Estado. Segundo, o êxito do neoliberalismo, em termos práticos, dependia da economia da coca-cocaína. As agências estadunidenses, paradoxalmente, investiram consideráveis recursos econômicos e políticos para pressionar a que Bolívia destruísse a produção de coca. Terceiro, ao perpetuar a larga história de exclusão indígena, a NPE não fez nada para incorporar a população rural e indígena da Bolívia no contexto de políticas públicas voltadas para desenvolver suas atividades” (KOHL Y FARTHING, 2007, p.142-143).

Estes grupos indígenas surgiram como uma força cada vez mais potente tanto no campo como nos bairros marginais das cidades. Na segunda metade dos anos 90, estas três debilidades ficaram mais evidentes.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTI-SISTÊMICOS NA BOLÍVIA

2.1 – Os movimentos sociais em questão

Conceitos como “movimento social” expressam um “campo de batalha” – semântico e político –, no qual se confrontam diferentes interpretações, por isso explicitamos de saída como o compreendemos. Segundo Gohn (2008),

[...] é sempre expressão de uma ação coletiva e de corrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2008, p. 14).

Levantamos um debate baseado na teoria de Michel Vakaloulis que interpreta dialeticamente a relação entre duas correntes teóricas aparentemente distintas, o que Maria da Glória Gohn (2008) denomina: vertente histórico-estrutural⁶ e culturalista-identitária⁷. A nova conjuntura política no mundo capitalista incrementa mais este assunto. Como os “novos movimentos sociais”, que estão inseridos na luta contra opressões não estritamente classistas como os de ordem étnica e de gênero, por exemplo, podem somar força em uma luta anti-sistêmica e anti-capitalista. Neste sentido, percebemos na Bolívia um campo aberto a este debate, onde movimentos de origem étnico-cultural uniram-se a movimentos tradicionais de luta da classe trabalhadora como os sindicatos, em um amplo processo de revolta social a nível nacional contra a globalização financeira e as políticas neoliberais.

Retomamos aqui o conceito de “movimento social” elaborado por Michel Vakaloulis (2003), cujos estudos procuram compreendê-lo em sua forma contemporânea, considerando a emergência nas últimas décadas de novas formas de organização e confrontação social. De acordo com a definição do autor o

⁶ Baseia-se nas abordagens de Marx, Gramsci, Lefevre, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Lênin, Mao Tse Tung. A discussão gira em torno da oposição capital-trabalho e na luta anticapitalista empreendida pela classe trabalhadora (GOHN, 2008).

⁷ Tem como base o idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX, o individualismo nietzschiano, a abordagem fenomenológica e as teorias da sociologia weberiana, a escola de Frankfurt e a teoria crítica de uma forma geral, além de Hegel, Foucault, Habermas, Bobbio, Arendt, Giddens, Bourdieu, Touraine, Melucci. Essa corrente era formada por sujeitos e temáticas que até então não tinham visibilidade, tais como as mulheres, jovens, índios e negros (GOHN, 2008).

“movimento social” é a “(...) *dinâmica própria de um grupo social portador de reivindicações importantes, duráveis e conflitivas*” (VAKALOULIS, 2003, p. 51).

Cada uma dessas características pretende estabelecer uma distinção em relação aos movimentos de opinião ou protestos de natureza política ou reativa que, embora possam exercer efeitos políticos imediatos e não desprezíveis, tampouco apresentam uma durabilidade e se consolidem em um movimento social. Por “dinâmica própria de um grupo social” os autores entendem a tendência à autonomia da luta de um grupo social caracterizado pela sua oposição estrutural de classes; aspectos que diferenciam o movimento social da aparição pontual ou temporária, bem como da ausência de referenciais classistas. A existência de “reivindicações importantes e duráveis” refere-se, assim, a demandas estruturais que não sejam efêmeras (típica dos movimentos de opinião) ou conjunturais (como nos protestos reativos). Porém o caráter durável pretende evidenciar a necessidade da construção de uma solidariedade entre os envolvidos e, nesse sentido, as reivindicações têm o papel de contribuir com a conformação dessa solidariedade no interior do grupo social. Isto significa que as ações desencadeadas pelo movimento social implicam na existência de uma “causa” que “*se desenvolveria em uma lógica durável de reivindicações*”, conforme observa Vakaloulis, (2003) que retoma esse conceito.

Na análise dos movimentos sociais cada uma dessas características nem sempre se encontra cristalizada ou em forma “pura”. Compreendemos, então, que por vezes, a autonomia pode se enfraquecer ou desaparecer frente às práticas de cooptação, aos vínculos políticos estabelecidos, quando a participação em espaços institucionais coloca em risco a capacidade de confrontação dos movimentos ou interfere no conteúdo das reivindicações. Mas isto não quer dizer que a autonomia não possa ser recuperada ao longo do processo das lutas. O argumento pode ser estendido às reivindicações, considerando que em um primeiro momento demandas surgidas em decorrência de uma dada conjuntura, podem dar lugar a reivindicações e a objetivos políticos que contestem a contradição estrutural.

Embora nessa definição de “movimento social” os autores como VAKALOULIS, (2003) estejam tomando como referência o surgimento a partir de meados de 1980 de várias lutas sociais na Europa e, sobretudo, na França, a conceitualização proposta parte de uma ideia fundamental: “*o movimento social não pode ser compreendido em sua especificidade sem que seja considerada a*

centralidade da oposição capital trabalho no seio das sociedades capitalistas contemporâneas” (VAKALOULIS, 2003, p. 58).

As categorias de análise construídas no âmbito do marxismo são fundamentais para a compreensão dos movimentos e dos processos sociais e políticos nos quais estão inseridos. Neste caso, a referência à oposição capital x trabalho, tal como argumentam os autores, nos remete às relações de exploração e de dominação que provém da contradição central das relações sociais de produção capitalista e, portanto, das relações antagônicas de classe. A contradição expressa pelas distintas posições de classe ocupadas pelas classes sociais na estrutura produtiva revela a dominação política e a exploração econômica presentes nas relações sociais de produção, nas quais uma classe arroga para si o direito de expropriar o produto do trabalho exercido pela outra. Nesse caso, por ocuparem posições antagônicas na estrutura produtiva, proprietários dos meios de produção e não proprietários têm e defendem interesses irreconciliáveis, que os levam a entrar em confronto⁸ (GALVÃO, 2003).

O caráter antagônico e contraditório da reprodução do capital e das relações sociais que ele engendra torna central o confronto de classe em relação às outras formas de enfrentamento social. Neste caso, as lutas sociais cujas demandas não estão diretamente vinculadas às contradições de classe são de algum modo afetadas por esse antagonismo estrutural.

É certo que determinados movimentos sociais não se reivindicam classistas e suas demandas podem não apresentar uma ligação direta com a contradição de classes. Estes, como alerta Jair Pinheiro (citando como exemplo os movimentos que lutam pelo direito à livre orientação sexual), articulam-se, mesmo assim, “(...) às lutas de classes pela via políticoideológica, que se desdobra em comportamento eleitoral e/ou base de sustentação partidária e parlamentar, na medida em que fazem opções políticas no contexto em que atuam (...)” (PINHEIRO, 2007, p. 131). Articulação que se estende igualmente às escolhas ou posicionamentos políticos feitos sobre determinados temas (como o das cotas para mulheres e negros), que podem interferir em formas de dominação e na estrutura de classes.

⁸ A despeito da posição ocupada na estrutura produtiva ter aqui uma importância, ela não deve ser tomada como critério exclusivo de definição das classes sociais, já que esta inclui também elementos políticos e ideológicos.

Consideramos, então, as relações antagônicas de classe engendradas pelo modo de produção capitalista como um ponto de partida fundamental para o estudo dos movimentos sociais, porque isto nos contrapõe às teses que contestaram a validade da luta de classes e dissociaram esses movimentos dos processos de dominação e exploração capitalistas, vinculando-os a dimensões da vida social exclusivamente culturais.

Essas teses pautaram-se em um entendimento específico das mudanças operadas no capitalismo nas últimas décadas e do caráter das lutas sociais na chamada “sociedade pós-industrial”. Para alguns autores, como Alberto Melucci (1989) e Alain Touraine (1989), teria ocorrido uma mudança na própria essência da sociedade, pois estaríamos diante de uma “sociedade pós-industrial” fundada sobre a informação e não mais em uma “sociedade industrial” baseada no trabalho fabril. Essa transformação seria acompanhada por outras modificações: os confrontos estruturais dariam lugar para novas formas de “conflitos” qualificados como difusos e orientados para as áreas culturais. Conforme a afirmação de Melucci (1989, p. 58, grifos do autor):

as sociedades complexas não têm mais uma base “econômica”, elas produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. (...) Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais (...). Os conflitos revelam uma mudança maior na estrutura dos sistemas complexos e novas contradições aparecem, afetando sua lógica fundamental. Por um lado, sistemas altamente diferenciados produzem cada vez mais e distribuem recursos pela individualização, pela auto-realização, por uma construção autônoma das identidades pessoais e coletivas.

Nessa “sociedade pós-industrial” fundada sobre a informação não haveria mais um “conflito central”, direcionado para uma “ordem meta-social” (TOURAINÉ, 1989), mas sim lutas que se orientariam para a transformação dos modelos culturais dominantes. Por isso “os conflitos de classe não representam[riam] mais os instrumentos de mudanças históricas” (TOURAINÉ, 1989, p. 15) e entraria em “declínio” o papel dos partidos políticos como intermediários dos movimentos e das reivindicações sociais.

Enquanto Touraine (1999) argumenta que houve uma transformação na própria natureza das lutas sociais que passaram a centrar-se entre detentores e não detentores de informação. O autor propõe que na “sociedade industrial” o “conflito” não colocava em oposição capitalistas e proletários, mas industriais e trabalhadores

que compartilhavam as mesmas orientações culturais (como a crença no progresso); porém, lutavam um contra o outro “*pelo controle social desta cultura industrial*”, ou seja, “*para dar formas sociais diferentes às mesmas orientações culturais*”. De acordo com essa abordagem, os movimentos sociais não são apreendidos como manifestações das contradições objetivas e sim como “condutas conflitivas”:

O movimento social é a ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitiva, de uma classe social definida por sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e de moralidade, na direção dos quais ele mesmo está orientado (TOURAINÉ, 1999, p.152).

O que se percebe nessas análises é uma substituição das dimensões sociais e econômicas pela cultural, um tratamento indiferenciado das condições dos “atores” envolvidos nas lutas e a ocultação da propriedade privada dos meios de produção como elemento fundamental da reprodução do capital devido ao papel de destaque dado à informação. Para Touraine (1999, p. 155), “*(...) a luta anticapitalista perderia sua importância, já que a propriedade dos meios de produção não seria mais o centro da produção da sociedade pós-industrial (...)*”.

A interpretação do esgotamento da luta de classes e da constituição de um novo tipo de sociedade articula-se a uma visão sobre o papel do movimento operário e da classe operária. Esta deixaria de se constituir como um “*privilegiado ator histórico*” das lutas sociais, porque o conflito não estaria mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infra-estrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está estaria em toda parte” (TOURAINÉ, 1989).

Dois aspectos com implicações teóricas e políticas estão subjacentes nessas análises, sendo um desdobramento do outro: o primeiro diz respeito a uma compreensão restrita da classe trabalhadora como sinônimo da classe operária, definida com base na posição ocupada no processo produtivo industrial e no trabalho manual; o segundo está relacionado à vinculação dessa classe e do movimento operário com um “conflito” que teria sua validade em uma “sociedade industrial” e não mais em uma sociedade de novo tipo. A defesa de uma “sociedade pós-industrial”, tal como é feita pelo autor, como se esta significasse uma mudança na natureza do capitalismo pode ter algumas implicações políticas que se referem tanto ao descrédito às lutas por uma transformação social, como à associação dessa sociedade como “menos capitalista” (VAKALOULIS, 2003) ou mais humanizada, se

considerarmos inclusive a apologia à autonomia, à polivalência e à criatividade que acompanhou a implantação das novas formas de gestão.

Para Touraine, com a passagem para uma “sociedade pós-industrial”, caracterizada pela difusão da informação, do setor de serviços e pela diversificação das ocupações, as lutas sociais se difundiriam por toda parte e deixariam de ser conduzidas por um único “ator”, já que estaríamos diante de uma “dominação global”, contra a qual, *“a resistência não pode ser limitada a um papel social; ela só adquire importância quando mobiliza o conjunto da coletividade”* (TOURAINÉ, 1989, p. 10). O que está presente nessa interpretação é a diluição da referência de classes na formação de uma identidade em uma sociedade que daria cada vez mais espaço para as “coletividades”, cujas ações propriamente políticas se direcionariam contra as “superestruturas” e a favor de identidades plurais. Por isso, análises como a de Touraine destacariam o surgimento dos movimentos organizados fora da esfera do trabalho e dedicados às causas feministas, juvenis, raciais, etc..

De fato, ao longo das últimas décadas surgiram diversos movimentos sociais com características diferentes daquelas presentes no movimento operário, que se constituiu como o “modelo” (VAKALOULIS, 2003) ou o próprio movimento social por excelência durante o século XX. Em grande parte desse período a imagem do movimento operário esteve associada às suas lutas em torno de um projeto histórico de emancipação social e de um projeto sindical. Embora tal associação possa ter variado de país para país devido às características específicas do processo de industrialização em cada região, ao papel desempenhado pelo Estado, e ao histórico de lutas, o movimento operário configurou-se praticamente como o principal representante dos interesses do proletariado.

A partir das décadas de 1970 e, especialmente, 1980, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição das greves e um refluxo político-ideológico do sindicalismo no Ocidente, ocorreu um aumento e uma diversificação do desemprego (passando de uma situação transitória de privação do emprego para uma situação de longa duração), a redução do operariado industrial, e o aparecimento de contratos e formas de trabalho consideradas “atípicas” ou “precárias” (VAKALOULIS, 2003).

Se, por um lado, esse cenário parecia confirmar os anúncios sobre o “declínio” do movimento operário, por outro, reforçou as interpretações sobre a emergência de novas formas de contestação social que apresentariam aspirações

culturais ou “pós-industriais” como substitutas desse movimento. Daí o destaque dado aos “novos movimentos sociais”, que se referiam aos grupos mobilizados “fora da esfera do trabalho” (como os ecologistas, feministas, homossexuais, etc.) compostos principalmente por membros originários da classe média, entre os quais jovens e mulheres (VAKALOULIS, 2003). À medida que a referência ao movimento operário passou a ser cada vez menos utilizado nessa conjuntura, o próprio conceito de movimento social tendeu a ocupar cada vez mais o vocabulário acadêmico.

A partir das duas últimas décadas os países da América Latina presenciaram também a formação de diversos movimentos sociais com algumas particularidades que os diferenciaram do movimento operário: não se confrontam diretamente com o capital (exceto quando se articulam com os trabalhadores ocupados), reivindicam sobretudo do Estado o atendimento de suas reivindicações e sua base social integra desempregados, subempregados, empregados da cidade e do campo, como também camponeses indígenas (MACHADO, 2006; 2009). Estes movimentos, conforme argumenta Eliel Machado (2006, p. 12), “(...) *teimam em fazer luta de classes em outros moldes, diferentes dos do proletariado mais tradicional*”.

Mas, ao contrário dos “novos movimentos sociais”, as lutas latino-americanas se constituíram como importantes formas de resistência ao neoliberalismo, quando não foram produto direto dos impactos provocados pelas políticas neoliberais; suas reivindicações abarcam, por um lado, a garantia de serviços básicos expostos à privatização, meios de produção sob o controle dos trabalhadores, o acesso a uma renda diante do desemprego e da impossibilidade de garantir a própria subsistência e, por outro, questões relacionadas à etnia, ao meio ambiente, às relações de gênero (MACHADO, 2006).

Poderíamos listar desde os *zapatistas* no México, os movimentos bolivianos (onde se tornaram referências as lutas denominadas como Guerra da Água e a Guerra do Gás), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, os movimentos indígenas no Equador, os movimentos de desempregados na Argentina, entre outros (GALVÃO, 2008; MACHADO, 2006; ZIBECHI, 2005).

A diversidade que caracteriza esse conjunto de movimentos latino-americanos e nos impede de tratá-los de modo uniforme, mas de antemão não concebemos que suas lutas se situem ao exterior da oposição capital x trabalho: o fato deles não estarem organizados nos lugares de trabalho estrito senso, de reivindicarem questões que não se restringem à relação direta capital-trabalho, de

apresentarem diferenças em relação às formas de luta desencadeadas pelos trabalhadores assalariados, não os tornam representantes de um “pós-movimento operário” e nem significa o desaparecimento do movimento operário. Conforme afirma Vakaloulis (2003, p. 134-135, grifos do autor):

Apesar da crise que atravessa há duas décadas, o movimento operário não é uma força histórica em extinção. Sem dúvida perdeu a centralidade sociológica e simbólica característica da época fordista. Seu “brilho” ligado ao imaginário heróico do proletariado industrial, desapareceu. Não é nem o único ator do conflito social nem a vanguarda da luta pela auto-emancipação dos dominados. De qualquer forma, a questão da “hegemonia operária” não mais se apresenta nesses termos. Esse ator mantém não apenas uma capacidade de perturbação anticapitalista, mas também a capacidade de reivindicação e de concretização de seus próprios objetivos.

O próprio teor das reivindicações dos movimentos aqui mencionados contesta o fim da luta contra o antagonismo estrutural inerente à reprodução do capital, pois mesmo que nem todos se identifiquem como anticapitalistas ou apresentem um projeto político, protestam principalmente contra mudanças de base material. É ilustrativa, nesse sentido, a definição “movimentos de urgência” dada por Galvão (2008) ao conjunto de movimentos constituídos em torno de causas emergenciais, indispensáveis para a sobrevivência das pessoas engajadas. Se esta definição explicita o principal objetivo dessas lutas, tampouco significa, a nosso ver, que estas não *possam* ultrapassar ou articular demandas mais imediatas com outras de caráter mais geral, apesar dos limites com os quais se deparam.

Compreendemos que a unidade desses movimentos aqui tratados encontra-se na sua contraposição às políticas neoliberais, como também parecem ter se constituído como produto da “fragmentação social”, a qual, segundo Claudia Korol (2007, p. 231), tem na sua “(...) *base material a desarticulação das classes e grupos organizados de acordo com interesses comuns coletivos (...)*”. Esta desarticulação resultou do processo de reorganização do capital, a partir das últimas décadas do século XX, que radicalizou a exploração e a dominação exercidas pelo modo de produção capitalista, inclusive ao procurar minar a unidade e força política do movimento operário e sindical.

Uma série de medidas fez parte dessa reorganização: introdução de novas formas de gestão e disciplinarização da força de trabalho; privatização de empresas e serviços públicos; terceirização da produção; desindustrialização de algumas economias; flexibilização dos direitos trabalhistas, crescimento da

informalidade, em meio a outras. Dentre as consequências constatadas encontram-se a precarização das condições de trabalho, os altos índices de desemprego, a redução dos direitos sociais e trabalhistas, a queda da qualidade e o difícil acesso aos serviços básicos, assim como a extensão em vários países da lógica privatista para áreas ainda preservadas, como a saúde, a educação e a cultura.

Os impactos dessas medidas atingiram vários setores sociais, bem como a organização política da classe trabalhadora. A dificuldade do movimento operário e sindical elaborar respostas e uma contra-ofensiva aos processos econômicos e políticos desencadeados, contribuiu com o enfraquecimento das suas lutas e com o seu refluxo político-ideológico observados em determinados períodos destas últimas quatro décadas, mas contribuiu também com a emergência de alguns movimentos sociais que, a nosso ver, expressam tentativas de *reorganização da classe trabalhadora*, ou seja, formas de recomposição da organização e das lutas desta classe. Isto não quer dizer que as organizações tradicionais de luta dos trabalhadores perderam o seu papel político e tampouco significa que esta *reorganização* não é isenta de limites e desafios; sejam limites decorrentes da preponderância de uma prática política voltada para objetivos imediatos, sejam desafios colocados pelas possibilidades concretas de organização da base social que compõe tais movimentos.

2.2 – O movimento Cocalero

Na América Latina assistimos ao “despertar das populações indígenas”, com a especificidade de que as afirmações étnicas na região não surgem, salvo exceções, acompanhadas de projetos separatistas e/ou conflitos armados entre diferentes grupos, como ocorre em outras partes do mundo, emergindo nos discursos de movimentos sociais que buscam uma expansão da participação das coletividades indígenas na vida social e política do Estado. Assim, a emergência étnica no continente manifesta-se na criação de diversas organizações, as quais desde o interior dos Estados nacionais questionam as formas hegemônicas de construção histórica da cidadania, da democracia e da própria concepção de “nação”.

Nas duas últimas décadas, a Bolívia foi palco de uma profunda transformação de sua sociedade, com o declínio de atores e identidades sociais até

então centrais e a emergência de novos atores, demandas e propostas que incluem o elemento da etnicidade. Dessa forma, desenhou-se um novo mapa dos atores sociais e políticos bolivianos, cujos alguns dos principais protagonistas são os movimentos sociais indígenas e o tema central, o reconhecimento da multiculturalidade e da plurinacionalidade, novos paradigmas que apoiaram a afirmação política de identidades étnicas como um mecanismo para a incorporação de setores da população até então excluídos da vida cidadã e democrática.

A trajetória política dos camponeses *cocaleros* na Bolívia, movimento social de maior envergadura nacional nas últimas duas décadas, é um tanto complicada de ser compreendida, principalmente se abordada a partir de uma regularidade histórica esperada para movimentos sociais que lutam pelos seus interesses de classe, constituindo níveis de consciência política e de autoconhecimento. Em princípio quando analisado o transcurso de lutas e conquistas dos *cocaleros*, observa-se que apenas o conceito de classe, isto é, a sua posição no processo produtivo mais a sua história de luta, resulta insuficiente para caracterizá-lo: mesmo em se tratando da defesa de seus interesses econômicos, os *cocaleros* nunca se definiram apenas como camponeses, mas como indígenas plantadores e protetores de uma folha simbólica para a sua cultura andina, a consagrada “folha de coca” (“oja de coca”) (URQUIDI, 2003).

A partir desta definição identitária étnico-cultural é que se destacam as condições da exclusão social a que foram submetidos desde tempos coloniais, e posteriormente do empobrecimento e da exploração econômica. Longe de ser na América Latina um movimento isolado, o dos *cocaleros* foi um movimento que acompanhou a emergência de outros novos setores ativos da sociedade, que imbricavam questão étnica com reivindicações sociais e pela reinserção econômica. Seja na selva colombiana, seja na serra equatoriana ou nos Andes peruanos ou bolivianos, chama a atenção o acúmulo de experiências de luta destes movimentos emergentes de camponeses-indígenas, inseridos no desenvolvimento limitado das suas forças produtivas.

A importância do movimento campesino não era levada em conta na história boliviana. A historiografia latino-americana costuma lembrar a Bolívia principalmente a partir da Revolução de 1952 e da dimensão das ações revolucionárias para o continente. Em 1952, as estruturas do poder organizado pelas oligarquias teriam sido extintas, instalando-se no lugar um Estado nacional-popular.

As medidas de nacionalização das minas, a reforma agrária, o voto universal e o desmonte do aparato repressivo militar das oligarquias foram as ações fundadoras de uma nova história social na Bolívia, marcada pela interpretação do operariado mineiro, fundamentalmente, e também do campesinato-indígena no cenário político nacional (SAUCEDO, 1999).

Os alcances da Revolução de 1952 realizaram-se, sem dúvida pelo impulso do setor mais combativo da sociedade, os proletários mineiros, e é a partir deste agente, como o sujeito mais avançado da sociedade, que a história contemporânea boliviana tem sido conhecida. Por motivo semelhante, foi no operariado mineiro que as organizações partidárias e a militância de esquerda apoiaram-se para tentar comandar uma nova revolução, desta vez a socialista. Nessa perspectiva, as sociedades rurais, os camponeses, como classe ou etnia, tinham somente importância revolucionária na medida em que fossem consideradas retaguardas rurais do movimento operário.

No caso dos camponeses bolivianos, os estágios de desenvolvimento de uma consciência sobre si mesmos foram sistematicamente desconsiderados ou negados, constatado o modo abrupto como os indígenas tradicionalmente executaram suas ações, e a falta de organização e coerência interna nas manifestações. Quanto ao horizonte de suas demandas, possivelmente o fato de os movimentos políticos camponeses lutarem em geral pela terra, e não por objetivos políticos mais amplos, limitaria suas metas a problemas cotidianos, sem maior preocupação com questões ideológicas de longo prazo, determinando um grau de consciência de classe menos cristalizado e uma organização política precária, quando comparados aos do proletariado (URQUIDI, 2003).

O fato foi que a força política que canalizou a massa do campesinato boliviano, antes e após a revolução, não foi a esquerda revolucionária, mas o Movimiento Nacionalista Revolucionário - MNR, no viés populista. Do mesmo modo, a partir de 1965, quando os setores mais reacionários do MNR assumiram o comando do governo, através de um golpe de Estado liderado pelo general Barrientos Ortuño, não foram as massas camponesas as que conformaram o bloco de oposição, junto com os operários. Pelo contrario, os alcances do governo realizaram-se a partir do pacto militar-camponês, aparentemente confirmando a tese de que o bloco camponês conforma-se antes uma massa de manobra que um sujeito autoconsciente (SAUCEDO, 1999).

Contudo, a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando, respondendo ao chamado da central sindical boliviana os camponeses paralisaram o país, bloquearam estradas e acessos às cidades e precipitaram a queda do governo militar, observava-se que eles haviam desenvolvido, nos anos da desta radicalização, racionalidade suficiente para não apenas defender as bandeiras da democracia, mas para levar o movimento para além das expectativas da central sindical, propondo inclusive lideranças camponesas organizadas num partido indígena para assumir o novo governo. Mas, o mundo todo estava mudando, e as conquistas sociais logo foram diluídas pela metamorfose global e pelas limitações do desenvolvimento local, na década de 1980. Ao fracasso evidente do ciclo revolucionário em fazer progredir um projeto nacional e moderno, adicionaram-se as consequências do endividamento recente do país. A dívida externa boliviana, na década de 1980 pulou de US\$ 460 milhões para US\$ 3 bilhões, entre empréstimos recebidos e dívida contraída pelos governos militares, para investimentos não-produtivos ou malversados.

Diante disso, a retomada da democracia⁹ não evitou a iminência da crise econômica manifestada numa hiperinflação que em 1985 atingiu a cifra de 23.500% de incremento anual. Ao Estado boliviano, ainda não consolidado na doutrina democrática, foi imposto iniciar profundas reformas estruturais através da NPE caracterizada pela reforma tributária, a abertura das fronteiras às importações e o congelamento de salários das instituições públicas, além do enxugamento da máquina estatal. Esta etapa, que coincide com o fim da Guerra Fria e com a divisão do mundo em blocos de influencia, conflui também com implantação do modelo neoliberal no resto da América Latina, e com o conseqüente refluxo das forças sociais, principalmente as identificadas com a esquerda sindical ou partidária.

Na Bolívia, o resultado da nova política de reforma foi uma imediata recessão econômica, o aumento do desemprego e, politicamente, o desmonte do setor mais organizado da sociedade, o proletariado mineiro. A sensação geral foi de devastação das alternativas sociais e das conquistas revolucionárias, de fim das utopias libertárias e das mobilizações sociais de décadas anteriores. A resistência do operariado mineiro e a organização popular teriam ficado relegadas para a história das lutas sociais derrotadas da América Latina (LINERA et al, 2000 p. 45).

Sem ser um acontecimento fortuito, entretanto, é neste contexto que surgem os *cocaleros*, como síntese simbólica da nova fase de exclusões sociais:

⁹ Marca o fim do período de ditadura militar no país que durou entre 1964 a 1982.

resultam do êxodo rural, da crise econômica e do desemprego; do modelo afiliado a interesse e capitais externos; e, principalmente, da crise representativa dos modelos tradicionais da organização nacional, quais sejam do “movimentismo populista” do MNR ou de sindicatos e partidos de esquerda. Diante disso, configura-se o paradoxo: como que em um cenário de crise e de limitado desenvolvimento de forças produtivas locais, apareceram estes movimentos? Por que os que outrora simbolizavam o segmento mais atrasado da sociedade, agora são os que dão energia à mobilização social e política, centralizam as iniciativas das novas ações, projetam horizontes maiores para as lutas dos povos oprimidos, e mostram, que acumularam níveis elevados de auto-reflexão e de capacidade de organização?

Aqui é onde se adquirem valor as histórias locais. Para entender o amadurecimento do movimento cocalero na Bolívia, deve-se primeiro pensar que os camponeses-indígenas nesse país não possuem uma identidade unificada nem histórias semelhantes. Podemos observar que há, entre os indígenas, no mínimo dois horizontes básicos e distintos: o dos povos quíchuas e o dos aymarás. Historicamente, os primeiros desempenharam um papel de conquistas e negociação, enquanto os segundos foram os da resistência¹⁰. Situação que se origina na memória longa pré-colombiana e que atravessa o estatuto colonial até a República e a história contemporânea. Observa-se, assim, por exemplo, que os camponeses quíchuas, numa atitude histórica de negociação teriam respondido de imediato ao chamado de 1952 e levado a revolução para o campo, enquanto pelo contrário, parte considerável dos indígenas aymarás, numa atitude de maior resistência e desconfiança, não teriam aceitado totalmente o governo revolucionário, e 1952 em princípio não passaria de uma data limítrofe entre duas histórias de exploração do índio (MAMANI, 2005).

¹⁰ Sabe-se que a etnia dominante no incário era a quíchuas, que impôs sua estrutura social e política sobre o resto das sociedades indígenas. Os povos aymarás, mesmo dominados pelo governo incaico, nunca perderam seus costumes nem acataram outra língua. Posteriormente, os espanhóis tiveram a conquista facilitada, pela fratura do império incaico e pela cooperação dos setores em disputa. Já recentemente, na Revolução Nacionalista, as conquistas da reforma agrária foram trabalhadas pela luta de camponeses de origem quíchuas, que posteriormente se transformariam na base do pacto militar-camponês. Os aymarás, pelo contrário, em geral mantiveram-se longe das lutas revolucionárias, sendo que posteriormente, sob o comando do movimento katarista, seriam o setor que se organizaria contra o pacto militar-camponês e lideraria a mobilização contra a ditadura militar. Desse modo, as lutas, conquistas e resistência de cada um desses povos definem um perfil diferenciado para cada grupo étnico. Os quíchuas serão conquistadores e negociadores, enquanto os aymarás terão uma luta de resistência e afirmação constante da sua identidade cultural (MAMANI, 2005).

Dois horizontes tão distintos são a base do movimento camponês contemporâneo boliviano. No caso dos quíchuas, haverá sempre uma atitude de maior disponibilidade para as transformações e para a adaptação a novas situações; já com os aymarás uma tendência maior de conservação e resistência definirá o tom do discurso identitário indígena e dos horizontes de luta do movimento. Foi assim durante o pacto militar-camponês, endossado mais facilmente pelos setores quíchuas e vigorosamente atacado pelos aymarás. Posteriormente, a experiência revolucionária teria trabalhado na memória dos aymarás graus fundamentais dos valores democráticos e, por esse processo, eles se transformaram, no final da década de 1980, num novo movimento social, os kataristas¹¹, como o setor mais combativo na defesa da democracia boliviana (URQUIDI, 2003).

Da dissidência do modelo “nacionalista-burguês”, e em oposição direta contra o pacto militar-camponês, emergem duas vertentes que, anos mais tarde, constituiriam a liderança futura do novo movimento indígena e camponês. O primeiro foi o katarismo, no altiplano; o segundo foi o movimento cocalero, organizado politicamente a partir de um setor de camponeses quíchuas que, não acatando o pacto militar-camponês, fugiram para o Chapare, no trópico cochabambino, a fim de conquistar novas fronteiras de sobrevivência.

Herdando do legado quíchua sua capacidade de adaptação aos novos desafios e sua facilidade para entender e vincular-se à lógica do mercado, os cocaleros levaram para as colônias do Chapare a organização sindical dos camponeses revolucionários, sem perder, no entanto, um eco longínquo da memória ancestral: a estrutura familiar como base produtiva e de reprodução social (URQUIDI, 2003, p.202).

Na medida em que se organizaram e se constituíram em movimento popular, os cocaleros fizeram prevalecer os valores que apreenderam dos rebeldes kataristas e das suas lideranças: a importância da retórica étnica, da necessária

¹¹ Surgiu no meio estudantil de La Paz, no final da década de 1970. Fundado por aymaras urbanos e rurais com o objetivo de difundirem sua cultura. Em pouco tempo este movimento conseguiu projetar-se amplamente como movimento político-ideológico “protonacionalista”, para além da capital. Após o lançamento do manifesto de Tiahuanacu, em 1973, onde expunham sua indignação em relação a opressão sofrida pelas comunidades indígenas na Bolívia, o katarismo consolidou-se como corrente sindical, reunindo lideranças de praticamente todos os sindicatos rurais. Posteriormente, houve uma crescente convergência entre o movimento katarista e a esquerda, sobretudo a COB, processo que culminou com a criação da Confederação Sindical única dos Trabalhadores Camponeses de Bolívia CSUTCB, em 1979, filiada à COB. Na época, a CSUTCB organizou uma série de bloqueios de estrada para protestar contra medidas econômicas adotadas pelo governo (Lidia Gueiler 1979-1980), ajudando a derrubá-lo. A CSUTCB, órgão sindical máximo das comunidades rurais, constituiu-se como organização com respeitável capacidade de pressão e de mobilização das populações indígenas. Continua a ser até hoje a organização que melhor representa a militância aymarás, e nesse sentido a própria problemática étnico-nacional da Bolívia atual (KOROL, 2007).

defesa da sua identidade e do mérito da busca de sua autonomia de ação. E, se de fato verificou-se uma preponderância do horizonte quíchua nas suas ações, principalmente nos atos de negociação, também é verdade que os traços de identidade apreendidos dos kataristas constituíram a base a partir da qual os cocaleros cresceram como movimento, até projetar-se no todo social (URQUIDI, 2003).

O grau de auto-reflexão e o nível do pragmatismo dos cocaleros fazem pensar que este movimento é também consequência das suas histórias de luta, num país marcado pela pobreza e pela desigualdade, pela vulnerabilidade econômica frente à agressividade dos mercados externos, e pela tradicional tendência à exclusão social dos indígenas por parte das elites. E, se em princípio é legítimo comparar a situação da pobreza estrutural característica do cocalero à dos camponeses de grande parte das sociedades latino-americanas, em seguida observamos que sua história local é o elemento constitutivo diferencial e capaz de explicar como, em meio a um atraso estrutural profundo, as forças sociais construíram na Bolívia seus referenciais de autoconhecimento e suas ações para o futuro.

Até agora a Bolívia tem sido o país mais pobre da América Latina depois do Haiti com um PIB de US\$ 7,954 bilhões, ou US\$ 933 per capita, e uma economia tradicionalmente baseada na extração mineral e de petróleo, além da agricultura. Na Bolívia, a base industrial foi sempre muito precária, e a indústria manufatureira incipiente, fatos que demonstram que aqui a modernização do período de hegemonia política do MNR privilegiou como meta principal a exploração da terra como única e verdadeira fonte das riquezas (LINERA et al, 2000, p.95).

Segundo dados do censo realizado em 2001, o país com apenas 8.274.235 habitantes, só recentemente apresenta **um** população com predominância urbana – 62%. Até a década de 1980, a maior parte da sociedade vivia nas áreas rurais: em 1980, 55% habitava o campo; em 1986, 52% da população vivia nas zonas rurais. Somente a partir de 1992 a população urbana superou a rural, sendo 57% dos habitantes morando nas cidades, contra 42% na zona rural. Apesar da inferioridade numérica, as zonas rurais concentram os índices de pobreza maiores no país: 80% vivem em estado de pobreza e 55% em situação de extrema pobreza. Nas áreas rurais, a taxa de analfabetismo para maiores de 15 anos é de 25%, enquanto 75% dos lares não possuem energia elétrica, 59% não tem água encanada e 95% estão sem nenhum serviço de esgoto (LINERA et al, 2000).

Neste contexto, o camponês boliviano tem buscado alternativas de sobrevivência, seja migrando para cidades ou exterior, seja diversificando sua economia, principalmente no artesanato. Todavia, um setor desta população optou pela migração para a região do Chapare, departamento de Cochabamba, a fim de plantar a folha de coca, e foi incentivado, desde a década de 1980, pela expansiva demanda da folha pelo narcotráfico. Dados de início da década de 1970, anteriores ao impulso do mercado da droga, afirmam que naquela época o Chapare tinha 25 mil habitantes, e que cinco anos mais tarde, quando o influxo da droga foi deflagrado, a população expandiu-se para 140 mil habitantes, ou 20% da população departamental. No início do século XXI, apesar do relativo sucesso das campanhas de erradicação da folha, a população do Chapare superou a cifra dos 300 mil habitantes, ou 22,5% da população departamental. No início da década de 1980, o fluxo migratório ao Chapare provinha de zonas rurais do próprio departamento de Cochabamba, mas na medida em que a demanda do mercado da folha foi crescendo e que a recessão econômica foi penalizando as populações de diferentes condições sociais do país, um êxodo massivo de todas as partes e setores produtivos, basicamente da mineração e serviços, misturou-se aos cocaleros nas colônias do Chapare, formando populações de distintas etnias, experiências sociais e domínios de técnicas produtivas (URQUIDI, 2003).

O colonizador típico do Chapare é um imigrante recente, dos últimos vinte anos, que em geral chegou espontaneamente à região, procedendo principalmente de Cochabamba e tendo como característica básica o fato de ser descendente do horizonte quíchua. Sem nunca ter perdido contato com suas regiões de origem – com as quais mantém relação contínua, na maioria dos casos, o cocalero não possui terras em outros sítios, ou elas estão localizadas nas comunidades de origem, em zonas áridas, ou foram constituindo-se em minifúndios não superiores a um hectare. Pelo seu passado rural, o cocalero padrão não aceita perder o estatuto de produtor independente nem vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Para produzir a folha, ele se apoia na reprodução familiar, usufruindo, no entanto, de troca de serviço com pessoas alheias ao seu grupo doméstico – parentes, vizinhos ou visitantes que chegam de suas comunidades de origem – para os períodos de cultivo ou de coleta da folha. Deste processo desprende-se um imbricado sistema que funde a lógica do mercado com as formas tradicionais de relacionamento produtivo, e mistura, por exemplo, a troca de serviços, como um dia de trabalho por outro (42% dos casos), com contratos monetários diversos (38% das vezes) ou simplesmente com pagamentos em produtos (17% das situações). Em todas as tarefas, quem

participa como principal força de trabalho é o chefe da família. Para o colonizador, a produção para o mercado é um objetivo mais importante que a de subsistência, e dentre os cultivos que ele escolhe, pela facilidade de venda e de produção, está a folha de coca (MAMANI. 2005, p. 132).

Enfim, a característica mais importante do cocalero está no fato de o cultivo da folha acabar se tornando o centro predominante do seu sistema produtivo, principalmente a partir da década de 1970, quando emergiu com ímpeto o mercado da cocaína. Com a coca, o produtor da folha consegue uma margem de autonomia superior à de qualquer outro camponês, preservando sua relação de propriedade direta com a terra e um fluxo de capitais impossíveis em outras áreas rurais. Contudo, nem por isso o cocalero tem superado o índice de pobreza característico das zonas rurais: pelo lugar que ocupa na cadeia produtiva do narcotráfico, é reservada a ele a menor parte dos lucros gerados pelo negócio da droga, suficiente para que ele saia das estatísticas de extrema pobreza em que se encontra o camponês boliviano, mas não supera o quadro da pobreza rural.

Na Bolívia a plantação de coca é legal, desde que realizada em locais de cultivo tradicionais e para as práticas ancestrais da medicina, rituais religiosos, comunitários e para facilitar o trabalho. A coca excedente, a destinada ao mercado da droga, está em tese sujeita à erradicação negociada e voluntária, e o fato de produzi-la não caracteriza o cocalero como produtor ilegal. Mas, na prática cotidiana, as políticas de erradicação geraram violência estatal e repressões, transformando os produtores de coca, das áreas de produção da folha em excedente, em criminosos passíveis de todo abuso dos órgãos de repressão e de violações aos direitos humanos.

Não existindo dados permanentes nem exatidão estatística quanto à produção de coca para o mercado da cocaína, o governo estimou que até o final da década de 1990, que apenas 10% da produção de folha de coca seria utilizada de forma tradicional, enquanto que 90% constituiriam a produção excedente destinada à fabricação de cocaína. Por esse motivo, segundo o plano Coca Zero, conveniado com a Embaixada dos Estados Unidos, o governo boliviano se comprometia, até início de 2000, a extinguir totalmente a produção excedente da folha, mesmo sem o acordo com os cocaleros. O projeto Coca Zero, mesmo não tendo atingido suas metas plenamente, rendeu grandes fluxos de capitais ao governo, em forma de apoio econômico externo, apoio logístico e militar, entre outros (URQUIDI, 2004, p. 206).

Paradoxalmente, quando os índices da coca excedente atingiram o nível mais baixo de produção, 12% da década anterior, os cocaleros conquistaram o ápice

do seu crescimento como movimento político, lançando seu próprio partido agora constituído como verdadeira força nacional.

Num quadro de reduzidos recursos da economia boliviana, observa-se que o cocalero é filho da pobreza estrutural agravada nas áreas rurais. As crises políticas e sociais, depois da Revolução de 1952, e a falta de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional não solucionaram sua situação, ou apenas fizeram-no formalmente. A abertura democrática da década de 1980, ao invés de impulsionar a integração nacional e o desenvolvimento das forças produtivas, perdeu-se numa crise econômica que forçou medidas de saneamento financeiro e políticas econômicas de impacto, acabando com a era “nacional desenvolvimentista”, voltada para as políticas de desenvolvimento nacional. Assim, ao tentar fortalecer a intermediação financeira e aumentar as fontes de arrecadação, abrindo o mercado para os capitais externos, as reformas econômicas diminuíram de imediato a inflação, mas geraram um impacto financeiro desfavorável, marcado pelo aumento do déficit total do setor público, o crescimento da dívida e a diminuição do PIB. O efeito social foi a demissão de funcionários públicos, cujo caso mais grave foi o do setor de mineração: mais de 30 mil operários, ou 65% dos trabalhadores, saíram das minas com suas famílias.

A recessão afetou também o setor industrial privado (manufatura e artesanato principalmente) aumentando a taxa de desemprego e subemprego, bem como a de informalidade. Acompanhando uma tendência global, a ocupação produtiva encolheu ao mesmo tempo em que crescia a não-produtiva, em especial o setor terciário, criando uma situação de pauperização e crescente miséria para o conjunto da população boliviana, em especial a de menos recursos. O aumento migratório da população urbana para fora do país foi instantâneo, bem como o das populações rurais menores, para centros urbanizados de desenvolvimento médio. Até o final da década de 1980, esta tendência já havia fincado raízes, que se prolongaram no tecido social ao longo dos anos de 1990 (LINERA et al, 2000).

Até 2001, aproximadamente 58% da população na Bolívia havia caído na condição de pobreza e não tinha acesso às condições mínimas de educação, saúde e saneamento nas suas residências. Política e socialmente, o impacto das medidas não foi menor: as instâncias estabelecidas para a organização social burocratizaram-se, enquanto os partidos perderam seu viés ideológico e os sindicatos, principalmente os proletários, foram desativados e enfraquecidos pela diminuição do contingente nas suas bases. O aumento da mendicância, além da violência urbana e da degeneração social estimuladas pelo crime organizado, em

especial relacionado com o tráfico urbano de droga, evidenciaram que um rápido processo de fragmentação e desagregação social havia sido iniciado. As brechas econômicas ampliaram-se profundamente, surgindo uma nova elite financeira, enquanto o fluxo migratório ampliou o estranhamento dos valores locais (SAUCEDO, 1999, p. 75).

Este é o pano de fundo em que o movimento cocalero desenvolve-se. Desde o início da década de 1980, a compensação econômica da venda da folha organizou os primeiros cocaleros atuando no plano defensivo e em confronto direto contra a erradicação da folha. Divididos ainda entre produtores interessados na substituição de cultivos, sob o incentivo da compensação econômica do governo, e produtores decididos a manter seus ganhos provindos da folha, no início, os cocaleros estavam apenas concentrados na defesa dos seus interesses imediatos.

Mesmo assim, à medida que as pressões para a repressão do tráfico e da produção de folha foram aumentando, e que o conflito foi ganhando um cunho político, os produtores foram também afinando suas demandas e agrupando-se em torno de novas estratégias discursivas e de ação: a defesa da folha deixou de se concentrar apenas em questões econômicas para também assumir um fundo identitário e cultural, e de defesa da soberania nacional. Para dar força ao movimento, as colônias de plantadores articularam-se em sindicatos centralizados na Federación Especial de Trabajadores Campesinos del Trópico Cochabambino (FETCTC), sob o comando do setor mais combativo do movimento, e de posição mais definida em relação ao governo, setor que dominará os cocaleros nas décadas seguintes, sob a liderança de Evo Morales Ayma¹².

A partir de 1985, o movimento cocalero recebeu o reforço da migração do ex-operariado mineiro e de setores urbanos desempregados que fundaram colônias novas, unindo-se aos camponeses residentes e aos recém-chegados das diversas regiões empobrecidas do país rural. O êxodo para o Chapare, desde a crise que começa em 1982, cujo pico são as reformas estruturais de 1985 é o momento constitutivo do movimento cocalero, pois abre o movimento para outros sujeitos políticos e para a diversidade social, além de prepará-lo para abrir nacionalmente um diálogo, ampliando e amadurecendo política e ideologicamente o setor.

¹² Líder do movimento cocalero desde 1986, quando da unificação da Federación, Evo Morales Ayma migrou em 1978 para o Chapare, saindo da província de camponeses quíchuas de Sur Carangas, no departamento mineiro de Oruro. Esta cidade está caracterizada pela importância do movimento proletário mineiro, fortemente relacionado com a organização camponesa local.

A subsequente conversão de mineiros em plantadores de coca marcou uma fase de maior importância, deslocando o eixo do poder social de volta ao campo, mas na direção de um tipo totalmente diferente de camponês. Sempre existiu uma diversidade de camponeses, baseada em aspectos culturais e regionais e em oportunidades de mercado. A estas diferenças, no entanto, o aparecimento de produtores em pequena escala associados à luta mineira claramente diferenciam-se dos camponeses tradicionais (PETRAS, 1999).

A fusão de distintas culturas políticas deu origem a um movimento que combina formas organizacionais, táticas e estratégias de confronto a partir de setores avançados da classe trabalhadora consciente, que reivindicam a terra, a autonomia cultural indígena e o respeito pelos valores espirituais tradicionais, enraizados nas comunidades indígena e camponesa [...] Os movimentos dos camponeses, particularmente o dos cultivadores de coca, estão envolvidos na maior e mais sustentada luta contra o regime neoliberal e seus parceiros dos Estados Unidos. O resultado tem sido o aumento da consciência nacional: o conceito de uma “nação índia” tornou-se lugar-comum (PETRAS, 1999, p. 130).

Os sindicatos mineiros, particularmente do setor estatal, decaíram substancialmente – mais de 50.000 trabalhadores foram despedidos em função do projeto de reestruturação desenhado pelo FMI – Banco Mundial e consultores acadêmicos norte-americanos. Apesar de seu tamanho reduzido (aproximadamente 15.000 trabalhadores, a maioria dos quais hoje empregados em multinacionais), o setor mineiro ainda é responsável por cerca de 75% das exportações legais. Portanto, os mineiros ainda representam um segmento estratégico da economia, mesmo que seu peso numérico para mobilizações populares tenha declinado (PETRAS, 1999).

Dada a redução do contingente mineiro em uma certa proporção, os camponeses, agora integrados por mais de 30.000 ex-mineiros, emergiram como o setor mais dinâmico e influente no confronto direto com o regime neoliberal. Pode-se fazer a distinção, para fins analíticos, entre dois setores: os cultivadores de coca, em sua maioria ex-mineiros, e os produtores agrícolas tradicionais (PETRAS, 1999).

A defesa tradicional da coca, por sua vez, gira em torno da reivindicação de uma histórica nação índia, um conceito que concebe classe como nação, e esta última com defesa de soberania. A interpenetração de formas modernas de lutas de classe com um plantio tradicional, as solicitações de ordem material por um ganho substancial através da produção na escala do mercado e um retorno a crenças

espirituais pré-colombianas reflete a realidade de um movimento que está crescendo de baixo para cima, de dentro para fora (PETRAS, 1999).

Essa múltipla condição indica que, para além dos pertencimentos de ordem étnica, de gênero, geracional, é possível identificar um caráter de classe nesses movimentos. Essa intersecção entre identidade étnica e de classe também é visível no caso boliviano, tanto no caso do sindicalismo mineiro (operários), quanto dos camponeses produtores de coca.

Enquanto distintos pela procedência, a classe mineira altamente consciente, transformada em camponesa, foi capaz de disseminar uma ideologia de consciência de classe e de criar formas de liderança entre os camponeses, o que conferiu uma perspectiva qualitativamente diferente à luta. Ao mesmo tempo, o assentamento de mineiros em áreas rurais, particularmente em comunidades de plantadores de coca, foi acompanhado por um acultramento às práticas e aos discursos espirituais tradicionais, associados à folha da coca e a reivindicações por uma maior autonomia índia. (PETRAS, 1999, p. 133).

Num período aproximado entre 1987 e o início da década de 1990, os cocaleros iniciaram um plano de conquista da opinião pública. O objetivo era articular o movimento com a sociedade e legitimar a defesa da folha como forma de resgate e de luta pela soberania nacional. De fato, esta é uma fase de grandes transformações no movimento, implicando uma ampliação de seus referenciais e processos internos de reforma. A articulação interna do movimento e a vontade de confluir com os interesses de outros setores oprimidos da sociedade, exigiu a incorporação da demanda de sindicatos, trabalhadores de outros segmentos sociais, estudantes, intelectuais, partidos de esquerda e a conquista de aliados como a Igreja Católica. Com alguns setores da sociedade, o envolvimento com os cocaleros deu-se de forma natural, como com os kataristas, de quem eles absorveram alguns fundamentos identitários, e os trabalhadores da central operária (COB), de quem eles receberam orientações e experiências classistas. Com os setores urbanos, o processo foi mais demorado e negociado. Alguns segmentos intelectuais, de início, apresentaram tendências favoráveis a enfrentar o problema como sendo apenas uma manifestação desagregada da crise social. A Igreja Católica, pelo seu lado, encarou com simpatia o movimento, mas limitou-se a ser uma mediadora dos conflitos entre o Estado e os cocaleros (URQUIDI,2003).

A irradiação do movimento pela sociedade foi facilitada pela abertura do movimento ao diálogo e pela articulação dos seus argumentos políticos com as

demandas sociais gerais, mas também pelo crescente repúdio, nas cidades, contra a política econômica do governo e a intervenção coercitiva dos Estados Unidos. Esta fase inicia também o momento de maior atrito entre o movimento e o governo definindo na prática as relações antagônicas deste movimento com os setores burocráticos do Estado. É nessas circunstâncias que o movimento cocalero se reforma, incorporando demandas sociais distintas e estruturando de modo mais coerente suas críticas contra o neoliberalismo. As bandeiras de luta pela autodeterminação nacional vieram a calhar com seu discurso reivindicatório da folha da coca, como símbolo da resistência nacional e, ainda, aumentaram a margem da sua autonomia como movimento, perante seus “novos aliados”: em princípio, foi preciso aos cocaleros posicionar-se na Central Sindical Única de Campesinos de Bolívia, dominada pelos kataristas; em seguida foi necessário abrir um espaço novo na Central Obrera Boliviana (COB), dominada pelo antigo operariado mineiro, e pelos partidos tradicionais de esquerda (LINERA et al, 2000).

No início da década de 1990, o movimento cocalero já era uma dos principais, talvez o mais massivo movimento social com participação na política nacional (LINERA et al, 2000). Definida sua autonomia perante as outras forças sociais, os cocaleros puderam de modo mais coeso realizar a fase de disseminação das suas propostas na sociedade, desencadeando nacionalmente o debate sobre suas demandas, e também sobre a situação de pobreza do campesinato, as reflexões contra o neoliberalismo e a pressão internacional, e a importância da autonomia ideológica e da defesa da soberania nacional. No campo, os sindicatos aymarás e quíchuas, nas minas o operariado e nas cidades, estudantes, intelectuais, a classe média e setores populares incorporaram definitivamente a “defesa da folha” como a defesa de si mesmos, repudiando pressões externas e governamentais para a erradicação do cultivo, e acatando decisivamente o conceito da diversidade cultural como base na nova estrutura social. Foi a base de maior irradiação social do movimento, conquistando o apoio de 70% da população nacional, aprovação que pôde ser sentida na primeira Marcha de la Dignidad y la Soberania, em junho de 1991, à sede do governo, em La Paz, para cujo objetivo, garantir os direitos fundamentais contra a militarização da luta contra a coca, conseguiram a solidariedade e resposta da população urbana de La Paz, bem como de todas as cidades por onde a marcha passou (URQUIDI, 2003).

Nesta fase, os cocaleros impuseram uma de suas principais características e métodos de mobilização, as marchas, as concentrações em cidades importantes, as greves de fome em instalações públicas e o bloqueio de estradas interdepartamentais. Realizaram, paralelamente, seminários e debates com a população, entrevistas e divulgação na mídia, e promoveram encontros nacionais e internacionais de produtores de coca ou de indígenas, com caráter deliberativo em assembleias massivas para definir a direção da mobilização e a identidade do movimento. Os cocaleros constituíram, então, o setor mais organizado e de maior capacidade de mobilização no campo e na cidade, com capacidade para interpelar o governo e sentar-se com ele numa mesa de negociação (ZIBECH, 2006).

O crescimento do movimento cocalero não foi tranquilo. Paralelamente à sua consolidação e irradiação social, as disputas internas e influências externas foram limitando a margem das suas ações. A pressão internacional sempre exigiu um posicionamento enérgico do governo contra o movimento, bem como importantes partidos políticos, na incapacidade de absorver o movimento, passaram a hostilizar ou cooptar suas lideranças. A repressão das forças policiais e militares encontrou apoio moral e incentivo das empresas agrícolas do Chapare, prejudicadas pelos bloqueios de estradas, e setores da mídia lançaram campanhas de desinformação principalmente a partir de 1993. O centro dos atritos entre governos e cocaleros sempre teve bases políticas e principalmente econômicas. O descaso do governo com os acordos de desenvolvimento alternativo e as compensações econômicas para a substituição de cultivos foram as demandas mais incidentes dos cocaleros. Do outro lado, a falta de compromisso dos cocaleros para com a substituição das plantações de coca, em momentos de alta de preços da folha, impediu alcançar as metas do governo, argumentação que deu fôlego às políticas de Estado (URQUIDI, 210).

Ao longo da década de 1990, do ponto de vista do governo sobre o problema da coca reduziu-se aos aspectos legais e policiais, despolitizando o conflito social e econômico, deslocando a luta dos cocaleros para o plano de luta em defesa dos direitos humanos. Aos poucos, o governo recuperou do movimento cocalero o controle das iniciativas sobre a coca, o que provocou, na segunda metade da década de 1990, o acirramento dos conflitos e da violência estatal. Para reconquistar a hegemonia nas cidades, o governo realizou amplas campanhas paralelas na mídia, com o apoio de setores da sociedade civil. Em 1994, os cocaleros buscaram o abrigo de um partido que os representasse no governo, a Izquierda Unida (IU), através de um instrumento político criado pelos cocaleros e pelo movimento camponês cochabambino, a Asamblea para la Soberanía de los Pueblos (ASP),

através da qual, em 1985, conquistaram a maior parte das cadeiras municipais da região do Trópico de Cochabamba (ZIBECH, 2006, p. 121).

O significado das alianças políticas e da “asamblea” vai além da ocupação de novos espaços de poder: na certeza de que um partido de camponeses¹³ estaria destinado a desaparecer a ASP projetar-se-ia como instrumento político capaz de canalizar o apoio dos intelectuais e da classe média urbana. O movimento cocalero estaria neste momento prestes a propor o desafio de criar um novo bloco histórico em torno do campesinato. Ao fugir do conteúdo camponês-indígena da ASP, o movimento fugiria da tendência racista dos movimentos indígenas até então existentes e evitaria a discriminação constante dos outros setores da sociedade. Para o futuro da ASP, os cocaleros aspiraram constituir um movimento amplo, sem o fundamentalismo do campesinato katarista, e pretendiam, com isso, expressar a ampla composição do movimento popular boliviano, assim como “descampenizando” o partido, ensejaram incorporar operários, professores e profissionais (ZIBECH, 2006).

Enfim, o objetivo pretendido da ASP seria a luta pela soberania, a dignidade e a defesa dos recursos naturais, tarefa não apenas de camponeses como também de outros setores sociais. Pelo horizonte que o movimento foi assumindo, então, o projeto dos cocaleros foi alimentando uma crescente vontade de poder estatal, pois, como seu líder Evo Morales afirmara, “enquanto formos apenas poder sindical e não poder político, sempre perderemos nas negociações com o governo [...]”. Nas eleições presidenciais e para deputados de junho de 1997, através da ASP, os cocaleros conseguiram conquistar, pela primeira vez, quatro cadeiras no parlamento, em aliança com a IU, sendo que Evo Morales correspondeu a maior votação das eleições, obtendo ainda um índice acima de 70% dos votos na sua região (ZIBECH, 2006, p.122).

Paradoxalmente ao crescimento do prestígio político do líder cocalero e da projeção internacional do movimento, desde que em 1997 o movimento conquistara várias cadeiras no Parlamento, começou também a gestão do governo mais anticocalero dos últimos anos, de Hugo Bánzer, no seu segundo mandato. O governo de Bánzer propôs, no início de sua gestão a erradicação total da folha destinada ao narcotráfico, num programa denominado “Coca Zero”. Para isto, fez uso particularmente violento das polícias rurais e da mobilização militar, negando-se sistematicamente a negociar as demandas dos cocaleros. A crise que esta repressão causaria nas economias das famílias cocaleras, assim como o refluxo

¹³ Até aquele momento, os partidos camponeses nunca haviam conseguido superar a marca de 3% dos votos nas eleições presidenciais.

migratório destas para as cidades aparentemente indicava o final do movimento. Entretanto, os 15 anos de luta cocalera, até então, em contraposição ao desmonte das organizações populares existentes até a década de 1980, prevaleceram e deram o temperamento das mobilizações sociais que surgiram no final do milênio e início do século XXI, consolidando a liderança dos cocaleros. A manifestação mais importante destas novas tendências foi um longo período de lutas anti-sistêmicas e anti-neoliberais em todo o país.

Um elemento fundamental desta disputa política foi o fato de as populações indígenas terem irrompido definitivamente na vida política nacional. Conforme avalia Garcia Linera, não aconteceu de um ou outro líder indígena participar num ou noutro partido; eles ingressaram na política através dos seus próprios instrumentos políticos, marcando um acontecimento único continental: o Congresso de uma das Repúblicas mais mestiças – e discriminatórias -, ver-se-ia física e politicamente inundado de representantes indígenas de ambos os sexos. Pela primeira vez, uma massa importante da população, incluindo setores urbanos, mestiços e intelectuais, participava ativamente da vida política do país pelas bases e com forte influência no Parlamento. Desta forma, o modelo econômico hegemônico até o final da década de 1990 foi colocado em xeque. Não foi um acontecimento surgido a partir de um partido político apoiado numa massa social, mas foi um movimento social que, invadindo o espaço reservado aos partidos políticos, foi capaz de conservar sua essência, expandir-se e se articular com outros movimentos sociais. Foi justamente a centralidade política de um movimento social que conquistou expressividade num país de forças produtivas pouco desenvolvidas, que levou setores historicamente pouco articulados a mobilizar-se de forma a envolver a sociedade civil para demandar representatividade ao Parlamento, marcando o início de um estimulante processo de mudança social.

2.3 - A Guerra da Água em Cochabamba: “O prelúdio da Guerra do Gás”

A manifestação mais importante destas novas tendências que mostravam a força dos movimentos sociais na Bolívia, inclusive o cocalero, é que tinham um perfil nitidamente antineoliberal. Em 2000, entidades coordenadas em movimentos de bairro, associações profissionais e sindicatos camponeses do departamento de Cochabamba iniciaram uma luta conjunta contra as políticas privatizantes do

governo, que pretendiam atingir os recursos hídricos do departamento. Na “Guerra da Água” paralisou-se o país. Em ação coordenada dos movimentos populares de Cochabamba, breou-se o projeto de privatização, fragilizando também as alianças políticas e econômicas do governo e disseminando o cisma necessário para que outros setores da sociedade e do país se pronunciassem: nos departamentos de Oruro e La Paz, os camponeses fecharam as estradas contra as políticas econômicas do governo; em La Paz, a guarnição de polícia entrou em choque por reivindicações específicas da categoria; em todo o país, os professores pararam por motivos salariais e os operários dos distritos mineiros declararam sua mobilização e sua rejeição às políticas econômicas de privatização.

A Guerra da Água foi integrada por segmentos diversos da sociedade civil, organizados na Coordinadora del Agua, mas atingiu seus objetivos pela pressão massiva dos camponeses nas cidades, cujo eixo de organização era o movimento cocalero. A inédita aliança das populações do campo e da cidade, elemento novo na Guerra da Água, foi um movimento de solidariedade espontânea, manifestada na recepção com alimento e abrigo aos camponeses na cidade. A mobilização de 2000 quebrou por um instante fecundo o gelo histórico que separa o campo da cidade, e isso somente foi possível porque a aliança vinha sendo construída com anterioridade, desde a década de 1980, pelo movimento cocalero.

Brindaram várias taças de champanhe pelo êxito alcançado pela Corporação Bechtel, em Cochabamba. Políticos dos mais altos cargos do governo boliviano bateram palmas ao felicitarem o representante desta companhia, Geoffrey Thorpe. Era 3 de setembro de 1999, uma data para celebrar. O contrato de privatização do sistema de água da cidade fora firmado, e Thorpe teria uma boa razão para estar de bom humor. Sua companhia fazia milhões de dólares à custa dos cidadãos bolivianos que agora teriam que pagar por sua água, mesmo que fosse da chuva ou das fontes comunitárias (DANGL, 2009).

Os gritos de protesto nas ruas romperam o entusiasmo da celebração. Os protestantes não se sentiam otimistas com os planos Bechtel para Cochabamba. Porém, dentro do recinto a festa continuava: “Estou acostumado a este tipo de música de acompanhamento”, disse o Presidente e antigo ditador boliviano, Hugo Banzer. Entretanto, essa “música de acompanhamento” cresceria até converter-se em um rugido que sepultaria para sempre a festa de Bechtel, em Cochabamba (DANGL, 2009, p. 78).

Quando o contrato firmou-se, a privatização do sistema público de abastecimento de água representou a marca do neoliberalismo nos países semicoloniais. Os que propuseram que a água passasse para a iniciativa privada prometeram baixos custos, uma administração mais eficiente e melhor distribuição dos serviços. Porém, a privatização através da Bechtel teve diferentes consequências em Cochabamba: as tarifas elevaram-se rapidamente, houve falhas na distribuição e os cidadãos pobres foram os que mais sofreram com falta de água. Em resposta, os camponeses, os sindicatos e os habitantes nas cidades organizaram um movimento de protesto que mudou o plano de privatização, expulsou a Bechtel do país e iniciou uma nova era dos movimentos sociais na Bolívia (KRUSE, 2005).

O conflito que se iniciou em Cochabamba faz parte de uma crise de água a nível global. De acordo com Benjamin Dangl:

A maior parte da água no planeta é salgada ou está congelada nos polos Norte e Sul. Menos de um por cento da água do planeta é potável e disponível. A única maneira de renovação da água potável é através da precipitação de chuva. O aquecimento global tem limitado este ciclo natural. A contaminação, os métodos pobres de irrigação, o desmatamento, as secas prolongadas e a urbanização estão também bloqueando o acesso a este recurso vital, convertendo a água em algo unicamente disponível para quem possa pagar. Bilhões de pessoas ou 20% da população mundial atualmente carece de acesso à água potável. Do mesmo modo, próximo a 70% de toda água limpa de lagos, açudes e rios está sendo utilizada pelos seres humanos para a agricultura. Enquanto o custo de vida sobe, aqueles com menos recursos não podem pagar pela água, comida e bens de consumo. Isto incrementa a possibilidade de ocorrer rebeliões contra governos e empresas, instâncias estas, às vezes, responsáveis por bloquear o acesso aos recursos naturais. As empresas no negócio da privatização da água tomam grande proveito desta crise mundial (DANGL, 2009, p. 78-79).

De acordo com o diretor geral da UNESCO, Klaus Toepfer, “enquanto que a água torna-se mais escassa, também é mais cobiçada e capaz de gerar conflitos”. Mais que o petróleo e as terras, disse Toepfer, que os conflitos mais áspersos do futuro próximo serão pelo acesso água. Isto é particularmente certo em regiões áridas como Cochabamba (DANGL, 2009). Não podemos precisar se os prognósticos do senhor Toepfer serão concretizados, mas não ignoramos tal impasse.

A cidade de Cochabamba está localizada em um vale entre a zona tropical do Chapare e o Altiplano. Uma imensa estátua de Jesus Cristo observa a cidade lá de cima (Cristo de La Concórdia). Os problemas com o acesso à água não

são novos para os residentes de Cochabamba. Durante várias décadas, os políticos em época de eleições têm prometido resolver os problemas da água na cidade. Enquanto que a corrupção, os escândalos e a falta de dinheiro deixaram o problema sem solução, a população continuou crescendo. Em 1976, cerca de 200.000 viviam em Cochabamba. Esse número cresceu 500.000, no início da guerra da Água, em novembro de 1999. Um ano antes de surgir o conflito a rede pública de água chegava a apenas 60% da população. O restante recebia sua água de fontes próprias e comunitárias, ou compravam de distribuidores independentes que vendiam o recurso a preços elevados (SHULTZ, 2008). Alguns dos participantes mais radicais da Guerra del Água vieram de bairros pobres sem acesso a água potável, e aqueles residentes tinham que pagar muito mais pela água distribuída por caminhões. Quando Águas del Tunari – subsidiária da Corporação Bechtel – anunciou o aumento dos preços, os setores mais pobres sentiram mais fortemente os efeitos (DANGL, 2009).

Para ajudar a privatização, o governo aprovou a Lei da Água 2029, no mesmo período em que se concretizou o contrato com a Bechtel. A lei favoreceu o uso da água por parte de empresas internacionais para a mineração, a agricultura e usos elétricos, ficando acima do consumo humano. A lei não garantia o mesmo acesso à água potável por todos os membros da sociedade, e em especial, pelos setores mais empobrecidos e excluídos socialmente. Também proibia o funcionamento de sistemas alternativos de distribuição de água que eram típicos das zonas rurais e urbanas de baixos recursos. Tudo foi taxado pelo governo; a água que chegava às casas através de cano, a que era acumulada em períodos de chuva e a de fontes comunitárias. Tal feito foi idealizado e implementado distante dos conselhos populares, a participação de grupos sociais ou de sindicatos, levando vários setores da população às ruas para protestar (KRUSE, 2005).

“Cada manhã quando me levantava, multidões de camponeses, meninos, mulheres e moradores passavam por minha casa com paus e pedras”, disse-me Luís González, estudante de economia da Universidad Mayor de San Simon, durante a Guerra da Água. “Toda Cochabamba estava com os punhos levantados... Gente de todos os grupos políticos e sociais juntavam-se nas ruas para bloquear à polícia. Eles se defendiam com pedras e com as latas vazias de gás lacrimogêneo arremessando-as de volta aos policiais. Seus olhos incendiavam-se ao me contar sobre os ativistas que enchem garrafas de refrigerante para usá-las como coquetéis Molotov (Entrevista 07/11/2012 - Cochabamba).

As sementes desta rebelião foram plantadas em 1996, quando o Banco Mundial pressionou ao governo boliviano a aceitar um contrato para a privatização da água em Cochabamba. O banco ameaçou reter 600 milhões de dólares de renegociação da dívida caso a Bolívia recusasse seguir o plano (SHULTZ, 2008). Em 1999, o governo assinou um contrato de privatização da água com Aguas del Tunari durante uma reunião a porta fechada. Este acordo prometia o direito à propriedade da água em Cochabamba pelos próximos 40 anos e garantia lucros anuais de 16%. Aguas del Tunari apropriou-se dos sistemas de irrigação nas áreas rurais e das fontes comunitárias, muitas das quais haviam sido construídas e financiadas pelos próprios moradores do local. Imediatamente depois de ganhar o controle da água, a empresa aumentou drasticamente seu preço, chegando em alguns casos a 20%. Em uma cidade onde o salário mínimo mensal é de 60 dólares, muitos cochabambinos viram que uma despesa de 20 a 60 dólares por mês seria impossível de pagar (DANGL, 2009).

Como demonstra o conflito em Cochabamba, existe uma grande diferença entre o que prometem os seguidores das políticas neoliberais e como as coisas desenvolvem-se na realidade. Quando Bechtel chegou à Bolívia, os políticos na gestão de Banzer estavam ansiosos por trabalhar com a empresa, vendo na privatização como uma “bênção” aos problemas da água em Cochabamba (LINERA, 2004).

“Era muito estranho”, disse Rosseline Ugarte, uma jovem que organizou bloqueios de rua com a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses de Bolívia (CSUTCB) nas áreas rurais. “Até a gente que não tinha água encanada em casa tinha que pagar”. Depois que se firmou o contrato de privatização, ela trabalhou com este sindicato para conscientizar os cidadãos das zonas rurais sobre os efeitos de Agua del Tunari, organizando-os para que iniciassem a ação. Por falta de infra-estrutura pública, muitos camponeses e residentes de Cochabamba haviam organizado entre si a construção de fontes de água com seus próprios recursos. “A lei da água não permitia que as famílias das zonas rurais tivessem sua própria fonte”, explicou. “Tinha que pagar certo montante até para sua própria fonte. Porém, um camponês não tinha dinheiro suficiente para comprar comida, muito menos para pagar uma conta de água. De onde iriam retirar este dinheiro? Sentimo-nos extremamente roubados! Como podem cobrar-nos por nossa própria água? Em breve estariam cobrando pelo ar!” (Entrevista 06/11/2012 - Cochabamba).

A empresa que afetou a vida destes camponeses está entre as 100 mais ricas do mundo. Bechtel Enterprises tem quase um século de existência e trabalha em diversos ramos: desde ferrovias, minas e petróleo; até aeroportos, empresas de

segurança e tecnologia aeroespacial (Dangl, 2009). É a maior empresa de construção civil do mundo com 19.000 projetos em 140 países, presente em cada continente, exceto Antártida. Mais de 200 plantas de tratamento de água no mundo levam o nome da companhia. É um dos maiores conglomerados corporativos do mundo. Com lucros para 2005 superiores a 18 bilhões de dólares (SHULTZ, 2008). Para Bechtel, o céu é o limite!

Warren Bechtel fundou sua empresa em 1898, principalmente para construir ferrovias de Oklahoma até a Califórnia com o trabalho de prisioneiros e trabalhadores chineses. Seu filho Stephen, fez bilhões construindo bases militares e barcos para uso na Segunda Guerra Mundial. Bechtel logo entrou para o negócio do petróleo, e eventualmente construiu bases militares norte-americanas no Vietnã. A empresa está atualmente lucrando bilhões de dólares com seus “esforços na reconstrução do Iraque”, um país com uma infraestrutura em ruínas graças aos bombardeios dos Estados Unidos. Os sistemas elétricos, o abastecimento de água e o serviço de telefonia continuam precários e instáveis. As linhas ferroviárias, as escolas e as estradas apenas podem operar (SHULTZ, 2008, p. 23).

A gigante do ramo da construção com sede em São Francisco (EUA), chegou recentemente ao lucrativo negócio internacional de absorver empresas de serviços de água. Em 1996, criou uma nova companhia com sede em Londres, a *International Waters Limited* (IWL), que rapidamente mobilizou-se para entrar no negócio da água a nível mundial. Como grande exemplo de empresas monopolistas, Bechtel e IWL saíram em busca de contratos, ganhando a administração de água em lugares como Estônia, Bulgária e também Cochabamba (Draper y Shultz, 2008). Para alcançar seus objetivos na Bolívia, o monopólio criou a empresa Aguas del Tunari.

Na maioria dos casos em que os governos privatizam os sistemas de água, as companhias não cumprem com suas promessas de melhorar infraestruturas, elevam os custos de instalação e de uso além do que a maioria pode pagar. Por isso, não deveria surpreender o feito de que o lema deste império, atribuído ao chefe que reinou por um longo período, Stephen Bechtel, é “Nós estamos interessados mais em fazer dinheiro do que coisas” (LINERA, 2004).

A filosofia de Bechtel chocou-se de frente com os habitantes de Cochabamba. O movimento contra a Lei da Água e o plano de privatização culminaram em uma série de bloqueios e protestos em 4 de novembro de 1999. Os manifestantes demandaram mudanças na lei e um contrato que protegesse seus métodos tradicionais de uso e distribuição de água. O líder dos manifestantes Omar Fernández escreveu que no povoado de Vinto, às cinco da manhã, a polícia interveio em um dos bloqueios, disparando-lhes

balas de borracha e gás lacrimogêneo. Os bloqueadores correram, lançando pedras e escapando das balas, obrigando à polícia disparar gás contra a corrente de vento, de maneira que soprou de volta para eles mesmos. As forças de segurança foram confundidas e os bloqueadores reorganizaram-se em outros lugares. O governo ignorou suas ações e a revolta entre os manifestantes desenvolvia-se cada vez mais (SHULTZ, 2008, p. 27).

Ao final de 1999, quando os moradores começaram a receber suas faturas de água, os protestos cresceram até incluir mais setores da sociedade: as pessoas da cidade e estudantes. Entretanto, a insatisfação geral não foi somente pelo incremento dos preços de Aguas del Tunari, mas devido ao fato do dinheiro está evadindo-se para uma gigante transnacional e que muitos teriam que pagar por um recurso que anteriormente era visto como um presente de “Pachamama”. A cooperação poderosa que se deu entre os moradores rurais e urbanos nasceu desta frustração compartilhada (KRUSE, 2005).

As mobilizações em Cochabamba organizaram-se de forma horizontal e incluíram diversos setores sociais. Alguns, como os cocaleros e os trabalhadores de irrigação nas áreas rurais, organizaram bloqueios que isolaram a cidade do resto do país, pressionando uma resposta das autoridades. Outros distribuíram informação e organizaram atividades entre trabalhadores e associações de bairro.

Grande parte destas forças unidas foi canalizada pela Coordenadoria pela Defesa da Água e da Vida, uma coalizão de vários grupos que se organizou em 12 de novembro de 1999. A Coordenadoria trabalhou como um instrumento de ação, unindo os cidadãos das zonas rurais com os das cidades, combinando vários setores econômicos e políticos. Jogou um rol importante na coordenação e organização das manifestações, dos bloqueios e das negociações que se concentraram ao rechaço da Lei da Água e do contrato com a Bechtel.

De acordo com Benjamin Dangl (2009), a Coordenadoria usou estratégias de organização do setor rural. Os camponeses tinham uma melhor ideia do que estava sucedendo. Eles tinham uma organização que se reunia através de assembleias, de onde tomavam decisões entre eles mesmos. Aqueles métodos não eram comumente utilizados pela sociedade urbana. Entretanto, os dois mundos uniram-se na Guerra da Água, complementando-se mutuamente. A privatização atuou como um detonador da ação social.

Em janeiro de 2000, a Coordenadoria começou a organizar protestos contra o elevado preço da água e chamou assembleias para discutir a ação que

deveriam tomar. Os membros recomendaram organizar bloqueios e protestos caso o governo recusasse discutir as mudanças no contrato e na lei. Os funcionários do governo não contestaram e os bloqueios começaram em 10 de janeiro. Outros grupos organizaram greves por toda cidade. A cidade, o aeroporto e as principais estradas foram fechadas. Os manifestantes usaram pilhas de pedras e árvores para bloquear as ruas e impedir o tráfego na cidade, onde milhares de pessoas juntaram-se na praça principal, cujo lema era; “El Agua es Nuestra Carajo!”(DANGL. 2009).

A muitos cochabambinos faltava paciência e dinheiro para esperarem três meses. Os cidadãos estavam desafiantes: em vez de pagar suas novas faturas de água, as queimaram na praça. Em resposta, a companhia ameaçou cancelar as conexões de água. A princípio de fevereiro, a Coordenadoria anunciou uma marcha regional para ocupar de forma pacífica a praça 14 de setembro, em Cochabamba (KRUSE, 2005). Apesar do anúncio de que seria um ato pacífico, os agentes do governo proibiram a marcha. Forças policiais especiais chamadas “Dálmatas”, por seus uniformes camuflados, chegaram a Cochabamba desde La Paz para neutralizar os protestos anunciados.

Na manhã de 4 de fevereiro de 2000, milhares de pessoas marcharam para Cochabamba. Quando os manifestantes ingressaram uma quadra dentro da cidade, os Dálmatas apareceram em motocicletas e dispararam gás lacrimogêneo. A ponte Quillacollo estava bloqueada por forças de segurança. Os manifestantes cruzaram com rapidez tentando romper o cordão policial, porém foram paralisados pelo gás. Quando eventualmente conseguiram cruzar o outro lado, a polícia usou um gás mais poderoso. Em resposta, os cocaleros do Chapare e os moradores do lugar separaram-se para entrar na praça por ruas distintas (FERNÁNDEZ, 2004). Os jovens estavam no centro da cidade, ocupando a praça, os outros estavam mantendo uma barricada na estrada. As mulheres cozinhavam para os que estavam na barricada. Havia muitos camponeses que passavam por ali a caminho de Cochabamba para unirem-se à rebelião (SHULTZ, 2008). Mais de mil policiais e soldados com esquadrões de choque estavam nas ruas, transformando a cidade em uma zona de guerra.

Em 6 de fevereiro de 2000, o governo assinou um tratado que congelava o preço da água. Em março, a Coordenadoria organizou um referendo sobre o conflito. Noventa e seis por cento de 50.000 votantes apoiaram em cancelar o contrato com Aguas del Tunari. Entretanto, o governo não quis alterar sua posição.

As mobilizações nas ruas reapareceram em 4 de abril. Porém, ao contrário do que sucedera em fevereiro, o governo não enviou tropas de segurança para reprimir os manifestantes. Foi uma tática para eliminar a pressão. Surgiu uma preocupação nos dirigentes do movimento: se deveriam ou não continuar na ofensiva com protestos de rua, mesmo que não houvesse reação por parte do governo. Foram chamadas as assembleias populares para discutir os novos passos; nestas reuniões, todo mundo tinha a chance não somente de queixar-se como também de discutir ideias e propostas (DANGL, 2009).

Qualquer um podia falar, porém para ser ouvido deveria tomar ação nas manifestações. Isto se converteu no primeiro critério para falar. Era um tempo para discutir, porém também de atuar... As decisões tomadas nas assembleias apresentavam-se nos "cabildos" para serem validadas ou não. Os cabildos tomaram lugar nas praças públicas e foram atendidos por 50.000-70.000 pessoas. As decisões finais eram tomadas de acordo com a reação geral da população em protesto. As pessoas respondiam a propostas diferentes expressando sentimento coletivo, tanto com aplausos como com sons de desaprovação. Às vezes, os líderes tiveram que seguir as bases radicalizadas. Foi proposto que os manifestantes dessem 24 horas para o governo cancelar o contrato de água. Entretanto, a população recusou-se esperar tanto tempo e se deslocaram até a sede de Aguas del Tunari, onde derrubaram o nome da empresa de sua fachada e pacificamente ocuparam a oficina. No dia seguinte, dezenas de milhares de pessoas juntaram-se na praça para protestar contra a Lei da Água e o contrato com a Bechtel. Recusaram-se a ir embora até que suas demandas fossem atendidas (DANGL, 2009, p. 89).

Enquanto os bloqueios continuavam, os confrontos entre os manifestantes e as forças de segurança nas zonas rurais intensificavam-se. Enquanto o gás lacrimogêneo saturava o ar em Cochabamba, ao redor, no campo, mantinham-se os bloqueios das vias por parte dos grupos camponeses que cortaram as rotas mais importantes para a cidade.

Os bloqueios coordenaram-se através de um complexo sistema de comunicação e de decisões. Os representantes das diferentes comunidades juntavam-se para planejar atividades e logo retornavam a suas casas para discutir as táticas com seus vizinhos. Os camponeses organizaram seus próprios comitês para decidir os lugares estratégicos dos bloqueios. Também se discutiu como seria dividida as pedras, a dinamite e a comida; decidiam as estratégias: como impedir que o tráfego prosseguisse e as táticas de enfrentamento em caso da chegada da tropa de choque (FERNÁNDEZ, 2004).

2.3.1 – A Batalha Final

No início de abril de 2000, a Coordenadoria anunciou o que denominou de “A última Batalha”. Seus dirigentes ameaçaram que iniciariam uma greve geral indefinida na cidade e um bloqueio das estradas até que o governo atendesse suas principais exigências: anulação do contrato com a Bechtel e recisão da lei que retirava o controle camponês dos sistemas rurais de irrigação e dos poços. Em 04 de abril iniciaram os protestos; pela terceira vez nos últimos três meses, Cochabamba parou (SHULTZ, 2008).

No segundo dia de paralisação, representantes do governo encabeçados pelo prefeito aceitaram reunir-se com os líderes da Coordenadoria e outros grupos cidadãos. No final da noite, iniciaram-se as negociações nas oficinas da Prefeitura na presença do prefeito, o prefeito da cidade, o arcebispo e demais representantes do governo local (SHULTZ, 2008).

Justamente após as 22 horas, sob ordens do governo federal de La Paz, a polícia invadiu a sala de negociações e prendeu os dirigentes da Coordenadoria. Segundo Jim Shultz (2008), nenhum dos funcionários do governo ali presentes tinha conhecimento dos planos de Banzer, teria sido uma armadilha do governo nacional para impedir o governo local de realizar qualquer negociação ou concessão aos pleiteantes. O arcebispo Solari ficou trancado em seu alojamento, iniciando greve de fome. Quando se soube das detenções, centenas de pessoas reuniram-se na porta da delegacia onde se encontravam os líderes. Na medida que a situação nas ruas tornava-se mais dramática, o prefeito de Cochabamba conseguiu viabilizar a liberdade dos líderes Oliveira, Fernández e os demais membros da Coordenadoria, pouco depois das 3 da manhã.

A tensão reinava na cidade, no dia seguinte. Os dirigentes da Coordenadoria, junto a uma boa quantidade de pessoas esperavam que os militares tomassem a cidade a qualquer momento. A multidão na praça chegou a umas 100.000 pessoas. Muitos eram moradores, porém outros milhares haviam caminhado longas distâncias desde o campo e se instalaram na praça por vários dias[...] Chegavam comunidades campesinas sem parar; eram recebidas com aplausos, portando estandartes com o nome de seus povos. Uma autoridade rural de um povo, que havia marchado 40 km até chegar a Cochabamba, comentou: “Esta es una lucha por la justicia, y por la eliminación de una multinacional, que en vez de ofrecernos más água, ha comenzado a cobrar precios que son escandalosamente altos” (SHULTZ, 2008, p. 31).

Em meio a intensa mobilização na cidade e completamente isolado, o prefeito Galindo suplicou a Banzer pela anulação do contrato, visto que a população cercava a sede da prefeitura há dias. Porém, a Bolívia era governada por um ex-ditador com um histórico violento de intensa repressão. A resposta dada pelo governo federal foi negativa. Há meia-noite de 05 de abril, o prefeito, sob lágrimas, anunciou sua renúncia ao vivo pela televisão. Proferiu em seu discurso que não seria responsável por um banho de sangue (SHULTZ, 2008).

O governo declarou uma lei marcial¹⁴, em 06 de abril. Os líderes da Coordenadoria passaram a sofrer perseguição pela polícia. Grupos do serviço de inteligência do governo invadiram as casas de líderes da Coordenadoria, prendendo quem fosse encontrado. Dezesete pessoas foram levadas para um cárcere infestado de mosquito nas selvas remotas do oriente boliviano (SHULTZ, 2008). Tal medida não surtiu o efeito esperado; até o dia 08 de abril as mobilizações eram enormes, espalharam-se pela cidade como fogo. Grupos de jovens tomaram a praça central e instalaram barricadas. Outros grupos invadiram a delegacia de Santo Antônio para sacar presos políticos.

Ninguém queria ficar atrás. Todos os bairros da cidade organizaram-se. Estavam cheios de um sentimento de resistência [...] Distribuía-se a comida, delegavam líderes e organizavam mesas comuns em diversos lugares. Outros traziam comida para quem estava no centro da cidade na resistência, porque os protestos seguiam dia e noite [...] Era um enorme gesto de solidariedade. O povo estava unido por algo óbvio: “expulsar Aguas del Tunari de Cochabamba” (DANGL, 2009, p. 91).

Além da privatização da água, a fúria causada pela repressão das forças de segurança também empurrou os cidadãos à ação. Um enorme erro por parte do governo foi militarizar a cidade e trazer policiais de diversas partes; isso apenas aumentou o descontentamento popular (KRUSE, 2005). O ato de violência mais trágico foi a morte do jovem Víctor Daza, que morreu baleado pela polícia em 08 de abril. O franco-atirador, capitão Robinson Iriarte de La Fuente¹⁵, foi treinado na Escuela de las Americas. A tragédia teve uma repercussão ainda maior devido ao fato de que Daza não participava dos protestos, estava simplesmente caminhando pela rua. O corpo do jovem foi levado até a praça principal, onde estavam reunidos

¹⁴ Foram suspensos os direitos constitucionais; declarou-se toque de recolher e se impôs a proibição de reuniões em lugares públicos; os soldados suspenderam abruptamente o funcionamento das estações de rádio; cortaram a eletricidade a um amplo setor da cidade.

¹⁵ No mesmo dia do assassinato do jovem, o oficial foi absolvido de um julgamento feito pelo exército. Sua sentença foi ser promovido a major.

os manifestantes, onde serviu de mártir. Toda essa violência aumentou a revolta popular contra o governo e suas tropas de segurança (DANGL, 2009; SHULTZ, 2008).

A reação do povo foi imediata e furiosa. Desde a clandestinidade, os dirigentes da Coordenadoria que haviam permanecido em liberdade convocaram a imediata intensificação dos bloqueios das estradas. Os jovens retornaram ao centro da cidade para enfrentar-se com as tropas de Banzer. Donas de casa iam de porta em porta reunindo arroz e outros alimentos para cozinhar aos manifestantes que haviam permanecido na ocupação da praça. No dia 06 de abril, o conflito explodiu. Os manifestantes incendiaram um edifício vazio do governo, os soldados trocaram o uso do gás lacrimogêneo por munição de combate (SHULTZ, 2008, p. 32).

A cidade havia chegado a um embate sangrento. O presidente Banzer, que agora se enfrentava com uma série de protestos em todo o país, declarou que não estava disposto a cancelar um contrato com uma importante corporação multinacional. Sua equipe de assessoria relatou à imprensa estrangeira que o aumento nas tarifas da água tinham sido mínimas e que as manifestações estavam sendo orquestradas por narcotraficantes que intentavam desestabilizar o governo (SHULTZ, 2008).

Aos manifestantes que seguiam nas ruas, mantendo seus bloqueios e defendendo as praças ocupadas, os denominavam “Guerreros del Agua”. Muitos deles eram jovens e de todas as classes sociais. Meninos de rua lutaram ao lado de jovens de bairros ricos. As equipes de futebol levaram sua solidariedade fora dos gramados e as transformaram em luta nas barricadas. Os meninos mais pobres estavam sempre à frente, lançando pedras na polícia. Eles tinham uma tradição de luta porque sempre tinham sido ignorados e marginalizados. Sempre estão lutando para sobreviver. Eles não hesitaram em seguir adiante (DANGL, 2009).

Como resposta à desordem civil, os representantes do governo reuniram-se com a Coordenadoria em 10 de abril de 2000. Alguns políticos chegaram à reunião dispostos a escutar as demandas dos manifestantes. Outros proclamaram que não importava quanta gente morrera nas ruas, porque o contrato e a lei continuariam em vigor (FERNÁNDEZ, 2004). Os líderes da Coordenadoria foram à praça, a qual estava cheia de manifestantes e “Guerreros del Agua”. Pediram ao povo que ficassem na praça e que estivessem dispostos a levar as ações necessárias caso as negociações não avançassem. Naquela tarde conquistou-se

um acordo entre o governo e a Coordenadoria para rescindir o contrato e devolver a água ao povo; a lei 2029 foi modificada.

À tarde do mesmo dia, o governo fez uma declaração. Os funcionários da empresa Bechtel, que assistiram há vários dias de violência na televisão em um hotel de cinco estrelas e insistiam que não iriam embora, finalmente estavam a caminho do aeroporto para deixar o país. O governo boliviano declarou a anulação do contrato, pronunciada em uma carta dirigida à população (SHULTZ, 2008).

Cochabamba celebrou com muita festa: automóveis passeavam pelas avenidas tocando bozina. Os líderes da Coordenadoria saíram da clandestinidade. Regressaram os encarcerados do oriente e foram recebidos como heróis. Golpeando a um governo encabeçado por um ex-(atual?) ditador, sobrepondo-se ao poder de uma das maiores corporações do mundo e revertendo uma política fundamental de uma das instituições financeiras mais poderosas do planeta, a humilde população de uma cidade virtualmente desconhecida fora do país, conseguiu uma vitória que pronto se faria escutar em todo o mundo (SHULTZ, 2008, p. 33).

O dirigente da Coordenadoria Omar Fernández foi a La Paz para participar da sessão parlamentar onde foi elaborada uma alteração sobre a lei da água. A nova lei regulamentou que a administração da água em Cochabamba ficaria a cargo da empresa pública SEMAPA, dirigida de forma participativa, incluindo os trabalhadores do sindicato da SEMAPA e da Coordenadoria pela Defesa da Água e da Vida.

Pelo menos o fato de que haja três funcionários no gabinete diretivo da empresa eleitos democraticamente, permite aos movimentos sociais o acesso à informação sobre os pressupostos da empresa e seus planos de expansão. Entretanto, estes três representantes não possuem poder suficientes sobre a administração da empresa porque o governo criou mecanismos de exercer o controle. O processo para estabelecer o controle da empresa pelas demandas sociais é longo porque alguns grupos locais poderosos não querem ceder o poder. O processo lento de democratização da companhia de água pública ainda está em suas primeiras fases (Dangl, 2009, p. 93).

O custo da água voltou ao que era antes do contrato com Bechtel, porém a criação de um sistema eficiente de água pública era mais difícil do que muitos imaginavam. De acordo com uma especialista sobre a água, em Cochabamba, Susan Spronk, a SEMAPA tentou expandir a rede de água aos bairros mais pobres ao longo dos anos, mas a falta de recursos da empresa era um obstáculo. A qualidade do serviço de quem já possuía água encanada também não melhorou. O trabalho ineficiente da SEMAPA tem sido motivo de reclamações, tendo casos de

corrupção na administração do sistema. Também foi denunciado casos de conexões ilegais do sistema de água, as quais foram feitas com autorização de gerentes da empresa, causando enormes prejuízos (DANGL, 2009).

Desde a vitória em Cochabamba, os bolivianos enfrentaram outro desafio. Para recompor as perdas e a falta de lucro após o investimento feito, a Bechtel exigiu 50 milhões de dólares do governo boliviano. A alegação para tanto foi devido ao cancelamento do contrato, em 2000. A empresa reclamante logo levou o caso ao Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimento do Banco Mundial.

Em janeiro de 2006, a Bechtel abandonou seu caso contra a Bolívia depois de uma campanha internacional de protestos, correios eletrônicos e petições exigindo que o caso fosse aberto ao público. Os protestos chegaram às sedes da Bechtel em todo o mundo, e em 2002 alguns manifestantes trancaram-se na sede da companhia em São Francisco (EUA). A polícia e os bombeiros usaram serras para cortar os cadeados e retirar os ativistas. Depois desta ação e de outras, a direção da empresa decidiu abandonar o caso contra o país mais pobre da América do Sul (SHULTZ, 2008, pag. 34).

A Guerra da Água de Cochabamba debilitou a legitimidade dos partidos políticos e dos sindicatos tradicionais, fortalecendo o poder e a capacidade das coalizões de trabalhadores e cidadãos, como a Coordenadoria da Água. O sentido de direção do povo repetiu-se outras vezes. A vida política na Bolívia transformou-se depois do ano 2000. Seria o prelúdio de muitos outros acontecimentos, onde a classe trabalhadora tentou mudar o rumo do país, através de diversos levantes até o ano de 2005.

Outros grupos de oposição à privatização da água surgiram em pouco tempo após a vitória em Cochabamba. Um contrato com a companhia francesa Vivendi foi cancelado na Argentina por sua má reputação nos negócios. A Confederação de Nações Indígenas do Equador (CONAE) criou sua própria proposta de reforma, na qual se baseia nos aspectos sociais, comunitários e ecológicos da água. Na província equatoriana de Chimborazo, os moradores organizaram-se em cooperativas de consumidores de água, onde defenderam suas fontes de água contra os interesses das transnacionais, latifundiários e o governo. Em 2005 os moradores e as organizações sociais de El Alto uniram-se para fechar a companhia francesa de água Suez (KRUSE, 2005).

Além de fortalecer aos movimentos sociais na Bolívia, servindo como exemplo do que seria possível através da organização e protesto populares, a Guerra da Água em Cochabamba inspirou ativistas de todo o mundo a lutar contra a exploração capitalista por parte de suas empresas transnacionais. O conflito ofereceu um bom exemplo do terror causado pelas políticas neoliberais. Em vez de criar sistemas de água mais eficientes, a privatização da água na cidade do Chapare produziu uma rebelião que transformaria o cenário político boliviano por muitos anos.

3 – A GUERRA DO GÁS

3.1 – Imperialismo x Nacionalismo

A estratégia de dominação hegemônica dos EUA no mundo capitalista iniciou-se ainda no período pós-2ª Guerra. Para tanto uma nova ordem mundial fora criada sob o apoio dos organismos multilaterais liderados pelos Estados Unidos¹⁶. Os países imperialistas europeus não tinham condições de fazer contraponto aos EUA devido às consequências socioeconômicas da reconstrução destes países após a Segunda Guerra Mundial, em que os EUA foram os grandes beneficiários e financiadores, através do Plano Marshall. Não restava aos antigos impérios coloniais como a Grã-Bretanha e a França senão a aceitação submissa da hegemonia estadunidense e sua condição de sócios minoritários do imperialismo norte-americano.

Porém essa estratégia teve um entrave durante a Guerra Fria, em face da ameaça comunista, dos movimentos de libertação colonial durante as décadas de 1950-1970. Somente ao fim da Guerra Fria, com a derrocada dos estados operários deformados, no leste europeu, os EUA tiveram as condições políticas e econômicas plenamente amadurecidas para sua tentativa de dominação global. No plano político, a entrada em cena dos governos neoliberais recolocou as classes capitalistas mais reacionárias da sociedade no comando do aparelho do Estado, e no plano econômico, as diretrizes neoliberais garantiram a captação de excedentes econômicos, de diversas partes do planeta, pavimentando o caminho para a tentativa de dominação imperialista global dos EUA.

A tentativa dos EUA de se impor como um poder unipolar no quadro das relações econômicas e políticas internacionais decorrem de causas mais profundas. As raízes dessa estratégia estadunidense de hegemonia a qualquer custo estão relacionadas com a crise estrutural que o capital enfrenta desde a década de 1970. Essa crise expressa-se no acirramento da contradição objetiva entre a tendência globalizante do capital monopolista e a nacionalização dos interesses dos grupos capitalistas mais poderosos manifestada na manutenção dos Estados nacionais como estrutura de comando abrangente da economia capitalista. A este respeito, István Mészáros comenta:

¹⁶ Banco Mundial, FMI, OMC, ONU.

Uma das contradições e limitações mais importantes do sistema refere-se à relação entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida. Noutras palavras, apesar de todos os esforços das potências dominantes para fazer seus próprios Estados nacionais triunfarem sobre os outros, e dessa forma prevalecer como Estado do sistema do capital em si, precipitando a humanidade, no curso dessas tentativas, para as vicissitudes sangrentas das duas horrendas guerras mundiais do século XX, o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor dos ideais dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais. É óbvio que essa contradição tem uma magnitude tal que não se pode imaginar que dure indefinidamente, qualquer que seja a retórica mentirosa incansavelmente repetida que finge resolver essa contradição por meio do discurso sobre “democracia” e “desenvolvimento” e seu corolário tentador: “Pense globalmente, aja localmente”. Por isso é fundamental que a questão do imperialismo seja traduzida para o primeiro plano da atenção crítica. Por isso é fundamental que a questão do imperialismo seja traduzida para o primeiro plano da atenção crítica (MÉSZÁROS, 2003, p. 34).

Nas relações de poder desenvolvidas entre os Estados nacionais, cada país busca triunfar sobre os demais dada a imperiosa necessidade de solucionar a contradição objetiva do sistema capitalista. Na vã tentativa de constituir um governo transnacional, o chamado Estado do sistema do capital em si¹⁷, cada país imperialista busca superar as limitações e os antagonismos nacionais por meio dos conflitos imperialistas tentando criar um governo mundial condizente com a tendência globalizante do capital transnacional. Não existe outra alternativa do ponto de vista do capital. Nessa trajetória histórica, alguns Estados imperialistas foram prevalecendo sobre os demais. Mézszáros destaca três fases distintas de dominação imperialista.

1. *O primeiro imperialismo criado colonial moderno construtor de impérios*, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo;
2. *Imperialismo redistributivista antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase monopolistas* chamado por Lênin de “estágio supremo do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrado aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial ; e
3. *Imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante, renunciado pela versão de Roosevelt da “Política de Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo constituir um estrutura de

¹⁷ Este é o termo empregado por Istaván Mézszáros em seu livro *O Século XXI: socialismo ou barbárie?*

comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante (MÉSZÁROS, 2003, p. 72).

Oswaldo Coggiola (1997), crítica a tese de que o processo de “multinacionalização” do capital como específico do segundo pós-guerra é um abuso. O autor assinala que o processo de internacionalização da produção é condição de existência do próprio capital, segundo Marx apontou n’O Capital. A extensão do comércio exterior desenvolveu-se em virtude das necessidades que lhe são inerentes, em particular da necessidade de um mercado cada vez mais extenso.

Mesmo depois de todo o processo de “internacionalização” mais recente, com seu sonho de uma “fábrica mundial”, foi possível assinalar, sem grande dificuldade empírica, que na internacionalização em curso, o mercado interior continua sendo a base sobre a qual se constrói a eficiência de uma empresa ou de uma economia nacional (COGGIOLA, 1997).

Não existe, portanto, nenhuma evidência de que as badaladas “transnacionalização” e “globalização” tenham significado a superação, pelo capital, da contradição entre a economia mundial e as economias nacionais, e menos ainda entre os Estados nacionais – a contradição entre a internacionalização crescente das forças produtivas e a sobrevivência das fronteiras, que esteve na base das duas configurações mundiais e de múltiplas catástrofes nacionais. Mesmo o processo de liberalização do comércio mundial de pós-guerra foi antes do mais um processo político, no qual a expansão das forças econômicas, longe de atenuar, reforçou os mecanismo de controle estatal (COGGIOLA, 1997, p. 118)..

Porém a própria expansão econômica, o aumento espantoso do volume do comércio exterior, mina as bases sobre as quais se assenta o controle político do processo econômico, preparando as condições para a crise, que todo o emaranhado “institucional” destinado a contê-la foi incapaz de evitar. O panorama de conjunto da expansão econômica de pós-guerra confirma totalmente as características estruturais da fase imperialista do capitalismo, assim resumidas por Trotsky no período entreguerras:

O capitalismo tem o duplo mérito histórico de haver elevado a técnica a um alto nível e de haver ligado todas as partes do mundo com seus laços econômicos. Dessa maneira, tem proporcionado os pré-requisitos materiais para a utilização sistemática de todos os recursos de nosso planeta. Porém, o capitalismo não se encontra em situação de cumprir essa tarefa urgente. O núcleo de sua expansão continua sendo os Estados nacionais, circunscritos e com suas alfândegas e seus exércitos. Não obstante, as forças produtivas superaram, em tempos, os limites do Estado nacional, transformando, em consequência, o que era antes um fator histórico progressivo em uma restrição insuportável. As guerras imperialistas não são

mais do que explosões das forças produtivas contra os limites estatais, que se tornaram demasiado estreitos para eles (TROTSKY, apud COGGIOLA, 1997, p. 120).

A dinâmica das relações e dos conflitos desenvolvidos entre os Estados imperialistas ao longo da história do capital monopolista culminou com a posição de liderança incontestável dos EUA no processo de acumulação capitalista no período pós-Guerra. Vê-se assim que a dialética do desenvolvimento capitalista que implicou na dominação dos Estados mais poderosos sobre os mais fracos desde as suas origens teve como resultado a hegemonia dos EUA sobre a economia mundial.

O surgimento dos monopólios gerou uma tendência a superacumulação nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência, sob o controle das potências imperialistas. (MANDEL, 1985: 337).

Com a restauração capitalista da antiga União Soviética nenhum país é atualmente capaz de fazer um contraponto ao imenso poder do Império americano. Porém, a sua ascensão ao primeiro posto do processo de acumulação capitalista como país líder não significou a resolução da contradição objetiva do modo de produção capitalista. Pelo contrário, marcou o aprofundamento das suas contradições.

Com base nas instabilidades existentes no capitalismo contemporâneo, István Mészáros destaca que a atual fase do capital monopolista representa a fase mais perigosa do imperialismo em toda sua história, pois os EUA não medem esforços para fazer prevalecer seus interesses econômicos, políticos e sua pretensão de liderança exclusiva no sistema capitalista. Cada passo dado pelos EUA na tentativa de se constituir no Estado do sistema do capital tende a desenvolver ainda mais as graves contradições já existentes com consequências desastrosas para toda a humanidade, segundo suas palavras:

A dimensão militar de tudo isso é grave. Portanto, não é exagero afirmar – tendo em vista também o antes inimaginável poder destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX – que entramos *na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história*; pois o que tá em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de seus adversários, mas o controle de sua totalidade por um superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A

questão é que tal racionalidade – que se pode escrever sem aspas, pois ela corresponde genuinamente à lógica do capital no atual estágio histórico de desenvolvimento global – é ao mesmo tempo a forma mais extrema de irracionalidade na história, incluindo a concepção nazista de dominação do mundo, no que se refere às condições necessárias para a sobrevivência da humanidade (MÉSZÁROS, 2003, p. 53-54).

Apesar dos grandes riscos envolvidos nessa estratégia, o autor observa que a lógica do capital empurra todas as forças retrógradas da sociedade capitalista para o enfrentamento desse problema com base na mesma solução, ou seja, na tentativa de criação de um governo transnacional.

Os Estados Unidos tem atacado constantemente a soberania de muitos países na tentativa de fazer prevalecer os seus interesses. A agressividade de sua política exterior fica bem caracterizada quando analisamos a questão da nacionalidade. Qualquer intervenção dos EUA no exterior que diz respeito aos seus interesses é legítima e justificada como uma questão de defesa dos interesses da nação nem que para isso seja necessário o uso excessivo da força militar em outros países. Por outro lado, qualquer ação de governos estrangeiros que contrariem os interesses norte-americanos é apresentada como nacionalismo intolerável pelos EUA. Diversos são exemplos.

Neste início de século XXI, vemos todas as consequências negativas da adoção dos fenômenos neoliberal, financeirização da economia, globalização, mundialização do capital; todos esses termos remetem a condição de fortalecimento do imperialismo mundial sob hegemonia estadunidense. Isso remete também às intervenções militares ou o domínio político pleno dos países periféricos como forma de aumentar o potencial de lucro de suas transnacionais na tentativa de amenizar a crise estrutural do capital desde os anos 1970. O plano de dominar hegemonicamente o gás boliviano, sob o projeto de Sánchez de Lozada de exportar este recurso via portos chilenos faz parte deste contexto acima citado. Mas paralelamente ao contexto imperialista, temos neste século o surgimento de novas formas de “nacionalismo” na tentativa das populações oprimidas, nos países de capitalismo dependente, em externar a sua luta anti-imperialista, o que remete à luta pela auto-determinação nacional, que abre uma via ou possibilidade de luta socialista.

Sobre a questão do nacionalismo Almeida (2012), nos dá uma contribuição importante ao teorizar sobre os variados tipos de nacionalismos, dentre estes, o autor destaca a diferença entre os nacionalismos de “nação opressora” e os

de “nação oprimida”. O primeiro tem sido caracterizado de uma maneira geral como a defesa do imperialismo ou de suas burguesias nativas, daí o chauvinismo se fortalecer em momentos de crise capitalista mais aguda. O último, que nos interessa na discussão, desencadeia necessariamente uma luta anti-imperialista e, de acordo com Almeida (2012), pode resultar em uma luta étnico-cultural dentro da formação estatal nacional dependente, o que o autor denomina de “nacionalitarismo”.

Almeida (2009, p. 125, grifo nosso) concentra-se na questão nacional mais recente para o marxismo que é a emergência de nacionalidades no interior de formações sociais dependentes, “o que ocorreria na forma de movimentos antissistêmicos, em diversos países de colonização hispânica, principalmente no México, Equador e Bolívia”. As nacionalidades indígenas identificam-se enquanto nações e questionam o ordenamento do estado nacional criado após a independência colonial.

Comparados aos nacionalismos do tipo europeu estes movimentos possuem um caráter progressista e mesmo civilizatório. Entretanto, existe um limite entre os interesses destes movimentos emancipatórios e os Estados e governos aos quais se articulam positivamente, o limite da democracia-burguesa (ALMEIDA, 2012).

Defrontam-se, na Bolívia e no Equador, dois feixes de contradições. O primeiro deles se refere à existência, por um lado, da estrutura de um Estado burguês que se pretende aperfeiçoar e que tende a constituir os diferentes agentes da formação social como cidadãos juridicamente iguais; e por outro lado, à implementação de políticas neodesenvolvimentistas que se chocam fundamentalmente com as propostas de alguns movimentos sociais indígenas (ALMEIDA, 2012, p.125).

Este tipo de nacionalismo possui um limite. No máximo as comunidades nativas, excluídas no processo da formação estatal dependente (independência colonial), agora podem ocupar o mesmo espaço de exploração capitalista que os demais setores da sociedade. A luta nacionalista pela adequação jurídica como iguais não deve estar dissociada da luta classista pela emancipação total da opressão. No caso boliviano, como já falamos anteriormente, conglomeram-se as lutas nacionalistas de ordem étnico-cultural com um nacionalismo classista anti-imperialista que só pode triunfar a partir do internacionalismo socialista.

Uma nova cultura internacionalista formou-se nos países de capitalismo dependente, principalmente na América Latina, assistimos ao surgimento de uma

esquerda sensível às questões internacionalistas e que se recusa a desastrosa tradição stalinista de subordinação cega a uma pátria do socialismo qualquer (como União Soviética). Várias organizações indígenas por toda América Latina tem buscado uma organização e união que vão além de suas fronteiras nacionais¹⁸.

Esse “novo internacionalismo” faz-se necessário devido à III Internacional Comunista, a que mais amplamente penetrou e influenciou o seio organizativo da classe trabalhadora a nível mundial, fora destruída pelo stalinismo, que canalizou essa energia em favor do nacionalismo burocrático de sua política de Estado, e de sua estratégia de poder. O internacionalismo foi posto a serviço da diplomacia soviética e o movimento comunista mundial transformado em instrumento da construção do “socialismo num só país”.

Michel Lowy (2000) comenta sobre a importância de uma concepção internacionalista para a classe trabalhadora mundial:

[...] o internacionalismo marxista, assim como a esperança revolucionária, é fundado não apenas em uma análise objetiva da economia e políticas mundiais, mas também em uma aposta histórica: uma aposta na racionalidade da classe operária, na capacidade das massas populares compreenderem, cedo ou tarde, seus interesses objetivos históricos (LOWY, 2000, p. 94).

Como toda totalidade dialética, o capitalismo mundial não é a soma de suas partes, as economias nacionais, assim como a luta de classes internacional não é a soma das lutas nacionais. Um e outra constituem um todo orgânico, com suas formas próprias de evolução, distintas das particularidades de seus componentes. Sob o ponto de vista dialético da totalidade, uma situação local ou nacional não pode ser entendida na teoria e transformada na prática, caso se ignore como ela se articula com o todo, ou seja, com a evolução mundial econômica, social e política. Neste sentido, a luta nacionalista das “nações oprimidas”, no que desemboca o seu aspecto anti-imperialista, é a etapa inicial de uma luta mais ampla inserida nesta totalidade contraditória. Trotsky (2007), ilustra bem este raciocínio ao descrever sua teoria da revolução permanente nesta passagem bem conhecida de sua obra:

A revolução socialista não pode se realizar nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do

¹⁸ As organizações indígenas andinas tem buscado uma ampla conformação por direitos étnicos em toda região, principalmente entre os Estados da Bolívia, Equador, Peru e Venezuela.

Estado nacional [...] A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista converte-se em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta (TROTSKY, 2007, p. 208).

3.2 – A Política de Privatização na América Latina

A partir de meados dos anos 1980, a privatização passou a ser o eixo das tendências principais da política internacional para o “desenvolvimento” na Europa oriental e nos países de capitalismo dependente. O modelo privatizador iniciou-se de modo massivo na Inglaterra durante o governo de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos com o governo de Ronald Reagan, sendo promovido pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI), no qual mais de 100 países privatizaram suas empresas estatais. Na América Latina, o Chile foi o precursor destas diretrizes em nosso continente.

O apogeu ideológico do neoliberalismo comprova-se, entre outras coisas, no ostensivo encolhimento dos espaços públicos das sociedades latino-americanas, progressivamente asfixiadas pela súbita redução das fronteiras entre o público e o privado em benefício deste último, e pelo significativo desequilíbrio produzido na relação entre empresas, estados e mercados. Esta privatização selvagem exprimiuse em algo muito mais profundo que a mera venda ou desmantelamento das empresas públicas: acabou por reconverter, em função da mais pura lógica mercantil, direitos tais como a educação, saúde, seguridade social, a recriação e a preservação do meio ambiente em bens adquiríveis segundo as regras do mercado.

Deste modo, certos direitos elementares, que inclusive os governos oligárquicos do final do século passado comprometeram-se a garantir, transmutaram-se na perversa alquimia neoliberal, em mercadorias cuja provisão rende enormes benefícios aos capitalistas. Atílio Boron descreve:

A privatização significou antes de mais nada uma mudança ideológica e de mentalidade, pela qual os cidadãos foram obrigados a aceitar uma rarefação do espaço público que os obrigou a transferir suas demandas da ágora para o mercado. Alguns, os que puderam, tornaram-se reais (e vorazes) consumidores; outros, a maioria, tiveram que se contentar em ser consumidores virtuais, apropriando-se – graças à televisão e à propaganda – de maneira simbólica ou vicária das migalhas do “festim neoliberal” [...] Convém acentuar que o caráter simbólico ou vicário deste consumo não prejulga, de maneira alguma, que o mesmo seja irrelevante do ponto de vista de sua capacidade para conferir legitimidade ao capitalismo democrático. A manipulação ideológica praticada através dos meios de

comunicação de massa, principalmente a televisão, tornou muito mais difusa a fronteira entre consumos reais e simbólicos (BORÓN, 1999, p. 17).

A privatização das empresas públicas e dos recursos naturais adquiriu proporções epidêmicas em toda América Latina. Cada setor da economia está sendo afetado: as grandes estradas, os recursos naturais, os zoológicos, os parques, as fábricas, as telecomunicações.

As privatizações não são um fenômeno isolado, resultado de circunstâncias sociais em períodos de tempo limitado (como foi o caso nos anos sessenta e setenta). Nos dias atuais, a privatização deve ser compreendida como parte de uma estratégia global cuja base é o ataque à sociedade civil e à política democrática, as intervenções militares violentas e o recurso arbitrário aos decretos do Poder Executivo (PETRAS, 1999).

Nos nossos dias, as privatizações são efetuadas mediante ordens imperiais controladas pelos banqueiros internacionais, por consultores das nações imperialistas e por agências governamentais idealizadoras dos programas que determinam os preços e identificam os compradores potenciais. O tempo e a extensão das privatizações são ditados pelas superpotências imperialistas, cuja prioridade é tornar irreversível a curtíssimo prazo a transição ao Capitalismo neoliberal. A este respeito Benjamin Dangl (2007), faz uma análise que a “privatização sistêmica” ocorre em três dimensões:

En primer lugar, los “desplazamientos del poder” ocasionan una disminución considerable y no fácilmente reversible del poder de la clase trabajadora respecto al detentado por las elites económicas a medida em que los ricos asumen el control de los bienes públicos. En segundo lugar, um “cambio en las percepciones” modifica los escenarios que los ciudadanos consideran apropiados para la intervención estatal. Esto “deslegitima al sector público” y rompe los lazos de solidaridad de clase. En tercer lugar, una “modificación institucional” traslada las decisiones sobre políticas desde el sector público al privado y desde la esfera política a la económica (DANGL, 2007, p. 178).

O processo privatizador relega os organismos da sociedade, os movimentos sociais, a papéis marginais e provoca o fechamento de amplos setores industriais, a transformação de industriais em importadores, o enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores, o crescimento do setor informal e do trabalho mal-remunerado (precário). Segundo James Petras (1999, p. 306), “os avanços da privatização localizam-se na estratégia global do “império” em uma época contra-revolucionária no Terceiro Mundo, bem como no colapso do Comunismo, no Leste”.

A privatização quase sempre está associada à desnacionalização da economia. As duas políticas são vitórias estratégicas para a economia das superpotências no seu empenho em conquistar a economia e hegemonizar a “sociedade civil”. Em todo o mundo, o período do pós-guerra foi dominado pelo esforço dos principais países ocidentais para impor a política do livre-mercado contra regimes nacionalistas e socialistas que restringiam a entrada do capital estrangeiro.

A privatização foi parte de um processo geral para destruir o sistema de previdência social e reconcentrar a renda. Ao invés de transferir os lucros das corporações privadas e programas de previdência social para aumentar os salários dos trabalhadores, as privatizações comprometem a transferência das propriedades e os impostos sobre as corporações privadas (PETRAS, 1999, p. 307).

A “matriz privatizadora” envolve agentes, consultores internacionais e especialistas em finanças, que inevitavelmente promoveram a inclusão do capital estrangeiro como agente necessário das “privatizações”. O tamanho das empresas e os esforços para “internacionalizar” os mercados e aumentar o acesso ao capital estrangeiro fizeram com que as privatizações começassem a ser um sinônimo de desnacionalização.

Segundo Atílio Borón, (1999), a privatização faz parte de um modelo geral para destruir o sistema de previdência social e minar as organizações sociais e o poder popular. No Ocidente, a propriedade pública foi frequentemente resultado da luta contra os modelos liberais, durante o século passado e no começo do século atual. A ausência de água potável, de um sistema adequado e barato de transporte público, a ausência de investimentos privados nos setores estratégicos da energia elétrica e de outras fontes de energia obrigaram o Estado a intervir para evitar epidemias, disponibilizando a infraestrutura a fim de facilitar o comércio e a atividade industrial.

As privatizações são, portanto, um modelo de reformas numericamente reduzidas contra uma continuidade histórica e parte de esforço generalizado para subverter a ordem social existente associada ao Estado de Bem-Estar Social e misturada às bases econômicas e de classe dos movimentos sociais.

As origens das privatizações são de natureza política em vários sentidos: em parte, elas vinculam-se a uma estratégia global diretamente relacionada à eliminação de alternativas políticas e econômicas, em parte elas pertencem a uma estratégia nacional para reconcentrar a riqueza e o poder,

e, em terceiro e último lugar, elas são um mecanismo para assimilar recursos econômicos para a acumulação imperialista (PETRAS, 1999, p. 308).

As empresas públicas emergiram em setores econômicos vitais para o crescimento, pois os empresários nacionais não estavam em condições de mobilizar-se amplamente, investindo capitais a longo prazo para amortizá-los igualmente a longo prazo. Os homens de negócios do setor privado não estavam dispostos a assumir riscos. O capital estrangeiro negava-se a investir em setores da economia que concorressem com as suas exportações. Somente depois da criação de barreiras protecionistas essas corporações estrangeiras se converteram em “multinacionais” e fundaram sucursais em vários países para explorar os mercados domésticos e saltar sobre as barreiras alfandegárias.

Em alguns casos, as empresas públicas foram o resultado de nacionalizações de empresas privadas, quase sempre de empresas estrangeiras. A nacionalização era via de regra causada pela negativa dos investidores em manter ou modernizar suas unidades de produção ou direcionar seus investimentos para outras regiões ou setores da economia, permitindo assim que setores vitais se deteriorassem. Às vezes, os investidores estrangeiros ameaçaram encerrar as suas atividades, o que implicava demissões em massa e causava um maior desequilíbrio social, obrigando o governo a intervir e incorporar as empresas ao setor público (PETRAS, 1999).

As empresas estatais existem para aplacar a inquietação política e para assumir as perdas do capital privado, não para desenvolver instalações produtivas que libertem o Estado das finanças tributárias. Existem, primariamente, para servir ao capital privado não para competir com ele. Os lucros da empresa estatal ou são limitados por lei, encaminhados para o consumo privado, ou empregado para estimular o setor privado às expensas do estatal. (O'CONNOR, 1977, p.186).

As empresas privadas de serviços (água, gás, transporte), que recusavam ou não tinham capacidade para oferecer um serviço adequado, bem como para estendê-lo a toda população, também forçaram o Estado a intervir para oferecer esse serviço a regiões improdutivas, ou a fornecê-lo a baixo custo para estimular a produção, ou ainda para fortalecer os potenciais produtores, aumentando as condições de saúde dos consumidores.

As empresas públicas emergiram em indústrias estratégicas que eram importantes para a segurança nacional ou essenciais para gerar lucros nas

exportações e destinar esse dinheiro a implementação de programas de desenvolvimento e de relevância para a produção e o consumo. Assim, o petróleo, os minérios, a energia hidrelétrica etc. renderam lucros para financiar ou subsidiar extensos investimentos privados em indústrias locais (O'CONNOR, 1977).

As empresas públicas estabeleceram-se, durante a depressão dos anos trinta e a 2ª Guerra Mundial, para produzir no país o que não se podia importar devido ao colapso das exportações e do modelo econômico neoliberal, ou porque as maiores nações exportadoras tinham ido à guerra e orientado a sua produção para fins bélicos. Para James Petras,

[...] as propriedades públicas emergiram e algumas vezes substituíram atividades privadas, mais por pragmatismo do que por razões ideológicas. Tratava-se simplesmente da maneira mais eficiente de diversificar a economia, de estimulá-la recuperando a capacidade geradora, não aproveitada por causa do fracasso anterior do modelo de livre-mercado. As empresas públicas tomaram a iniciativa na criação de empregos, além de aumentar a capacidade nacional de decidir sobre os rumos do mercado, que faz parte da agenda do desenvolvimento (PETRAS, 1999, p. 312)..

O deslocamento para a propriedade pública e o desenvolvimento nacional permitiu que a economia evitasse as experiências de flutuações extremas ocorridas com as exportações de matérias-primas, impostas pela economia liberal e pelos enclaves estrangeiros. Não obstante, algumas dessas condições levaram a propriedade pública a subordinar o seu papel diante do fomento do setor privado, o que, por fim, levaria à crise do setor público.

As privatizações foram orquestradas e decididas por uma nova classe exportadora vinculada aos circuitos do Capitalismo internacional, que procurava expandir os seus domínios atraindo capitais e sócios ultramarinos. Além disso, houve uma forte pressão das superpotências capitalistas que atuaram direta ou indiretamente por meio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. O desmantelamento dos modelos de desenvolvimento alternativo, particularmente o acesso limitado aos bancos e às empresas multinacionais sempre foi uma vantagem apreciada por quem dita as regras no Ocidente (BORÓN, 1999).

Juntas, as elites civis e militares, e além disso os emergentes investidores transnacionais, tiveram a capacidade de impor o modelo de “abertura”, o primado das exportações e o mercado baseado na política econômica. Uma vez instalada, essa configuração impôs suas ideias repressivas em todos os debates políticos e intelectuais. A partir de então, as “discussões sérias” giravam em torno do tema de

como transferir os recursos públicos aos monopólios privados (ao que se chamava “economia de mercado”). O padrão das empresas públicas como base do desenvolvimento nacional foi destruído (PETRAS, 1999).

Enquanto a retórica da privatização foi decididamente antiestatista, na prática os regimes privatizadores simplesmente afastaram a intervenção estatal para financiar a previdência social com o objetivo de financiar as classes dominantes. A ampla gama de intervenção do Estado foi requerida para “socializar” dívidas privadas de latifundiários e banqueiros; direta e indiretamente, os subsídios estatais para os exportadores estão na ordem do dia. As reduções operadas pelo Estado nas áreas dos salários e dos benefícios sociais dos trabalhadores promovem um aumento maciço da riqueza nas mãos dos poderosos. Os baixos preços fixados pelo Estado para vender as empresas públicas possibilitaram grandes negócios na compra para acumular lucros. Segundo James Petras (1999, p. 318.), “a ideologia do antiestatismo converteu-se na proclamação de um novo tipo de estatismo, no qual a privatização foi financiada e organizada pelo Estado para o setor privado”.

Podemos concluir que, as privatizações vinculam-se a uma estratégia global diretamente relacionada à eliminação do poder público frente à esfera privada, em parte pertencem a uma estratégia nacional para reconcentrar a riqueza e o poder, além de serem um mecanismo para assimilar recursos econômicos para a acumulação imperialista.

Em várias partes da América Latina, as privatizações geraram um clima social de forte oposição provocando em vários casos levantamentos populares. As privatizações não só se realizaram em um marco de profunda corrupção e espoliação dos recursos nacionais, foram também um fracasso do ponto de vista empresarial, onde as populações terminaram pagando serviços piores, aumento das tarifas, deterioração das infraestruturas por falta de investimentos e em contrapartida, proporcionou fabulosos lucros para as multinacionais.

3.2.1 - Capitalização: Privatização ao estilo boliviano

Em 1994, o então presidente Sánchez de Lozada promulgou a Lei de Capitalização, que correspondia a uma privatização parcial dos hidrocarbonetos da Bolívia. O discurso da época falava em levar o país a um âmbito global competitivo, o governo leiloou a metade das cinco maiores empresas estatais (EE) a companhias

multinacionais, comprometendo 50% restante para financiar o pagamento de um bônus anual vitalício a uma nova categoria de cidadãos acionistas acima de 65 anos. Para promover a capitalização, Goni sustentou que a venda das EE atrairia os investidores estrangeiros para a Bolívia, impulsionaria o crescimento econômico e criaria centenas de milhares de empregos. Assegurou aos críticos de sua proposta que as arrecadações por impostos a estes investimentos incrementados superariam as receitas que deixaria de receber das EE (QUIROGA, 2002).

O programa de capitalização de Sánchez de Lozada prometia criar meio milhão de postos de trabalho em quatro anos, dobrar o tamanho da economia em 10 anos e financiar um novo plano de pensões para os aposentados. O plano ajudou a promover Goni em seu primeiro mandato como presidente (1993-1997). Nessa época, as indústrias estatais mais estratégicas, inclusive a de hidrocarbonetos, foram entregues às corporações estrangeiras.

A revisão completa do setor petrolífero e gasífero boliviano baseou-se na crença básica da economia neoliberal: “o desenvolvimento necessita de recursos estrangeiros”, e para atraí-los deve-se oferecer um “acordo atrativo”. Em muitos países latino-americanos estes “acordos atrativos” foram a privatização de empresas estatais a preços abaixo dos seus valores de mercado e a flexibilização das regulações fiscais para as companhias estrangeiras. Porém os bolivianos tinham tido péssimas experiências no passado com a privatização e iniciaram um processo de pressão popular para não perderem o controle de seus mais importantes recursos e serviços públicos. Segundo Carlos Quiroga (2002), a capitalização de Sánchez de Lozada propôs algo diferente: a transformação das EE em sociedade de economia mistas entre o setor público e privado que gerariam aumento de investimento e receitas para o Estado.

Os ativos da YPFB foram divididos em três novas companhias capitalizadas: Transredes, Chaco y Andina. Goni prometeu aos bolivianos que o Estado manteria o controle de 51% das novas companhias, enquanto as corporações estrangeiras teriam somente 49% de participação. Em vez de pagar ao governo por sua ações nos novos negócios, as multinacionais comprometeram-se em investir o mesmo valor monetário na nova companhia durante os próximos sete anos (QUIÑONEZ, 2001).

Além de dividir a YPFB, como parte de nova lei sobre o petróleo e gás escrita em estreita relação com o FMI e Banco Mundial, a Bolívia entregou seus

direitos de exploração das reservas hidrocarburíferas que mais tarde seriam avaliadas em mais de 100 bilhões de dólares. E para fazer a oferta ainda mais atrativa para os investidores, o governo reduziu os impostos e demais tributos que as companhias deviam pagar por sua produção, de 50% para 18% (QUIROGA, 2002).

Aos bolivianos foi vendida a “falsa promessa” da capitalização: as empresas mistas permitiriam ao governo manter o controle dos recursos petrolíferos e gasíferos, enquanto os investimentos estrangeiros duplicariam o potencial econômico da indústria; a nova tecnologia e uma maior eficiência trariam novas receitas, postos de trabalho e crescimento econômico. O resultado real do experimento da capitalização, entretanto, mostrou um cenário muito diferente.

Segundo Carlos Quiroga (2002), com a capitalização o governo boliviano e seu povo perderam o controle de sua empresa estatal mais rentável, a YPF¹⁹, assim como sua capacidade de regular a indústria dos hidrocarbonetos como um todo. Em um esforço por atenuar a oferta dos investidores estrangeiros, em vez de manter a maioria das ações nas empresas capitalizadas, a prometida divisão 51%-49% feita por Sánchez de Lozada voltou-se contra ele e as empresas transnacionais obtiveram o controle majoritário.

El consorcio de Enron y Shell fue premiada con la compañía Transredes, la cual tomo control de los ductos ya la infraestructura de distribución. A British Petroleum y Repsol, se les dio el control de las nuevas compañías de exploraciones y producción, Chaco y Andina, y se le entregó también equipos, infraestructura y estudios geológicos de YPF sin costo alguno. Las transnacionales también obtuvieron el control de las reservas de petróleo y gas evaluadas en aproximadamente 12.000 millones de dólares. Incluso la minoría de las acciones que Bolivia tenía en las empresas capitalizadas no era suya. Las acciones bolivianas fueron entregadas a dos compañías extranjeras para que administraran los nuevos fondos de pensiones para los jubilados del país. Los administradores de aquellos fondos eran nombrados por las compañías extranjeras petroleras (QUIÑONEZ, 2001, p. 48).

Sob este esquema, os investidores estrangeiros seriam os proprietários majoritários das empresas capitalizadas, tendo em vista que controlariam e administrariam a totalidade delas sem a participação de seu sócio minoritário: o povo boliviano.

O governo não só renunciou a sua capacidade e direito de tomar decisões sobre as firmas capitalizadas como também o seu papel de regulador de toda a

¹⁹ Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

indústria. A autoridade reguladora do governo foi repassada para entidades “independentes” de terceiros que se baseavam nas informações escritas pelas mesmas companhias estrangeiras de quanto petróleo e gás haviam extraído e exportado, determinando os impostos e pagamentos de royalties com os cálculos feitos pelas próprias empresas. Era o equivalente a deixar uma nota pregada na porta de entrada do país: “entrem, tomem o que queiram e deixem o dinheiro sobre a mesa”. Na realidade, o contrabando de gás e a sonegação fiscal aumentaram vertiginosamente neste período.

De acordo com Osvaldo Quiñonez (2001), a Bolívia viveu um dramático incremento dos investimentos imperialistas durante a capitalização, porém este processo não conduziu a uma modernização da indústria ou a geração de novas fontes de trabalho. As empresas transnacionais encontraram um maior benefício em exportar gás natural como matéria-prima a ser processada por suas filiais no Brasil e Argentina. Não houve investimento no melhoramento da infraestrutura doméstica ou na capacitação técnica local, por não estarem obrigadas pelos contratos a fazê-lo. As duas refinarias mais importantes do país que foram construídas antes da capitalização pela YPF, não foram aperfeiçoadas consideravelmente desde então.

Os defensores da capitalização alegavam frequentemente que o aumento de investimento externo incrementou as reservas exploradas de petróleo e gás em 12 vezes. Entretanto, a maioria das reservas já haviam sido descobertas antes da capitalização, porém não ainda exploradas.

As empresas multinacionais que operaram na Bolívia durante a era da capitalização retiraram uma margem de lucro sobre seus investimentos na razão de dez por um, beneficiando-se de um dos custos de produção mais baixos do mundo, através de uma brutal exploração de força de trabalho a baixos salários. No entanto, esses lucros nunca chegaram a cumprir as promessas de crescimento e desenvolvimento. Ao invés de criar meio milhão de empregos, o resultado foi o contrário do que se havia prometido à população: 50-70% dos funcionários da YPF foram demitidos, unindo-se aos milhares de trabalhadores desempregados de outras indústrias capitalizadas – das indústrias manufatureiras e das empresas de tecnologia que haviam abastecido as estas indústrias. A porcentagem de desemprego formal que estava na casa dos 3% antes da capitalização em 1994, subiu para 11,7% em 2003, enquanto a desigualdade entre ricos e pobres ampliou-

se na década de 1990 (QUIROGA, 2002). Sobre este contexto Osvaldo Quiñonez comenta:

La idea de que la capitalización traería mayores ingresos al gobierno nunca se llevó a efecto. Las compañías capitalizadas que adquirieron las acciones de YPF generaron menos de la mitad de los ingresos que generaba YPF. Aunque Bolivia estaba produciendo 135% más de petróleo y gas después de los primeros siete años de capitalización, los ingresos del sector hidrocarburífero solo crecieron 10%. A pesar de que los recursos naturales no renovables estaban agotándose, los ingresos hidrocarburíferos del gobierno se mantuvieron estáticos esencialmente.

O processo de capitalização eliminou a capacidade governamental de estabelecer os preços dos produtos hidrocarbonetos, tais como o gás de cozinha, diesel e gasolina. Os preços dos combustíveis comuns aumentaram entre 70 a 100%. O governo respondeu a esta situação aplicando subsídios aos combustíveis para manter os preços acessíveis aos consumidores, pondo uma forte pressão sobre os recursos governamentais.

Segundo Osvaldo Quiñonez (2001), o processo da capitalização na Bolívia, assim como nas privatizações brasileiras, esteve inserido em uma onda de corrupção. Um dos mais gritantes casos envolveu a Enron. Sem investir nenhum tipo de recurso, a Enron favoreceu exitosamente a Sánchez de Lozada para obter o controle do projeto energético boliviano mais importante: o gasoduto Bolívia-Brasil. Investigações posteriores revelaram que o gasoduto concluído incluía um ramal adicional que abastecia de gás diretamente às minas de Sánchez de Lozada²⁰, localizada a leste da fronteira boliviana.

A construção do plano de capitalização e a nova lei sobre os hidrocarbonetos envolveram trabalhosas consultas a investidores estrangeiros e credores internacionais. No entanto, os bolivianos e o Congresso foram silenciados na obscuridade. Segundo Carlos Quiroga (2002), os contratos petrolíferos, assim como as operações e as finanças das EE capitalizadas foram considerados como sendo de “informações confidenciais” a cargo do executivo. A maioria dos bolivianos, incluindo a comunidade empresarial local, ficou atônita vendo as coisas acontecerem subitamente. Isto demonstra uma característica do neoliberalismo em todo continente, segundo James Petras (1999), houve um aumento excessivo do poder executivo na execução destas políticas.

²⁰ Em 1993 era o proprietário de minas mais rico do país. Fora educado nos Estados Unidos e falava o espanhol muito mal. Era um “estrangeiro” presidindo um país.

Uma década depois de a capitalização ter sido implementada como um slogan para uma campanha política, o cenário estava pronto para uma grande rebelião civil contra a privatização dos recursos naturais do país. Uma luta anti-imperialista a partir da defesa da riqueza nacional.

3.3 – Os recursos naturais da Bolívia: Da Prata ao Gás

Durante quase cinco séculos, os valiosos recursos naturais da Bolívia tem sido extraídos para gerar riqueza no exterior, enquanto que a maioria de seus cidadãos vive na pobreza. Bolívia é emblemática entre os países que se tornam dependentes da exportação de um só produto, deixando sua economia vulnerável à fluidez do mercado internacional. Nos séculos XVI e XVII, o destino econômico do país esteve simbolizado pelo “Cerro Rico”, uma montanha de prata localizada ao redor da cidade de Potosí (hoje, a região mais pobre do país), que foi esvaziada pelos espanhóis para financiar seu vasto império. Ao final do século XIX, a borracha e o guano²¹ junto com a prata foram explorados por interesses estrangeiros em acordo com as classe dominantes bolivianas.

No início do século XX, o estanho esteve no auge das exportações no país, servindo de matéria prima para fabricação de latas para conservar comida e para construção de armamento de guerra na Europa e Estados Unidos, na medida que foram descobertos grandes depósitos deste mineral nas terras altas da Bolívia. Apoiada inicialmente por investimentos estrangeiros, três famílias bolivianas chegaram a controlar 80% da indústria do estanho. Em uma economia controlada pela exportação deste mineral, os “barões do estanho”²² consolidaram seu poder político e econômico. Simón Patiño, conhecido como o “Rockefeller” boliviano converteu-se em um dos homens mais ricos do mundo, controlando a metade da produção de estanho no país. Em uma destacável façanha para um país sem costa marítima, rodeado de montanhas, Bolívia forneceu cerca de metade do estanho necessário para sustentar os esforços bélicos dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Não é uma surpresa que, como a prata, esta imensa riqueza estanhífera fora acumulada sob intensa exploração dos mineiros que trabalhavam em condições

²¹ Excremento seco de ave condicionado pelos ingleses como explosivo e fertilizante.

²² Simon Patiño, Mauricio Hochschild e Carlos Victor Aramayo.

miseráveis. Em 1945, um informe determinou que a expectativa de vida dos mineiros, que sofriam uma severa enfermidade no pulmão, era de 32 anos. Muitos dos protestos que realizaram os mineiros para melhorar suas condições de trabalho foram reprimidos violentamente pelas forças de segurança privada e as tropas militares do governo. Esses protestos sentaram as bases da posterior resistência social.

Durante a maior parte do século XX até o colapso do mercado do estanho em 1985, esta atividade representava um dos principais recursos das exportações da Bolívia, as oscilações de seu valor criaram crescimentos e recessões na economia boliviana. Sergio Almaraz Paz traz uma reflexão sobre o legado do estanho,

Bolívia se encuentra al término de um camino recorrido: médio siglo de explotación estañífera han dejado a su paso um país atrasado y empobrecido, una economía que es esencialmente la misma de hace cincuenta años. ¿Qué nos dice la experiencia del estaño? Bolívia fue el estaño. Los bolivianos vivieron con las migajas que dejó el estaño. En esta inexorable realidad, economía, política y cultura, se desarrollaron – se deformaron – a golpes de estaño (PAZ apud GORDON Y LUOMA, 2008, p.89).

Depois da queda da indústria estanhífera, o gás converteu-se no recurso natural mais importante do país. Os gigantescos campos gasíferos na zona temperada, na região do Chaco, ao leste, emergiram como o “eldorado” moderno boliviano.

Até finais do século XX, o gás natural era considerado por muitas companhias petrolíferas, como um produto de desejo no processo de extração do ouro negro da economia global. Com o aumento da escassez de petróleo nos últimos anos, o preço do gás natural duplicou, colocando as companhias petrolíferas em intensa disputa por uma melhor posição no negócio do gás. O consumo global de gás natural neste momento se iguala ao do carbono e existe uma previsão que até o ano de 2025 o gás poderá superar o petróleo como o recurso energético dominante no mundo (GORDON Y LUOMA, 2008).

Para os países que buscam recursos energéticos menos poluentes ao meio-ambiente, o gás é uma alternativa mais interessante que seus primos mais contaminantes: o petróleo e o carbono. O gás poderá diminuir a demanda por petróleo dirigindo a indústria para uma utilização de recursos energéticos limpos que não sejam hidrocarbonetos. Enquanto os analistas debatem quando se chegará ao

limite do petróleo, a demanda por gás natural está crescendo constantemente (ROBINS, 2006).

O gás é valorizado por sua versatilidade. Nos países mais industrializados da América do Sul como Brasil, Argentina e Chile, a necessidade de energia para a indústria está aumentando a demanda de gás natural por ser um combustível barato para a indústria de alimentos, transporte e calefação. Somente na Bolívia, nos últimos três anos o número de automóveis que utilizam este combustível triplicou. O preço do gás para automóveis custa em média 1/3 ao da gasolina. Em 2006 20% dos automóveis da Bolívia funcionam com gás natural, maior porcentagem da América do Sul (GORDON Y LUOMA, 2008).

O gás natural, o petróleo e outros hidrocarbonetos provêm dos mesmos processos geológicos: decomposição orgânica de matéria localizada nas profundidades da superfície terrestre. As reservas deste combustível baseados em fósseis de carbono normalmente contêm água que se encontram mais abaixo por ser mais pesada que o gás. O petróleo encontra-se acima da água enquanto o gás natural está mais próximo da superfície pressionado contra a terra e pressurizando a reserva como se fosse uma tampa de champanhe agitada (GORDON Y LUOMA, 2008, p. 90).

Os depósitos que possuem primordialmente petróleo são chamados “campos petrolíferos” e os que são ricos em gás “campos gasíferos”. O gás que se encontra nos campos petrolíferos é chamado “gás associado”. Devido ao fato de ser caro de separá-lo e processá-lo, muitos produtores de petróleo desperdiçam ou queimam o gás natural. Esta prática libera uma forte e daninha contaminação que é ilegal na maior parte do mundo industrializado, porém ainda utilizada em muitos países semi-coloniais. A maior parte do gás boliviano é gás não associado – que significa que é encontrado com um pouco ou nada de petróleo – e por isso é mais barato extraí-lo ou processá-lo, atraindo o interesse das principais companhias deste ramo do mundo. As reservas de gás da Venezuela ainda que mais numerosas que as da Bolívia (quase o triplo) são predominantemente de gás associado, o qual complica a capacidade de exportá-los lucrativamente (DANGL, 2007).

Em sua forma pura, o gás natural é incolor e inodoro. Na realidade é uma mescla de uma variedade de gases que incluem etano, butano, propano e o maior componente de gás natural, metano. Bolívia é afortunada porque seu gás contém mais de 90% de metano, um gás valioso que pode ser convertido em eletricidade ou

processado para elaborar produtos derivados tais como plástico, fertilizantes, diesel e gasolina sintética.

Ainda que o gás natural tenha muitos usos em seu estado gasoso, seu transporte é complicado e demanda muito tempo para realizá-lo. Para exportá-lo precisa ser transformado em estado líquido e em seguida embarcado em tanques especiais, os quais são mais dispendiosos para construir que os tradicionais petroleiros. Devido à dificuldade de comercialização global, o gás natural, diferentemente do petróleo não possui um preço de referência estabelecido internacionalmente. Portanto, os preços são determinados com base na demanda regional e nas negociações entre os países produtores e as companhias que o compram (GORDON Y LUOMA, 2008).

Os bolivianos estão conscientes de que sua vasta riqueza mineral está desaparecendo sob seus pés e estão determinados a assegurar que o gás não tenha o mesmo destino que a prata e o estanho. Segundo Carlo Rojas, um representante da FEJUVE na cidade de El Alto lamenta que:

Después del saqueo de nuestro oro, plata, estaño, y de todos los minerales que hemos tenido [...] ahora solamente nos queda el gás [...] ¿Qué futuro nos espera a nosotros a nuestros hijos? [...] No hay outro recurso en Bolivia que pueda ser nuestro futuro sostén económico (ROJAS apud GORDON e LUOMA, 2013, p.91).

3.4 – Estoura a rebelião

As primeiras jornadas de luta contra o governo Goni ocorreram no início de 2003 contra o projeto do governo em parceria com o FMI de lançar um forte ataque ao conjunto da classe trabalhadora, anunciando um imposto direto de 12% sobre os salários. Um ascenso com barricadas, greve geral, bloqueio de estradas deixou o governo em crise. Ao mesmo tempo este golpe das massas insurretas fez quebrar o pacto camponês-militar que durara cerca de 15 anos, isto é, entre o partido militar do ex-presidente: o general Banzer e o partido camponês de Paz Zamora, o MIR. Os acontecimentos de fevereiro de 2003 demonstraram que a base deste regime, isto é, o pacto da casta de oficiais das Forças Armadas, o partido banzerista e o campesinato estava rompido (NOVAK, 2009).

O governo Sánchez de Lozada sentindo-se novamente fortalecido devido à trégua das manifestações contrárias, lançou em setembro de 2003 o estopim de

sua queda: firmou um decreto com o qual entregava todo o gás da Bolívia – trilhões de metros cúbicos – ao consórcio norte-americano Pacific LNG que construiria um gasoduto para exportar o gás através de portos chilenos rumo à Califórnia (NOVAK, 2009). Esta evidente entrega da riqueza nacional, em um país onde a ampla maioria da população camponesa usa fezes de lhama para aquecer-se ou cozinhar, despertou um rechaço generalizado da classe trabalhadora pressionando as direções sindicais até um levante de greve geral indefinida. Começava o que se convencionou chamar de: “guerra do gás” (NOVAK, 2009). Evidencia-se, desta forma, os postulados de Petras (2002), ao afirmar que “o neoliberalismo é um processo de recolonização dos países dependentes sob hegemonia norte-americana”.

A ação do MAS, que buscava situar-se no cenário político, rechaçando a venda do gás através de portos chilenos e organizando marchas pacíficas em diversas cidades, permitiu que a mobilização social, que inicialmente se apresentava fragmentada, encontrasse um ponto de unificação em uma demanda nacional. Os dirigentes urbanos de La Paz, a federação camponesa aimará de La Paz e a COB negaram-se a alinhar-se com o MAS, que pretendia obter um saldo propagandístico das mobilizações, mas coincidiram na demanda da recusa à venda do gás e, ao mesmo tempo, buscaram ultrapassar o marco no qual o MAS queria manter as mobilizações (REGALSKY, 2007).

Segundo Pablo Regalsky (2007), em outubro de 2003, ocorre o cerco a La Paz que reeditou no imaginário popular a epopéia de Tupac Katari. “A cidade fica desabastecida, inclusive os organismos de repressão careciam de combustível para seus veículos. A repressão militar das massivas manifestações em El Alto²³, com mais de 60 mortos, sacode o país, faz romper a frente governamental e tudo isso permitiu terminar as jornadas vitoriosamente com a queda de Sánchez de Lozada”.

Os primeiros momentos do abalo social que derrotou o presidente Sánchez de Lozada em outubro de 2003 estiveram marcados por conflitos municipais os quais a população massivamente destituiu o prefeito eleito por acusações de corrupção e nomeou outro em assembleia geral, acompanhado com bloqueios para exigir o reconhecimento dessa nova designação que viola as normas de eleição de autoridades [...] Não se salvaram dessa reação violenta em nível local aqueles representantes camponeses que, tendo sido promovidos a funcionários de Estado pelo Instrumento Político, haviam sido logo comprados ou corrompidos por

²³ El Alto é uma cidade operária com predomínio da atividade “informal”, que é a norma do sistema produtivo e comercial nacional.

agentes do aparato da “democracia pactada” dos partidos tradicionais e haviam passado ao oficialismo institucional (REGALSKY, 2007, p. 70).

A primeira grande mobilização do episódio mais radicalizado de lutas de massas por qual passou a Bolívia nos últimos 20 anos iniciou-se em Cochabamba, “a Guerra do Gás”. Dezenas de milhares de pessoas lotaram as ruas, agitando cartazes e faixas gritando: “El gás no se vende!”. Os bebês carregados nas costas de suas mães observavam marchando sob intenso calor. A maioria dos manifestantes era de cocaleros do Chapare; viam-se exaustos, porém dispostos, pois veteranos neste tipo de atividade. As esquinas mais importantes estavam bloqueadas com pedras, latas queimadas e lixo. Uma fumaça escura de fogos circulava sob a praça central, onde se aglomerava a multidão.

O conflito que se manifestou na Bolívia faz parte de uma crise global por recursos. Nos últimos anos tem-se incrementado guerras por água, gás, petróleo, terra ou alimento; as mais sangrentas pelo acesso a petróleo no Oriente Médio. Na medida em que a população aumenta, juntamente cresce a demanda por petróleo e gás. Entretanto, estes recursos estão se esgotando, provocando aumento nos preços e o incremento da voracidade das potências imperialistas que buscam cada vez mais a invasão e exploração dos países semicoloniais em busca destas fontes de energia. Enquanto a “Guerra do Gás” tomava lugar nos Andes, os corpos caíam em solo no Iraque, Afeganistão e Venezuela, em conflitos pelo controle do gás e petróleo (DANGL, 2009).

A pergunta sobre como usar o gás boliviano unificou a diversos grupos sociais e laborais em uma mobilização nacional que durou aproximadamente dois meses. Depois de várias décadas de exploração de recursos por parte de corporações transnacionais, os bolivianos uniram-se para mudar esta situação. Ao invés de vender seu gás a companhias estrangeiras a preços irrisórios, o povo exigiu que aquela riqueza sob seus pés fosse destinada a fomentar o desenvolvimento nacional. Uma explicação da história do controle estatal de recursos na Bolívia mostra a maneira que a exploração do gás e petróleo esteve nas mãos das elites e como isso pode ser transformado a partir das insurreições populares, “o poder emanando de baixo”.

A marcha de 19 de setembro em Cochabamba marcou o início de um novo movimento. O dia seguinte desta primeira marcha levou a uma fúria coletiva que trouxe violentos resultados. Um mês depois, quando terminou o conflito, o

Presidente havia fugido do país e os enfrentamentos entre manifestantes e forças de segurança resultaram em 67 mortos e centenas de feridos.

Ao mesmo tempo em que os manifestantes marchavam em Cochabamba, vários representantes das embaixadas dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra encontravam-se em Sorata (ao norte de La Paz) sem poder atravessar os bloqueios feitos pela população local. O embaixador norte-americano David Greenlee pressionou ao governo boliviano que tomasse alguma atitude. Então, as forças de segurança nacional foram enviadas de imediato para uma operação de resgate. Em 20 de setembro, pouco antes do amanhecer, as forças militares que se dirigiam a caminho de Sorata chegaram ao pequeno povoado de Warisata, surpreendendo aos habitantes que bloqueavam o caminho em protesto pela exportação do gás e outros temas de importância local (DANGL, 2009).

Sem intenções de se chegar a um acordo, as forças de segurança abriram fogo indiscriminadamente contra os camponeses, disparando dentro de suas casas e de suas escolas. Alguns dos camponeses dispararam de volta com suas próprias armas, porém em geral a defesa era realizada com o lançamento de pedras contra a força de repressão. No final deste enfrentamento foram contabilizados sete mortos por armas de fogo, incluindo dois soldados, um homem de 60 anos, um estudante, um professor e uma mãe com sua filha. Reportaram-se aproximadamente 25 feridos dos dois lados. Bolívia encontrava-se à beira de um conflito de amplas proporções e estas mortes foram o estopim para isso. Uma vez que a primeira peça de dominó caiu em Warisata, não houve como retroceder as consequências (ROBINS, 2006, p. 220).

Logo que a notícia do massacre em Warisata se fizera conhecer em todo país, organizaram-se protestos, bloqueios, greves e marchas por toda parte de grupos sociais e sindicais. As forças de segurança não foram provocadas, mesmo assim abriram fogo contra o povo desarmado.

Como resposta à repressão em Warisata, vários ativistas concentraram-se nas esquinas mais importantes de Cochabamba para armar bloqueios feitos de pedras, latas, lixeiros e fogueiras. Os estudantes bloquearam um dos principais acessos à praça central. O trânsito, que geralmente estava congestionado nesta região da cidade, agora estava completamente parado. De repente um grupo de policiais em motocicletas apareceu e acelerou rumo ao bloqueio. Dispararam gás lacrimogêneo contra os estudantes, saltaram de suas motos e golpearam com cassetete a vários ativistas, na cabeça e no corpo. Muitos jovens foram levados presos em camburões da polícia (KOHL Y FARTHING, 2007).

As mortes em Warisata motivaram a revolta pública contra a administração de Sanchez de Lozada e seu plano de exportação do gás. Enquanto se incrementava a violência contra o movimento mais aumentava a adesão a ele. A repressão trouxe resistência, o oposto do que esperava o governo. Quanto mais golpes eram dados por parte do Estado, maior a indignação da população, maior a adesão às greves, mais bloqueios e marchas eram construídos. O tema da exportação do gás demonstrou ser uma faísca que alimentava um fogo a nível nacional.

Os manifestantes na Guerra do Gás demandavam maiores salários, reformas nas leis da coca, a liberação de prisioneiros políticos e soluções aos problemas da distribuição de terras. Ao final destas jornadas de luta, muitos ativistas bolivianos combinaram suas demandas e pediram a renúncia do presidente Sanchez de Lozada. Escutava-se um canto em meio à multidão, em seu movimento radicalizado: “El gás no se vende!”. (DANGL, 2009, p. 155).

As demandas pela nacionalização do gás surgiram depois de uma longa história de exploração corporativa e de bons exemplos estabelecidos pela companhia estatal de gás. Uma consulta à história do gás e petróleo na Bolívia demonstra como um país com tantos recursos sob a terra poderia ser um dos mais pobres em sua superfície.

Os avós dos indígenas guaranis contam histórias de que o petróleo ou “água mágica” era usado antes da chegada dos espanhóis. O líquido negro curava as feridas de pessoas e animais, estimulava ao fogo e era usado para acender flechas de guerra. Quando os espanhóis chegaram, a lei declarou que o líquido negro seria propriedade do Rei da Espanha. Quando foi dada nova importância ao recurso para uso de automóveis, a Standard Oil, uma companhia radicada em Nova Jersey (EUA), apoderou-se do gás boliviano. A competição com sua rival britânica, a Royal Dutch Shell, levou à Guerra do Chaco (1932-1935) e motivou um conflito entre os países mais pobres da América Latina: Bolívia e Paraguai (ROBINS, 2006).

As sementes desta guerra foram plantadas pela Standard Oil e Royal Dutch Shell, enquanto ambas buscavam reservas petrolíferas na fronteira indefinida entre Paraguai e Bolívia. Apesar da tensão entre as nações envolvidas, a Standard Oil pesquisou e descobriu enormes reservas com a permissão do governo boliviano. O Paraguai, em contrapartida, ofereceu permissão à Shell para trabalhar na mesma região. Sob pressão das duas companhias, explodiu uma guerra entre os países. Como resultado, a Bolívia perdeu centenas de milhares de quilômetros de território na região do “Chaco”, além de milhares de vidas. Eduardo Galeano escreveu sobre a Guerra no Chaco: “Fue una pelea entre dos compañías enemigas y al

mismo tiempo compañeras dentro de un mismo cartel, pero no fueron ellas enemigas quienes derramaron... sangre” (ROBINS, 2006, p. 222).

Depois da Guerra do Chaco, o povo boliviano furioso exigiu que Standard Oil fosse retirada do país. O governo expulsou a companhia por ter vendido clandestinamente gás boliviano à Argentina: a primeira expropriação de uma empresa multinacional norte-americana em território boliviano. Uma vez que se cancelou o contrato da Standard Oil, o gás ficou nas mãos do Estado: Yacimientos Petrolíferos Fiscales Boliviano (YPFB), a primeira companhia estatal de petróleo na Bolívia. Foi criada em 1936 para controlar esta indústria. Em quatro anos, YPFB produziu 882.000 barris de petróleo, mais do que Standard Oil havia produzido durante 15 anos. Em 1953, a companhia produziu o suficiente para satisfazer o consumo nacional de petróleo. Por mais de 60 anos, YPFB gerou enorme riqueza para o governo, contribuindo com 55,7% de todas as exportações em 1985. Foi através da YPFB que se desenvolveu a tecnologia, a experiência e a infraestrutura para sustentar a indústria estatal petrolífera, um êxito que contribuiu às demandas futuras por nacionalização, quando a mesma fora privatizada (KOHL Y FARTHING, 2007) .

Em março de 1994, durante sua primeira presidência, Sanchez de Lozada desenhou e aprovou a Lei de Capitalização. Esta serviria para incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) e salvar o país de uma depressão econômica, porém teve um resultado oposto, particularmente na indústria do gás. A lei aprovou a privatização da companhia de telefonia, as linhas aéreas, os trens e as companhias de gás e petróleo. Antes da lei ser aprovada, estas indústrias produziam 60% da receita do governo. Em 1997, a YPFB caiu em mãos de empresas norte-americanas, holandesas, espanholas e argentinas. A empresa estatal foi vendida por 844 milhões de dólares, 100 milhões abaixo de seu real valor. Entre 1997 e 2003, a quantidade oficial de gás natural na Bolívia subiu em 10 vezes. Porém, o aumento da produção do gás era proporcional ao aumento da pobreza no país. Como disse o executivo da companhia de gás Repsol/YPF, Roberto Maella: “Las ganancias de la industria del petróleo y el gás en Bolivia son muy elevadas: por cada dólar invertido, una compañía de petróleo gana 10 dólares” (DANGL, 2009).

O plano de exportação de gás que levou à Guerra do Gás em 2003, começou com a gestão Hugo Bánzer em 1997. Quando este presidente renunciou ao seu posto, o vice-presidente Jorge Quiroga incubiu-se da missão de levar adiante

a política neoliberal. O projeto de exportar gás boliviano aos Estados Unidos através do Chile estaria a cargo da Pacif LNG, um consórcio composto por British Gas (BG), British Petroleum (BP) e Repsol/YPF, em junho de 2001. Estas empresas controlavam Margarita, a maior área de reservas de gás da Bolívia, e planejavam uma exportação diária de 36 milhões de metros cúbicos de gás diários aos Estados Unidos, ao longo de 20 anos (ROBINS, 2006). A primeira fase da exportação consistiria em um gasoduto desde Tarija, na Bolívia, até Patillos, um porto chileno no oceano Pacífico. Logo se construiria uma planta neste porto para produzir gás líquido antes de levá-lo por navio a um porto mexicano, de onde se transformaria novamente em gás para ser transportado e distribuído nos Estados Unidos (DANGL, 2009).

Este projeto permitiria que o gás fosse vendido a um preço 20 vezes maior do que era pago ao governo boliviano. Devido ao custo do transporte e refinamento, o gás seria comprado como matéria prima na Bolívia a 18 centavos de dólar por cada mil metros cúbicos e seria vendido na Califórnia por 3,50 a 4 dólares pela mesma quantidade. O Chile também lucraria com o processamento do gás sendo realizado em seu porto, parte esta da venda de onde o governo boliviano não teria nenhum ganho. Outro fator importante para a intensa oposição gerada a este projeto por parte da população boliviana foi ter na memória que o Chile havia retirado o acesso ao mar em uma guerra em 1879, um evento que ainda é forte na lembrança dos bolivianos (KOHL Y FARTHING, 2007).

Evidências de danos ao meio ambiente também surgiram desde a privatização do gás. Em janeiro de 2000, uma empresa subsidiária da Enron e Shell (Transredes), foi responsável por um derramamento de petróleo no rio Desaguadero na Bolívia. A água, da qual muitos habitantes dependem para criação de gado, tornou-se negra. Os animais da região morreram após o vazamento e as plantas das margens do rio foram destruídas. A empresa Transredes ignorou advertências sobre a tubulação velha, corroída e em más condições. O vazamento de petróleo que caiu no rio era suficiente para encher três piscinas olímpicas. Trinta mil habitantes da região foram afetados (ROBINS, 2006).

Além das razões históricas, ambientais e econômicas contra o controle privado do gás e seu plano de exportação em 2003, muitos bolivianos esperavam que o gás, um de seus principais recursos pudesse ser usado para o desenvolvimento nacional. O gás sob a superfície, o qual tem criado tantos conflitos

sobre a terra, não é incolor e inodoro. O gás natural, a maior parte dos hidrocarbonetos que a Bolívia considera como seus, contém butano, propano e etanol; é o mais limpo de todos os combustíveis fósseis no tocante à contaminação pela emissão de carbono. Em geral, este recurso é mais utilizado para cozinhar, calefação e produção de eletricidade, e equivale a um terço do consumo de energia nos Estados Unidos, e 25% em todo o mundo. O gás natural é distribuído a nível local através de tubulações, porque o processo de compressão necessário para transportá-lo via naval ou em caminhões é muito caro. Grande parte do gás boliviano sai do país por tubulações para Argentina e Brasil (DANGL, 2009).

Os mobilizados nos conflitos de 2003 demandaram um melhor acesso a produtos derivados do gás, como o diesel para os caminhões e agricultura. Na Bolívia, mais da metade do diesel utilizado é importado do exterior. O diesel poderia ser produzido no país, podendo ser oferecido aos camponeses a um custo mais baixo, porém a prioridade até os dias de hoje é a exportação ao invés do acesso e uso nacional. O gás natural também poderia ser utilizado na produção e uso de fertilizantes, papel, cimento, tecidos, explosivos, plásticos, vidro, calefação e eletricidade. Uma melhor distribuição e uso do recurso a nível local foi outra das exigências. Poucos bolivianos tem acesso ao gás para usá-lo em cozinhas e para aquecer suas casas. Exporta-se 90% do que é extraído, e os 10% que fica no país, somente uma pequena fração vai para os lares dos bolivianos. A maior parte vai para plantas termoelétricas, de onde a eletricidade gerada é cara e inacessível à maioria da população, que de acordo com Silvia Novak, “ainda vive como se estivessem em tempos medievais” (NOVAK, 2006).

Uma das maiores reclamações dos manifestantes era que o investimento privado na indústria do gás boliviano não ajudou significativamente o país. Os investidores estrangeiros empenham-se em gerar dinheiro vendendo seu produto a outros mercados, ao invés de desenvolver a infraestrutura para o uso nacional e a industrialização. Por exemplo, o gasoduto da Bolívia para o Brasil é 40 vezes maior do que o que leva gás até a capital, La Paz. As velhas tubulações construídas pela YPFB necessitam de uma melhor manutenção e são responsáveis por sérios danos ao meio ambiente. Isto significa que o país, com uma das maiores reservas de gás da região, tem os piores métodos de distribuição e industrialização para seus próprios cidadãos. Estes movimentos surgem pela recuperação dos recursos naturais da Bolívia.

Houve um forte apelo à expropriação de empresas estrangeiras instaladas no país, a anulação da lei de Hidrocarbonetos de Sánchez de Lozada e a nacionalização da indústria do gás através da recuperação da YPFB. A demanda e o preço do gás a nível mundial crescem paralelamente à quantidade de gás encontrado em solo boliviano, criando oportunidades para gerar riqueza ao país e reconstituir a YPFB.

Entretanto, a simples estatização das empresas que exploram gás nem sempre oferece uma alternativa mais progressista em relação ao controle privado. YPFB é um exemplo do controle de gás estatal, porém como indústria tem o mesmo potencial de exploração, corrupção e ineficiência quanto às empresas privadas. Tudo depende do modelo de administração da YPFB. No caso da Guerra da Água em Cochabamba, o controle privado da água afetou seriamente a maioria da população, entretanto, uma vez que se expulsou a Bechtel, o controle público do recurso deixou também muito a desejar.

Para que o Estado possa tomar um controle responsável das indústrias do gás, os movimentos sociais e as esperanças do povo devem exercer influência sobre o governo para assegurar que os recursos sejam destinados ao povo. Estes desafios não mudam o fato de que para muitos bolivianos, o gás tornou-se uma palavra mágica em 2003-2005, simbolizando todos os recursos perdidos e a possível riqueza do futuro. Como a coca e a água, o gás era visto como um recurso necessário para poder sobreviver. Necessitava-se não apenas para a calefação ou uso doméstico, mas para seu possível potencial de desenvolvimento, para maiores investimentos em educação e saúde. Enquanto a população mobilizava-se para as jornadas de setembro e outubro de 2003, estavam em meio a uma violenta repressão estatal.

As mobilizações contra o plano de exportação de gás ganharam força enquanto uma aliança histórica tomava lugar entre as organizações sociais e sindicatos. Grupos que geralmente encontravam-se em lados opostos, uniram-se contra o plano do gás da gestão de Sánchez de Lozada, paralisando o país com greves, marchas e bloqueios. Trabalhadores e camponeses bloquearam ruas em El Alto, La Paz e El Chapare. Os mineiros entraram no movimento com uma marcha desde Oruro até La Paz. As vias para outras cidades, assim como as fronteiras com o Chile e Peru, foram fechadas, enquanto que enfrentamentos entre manifestantes, militares e policiais aumentavam gravemente. Uma greve geral paralisou

completamente La Paz em 08 de outubro. Em El Alto houve bombardeios por mais de 03 horas de pedras, dinamites e gás lacrimogêneo (ROBINS, 2006).

Os enfrentamentos na Guerra do Gás foram cíclicos. No caso de um grande protesto ou de uma campanha de bloqueio, os conflitos entre manifestantes e forças de segurança explodiam seguidos de um cessar fogo e tentativas de negociação. Porém, a intransigência do governo agravou o problema. O presidente recusou-se a negociar com os representantes dos protestos e preferiu incendiar ainda mais o conflito aumentando a repressão. O resultado, segundo Benjamin Dangl, foi a transferência de poder do palácio do Governo, o qual já tinha a reputação de ser pouco representativo e corrupto, para as ruas.

Quando Sánchez de Lozada falava sobre os conflitos sociais do momento, dizia aos repórteres: "Estos problemas y dificultades nacen de lo que yo considero un grupo muy radical en la sociedad boliviana que cree que él puede gobernar desde las calles en vez que desde el Congreso u otras instituciones" (DANGL, 2009, p. 162)

Entretanto, o governo não deixou ao povo outra opção ao privar-lhe a permissão para expressar suas opiniões nem estabelecer suas demandas dentro do programa político. Os partidos tradicionais estavam mais interessados em manter-se no poder do que em representar os cidadãos em luta. A estrutura política boliviana era incapaz de acalmar o conflito social. Enfrentamentos violentos nas ruas tornaram-se cada vez mais comuns e levaram tanto os manifestantes como os funcionários do Estado a estabelecerem-se firmemente nas posições que cada lado defendia, de maneira que o diálogo entre ambos os lados era quase impossível.

O apoio a Sánchez de Lozada encontrava-se somente entre o embaixador norteamericano, as empresas de petróleo estrangeiras e as baionetas do exército. Na medida que os protestos cresciam por todo o país, o presidente fez a seguinte declaração: "No voy a renunciar a la Presidencia porque mi esposa quiere seguir siendo la Primera Dama de la nación" (DANGL, 2009).

Cochabamba tornou-se uma cidade fantasma em meio aos protestos, uma cidade completamente paralisada por sua própria população. O conflito prosseguia enquanto o comércio estava fechado porque os donos aderiram à greve ou porque tinham medo que os vidros de suas lojas fossem quebrados por manifestantes que os acusassem de não apoiar o movimento. O motoristas de taxi e ônibus deixaram as ruas por receio de encontrar bloqueios. Os bloqueios mantiveram as ruas vazias.

Caminhões cheios de forças de segurança davam voltas pelas ruas em busca de manifestantes. Gases lacrimogêneos enchiam o ar de dia e noite; fogueiras feitas de todo material impediam a passagem e bloqueavam as ruas. Quando a polícia aparecia, disparavam gás e golpeava os que protestavam, ocasionalmente durante estes enfrentamentos (ROBINS, 2006).

Estes dias de manifestações forjaram amizades entre os manifestantes. Depois de um dia de marchas e bloqueios, a gente se juntava para relaxar, dançar, tocar música e discutir a crise no país. Na primeira sexta-feira de cada mês, nos arredores de Cochabamba, um grupo ativista de jovens “Tinku” apresentava animadas festas que se embalavam ao ritmo da música folclórica andina e da “clicha”²⁴. As pessoas ocupavam todo o espaço do local mascando coca e passando a bebida, a qual era consumida em taças feitas de madeira. Dois dos principais dirigentes nacionais da guerra do gás participavam às vezes dessas cerimônias: Felipe Quispe²⁵ e Roberto de la Cruz. Os dois líderes indígenas eram apresentados com um ritual a la Pachamama²⁶ (KOHL Y FARTHING, 2007, p. 243).

Os ativistas da Guerra do Gás reivindicavam uma indústria estatal de gás e petróleo que pudesse industrializar o gás dentro das fronteiras bolivianas para beneficiar a população. Isto não apenas significava um melhor acesso ao gás como mais investimentos em programas sociais. Estas e outras questões tornaram-se importantes para os bolivianos depois que terminara a Guerra do Gás. Durante o mês caótico de outubro de 2003, a nação esteve à beira da guerra civil com as mobilizações contra Sánchez de Lozada e seu plano de exportação de gás. Nesta rebelião, a cidade altiplânica de El Alto reclamou seu passado como um centro poderoso de resistência ao controle do governo, enquanto que organizações da comunidade deram seu apoio ao que chegaria a ser um dos levantes mais poderosos do país.

²⁴ Bebida feita de milho fermentado

²⁵ Fundou o Partido político Movimiento Indígena Pachakuti (MIP) e em 1998 foi eleito Secretário Geral da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). Participou do exército guerrilheiro Tupac Katari em 1984, liderando uma insurreição fracassada contra o governo, sendo preso em 1992 por participar deste exército. Ferrenho crítico do neoliberalismo e das elites bolivianas, desde que foi libertado tem sido um militante na causa de um Estado Indígena na Bolívia. Foi um dos principais dirigentes da Guerra do gás, sendo respeitado em todo país como o principal dirigente indígena na nação.

²⁶ Tradicional ritual indígena Aymara.

3.4.1 – El Alto²⁷ en pie nunca de rodillas!

Durante um momento chave das mobilizações da Guerra do Gás em 2003, os cidadãos de El Alto organizaram uma barricada na rua Juan Pablo II. Os moradores, agora convertidos em guerrilheiros, vestiam panelas em suas cabeças como potreção, atiradeiras artesanais e pistolas falsas e também verdadeiras para intimidar as forças de segurança. Para causar pânico na multidão, as forças de repressão foram ao bairro próximo de Villa Ingenio e dispararam contra pessoas inocentes que não estava preparada para um enfrentamento. Em resposta, os cidadãos, cheios de raiva, empurraram vagões de trem com suas próprias mãos colocando-os na estrada e bloqueando a passagem do exército e da polícia.

Os moradores de El Alto ou alteños estiveram à frente da Guerra do Gás. Sua militância e persistência vem de sua larga história de independência em uma cidade pobre onde o vazio deixado pelo Estado tem sido preenchido por organizações autônomas comunitárias. Dezenas de cidadãos sem armas morreram e centenas foram feridos pelas forças de repressão. A fúria contra a violência militar imposta pelo governo ajudou aos habitantes da cidade a se aglutinarem em torno de uma ampla mobilização, sendo decisivos na queda da gestão Sánchez de Lozada e transformando para sempre a relação de poder entre os movimentos sociais e o Estado.

No centro de El Alto sente-se o cheiro de fumo, frango frito (prato principal da culinária boliviana) e o ar frio da montanha. Água suja circula pelas valas das ruas, enquanto os pedestres se juntam nas vias agarrados das mãos ou carregando seus filhos. A fiação elétrica parece mais teias de aranha que vão de um edifício ao outro. Os restos de comida e lixo acumulam-se nas ruas de terra. Taxis e ônibus competem por espaço e passageiros, seus motoristas gritam o destino através das janelas abertas. Um barulho incessante de buzinas mescla-se com o barulho de vendedores ambulantes de ervas, folha de coca e artigos dos mais variados bens de consumo. No horizonte da cidade, o vasto altiplano chega até as montanhas cobertas de neve.

²⁷ É uma cidade pertencente ao Departamento Autônomo de La Paz, no oeste da Bolívia a uma altitude de 4.000 metros no planalto e na Região Metropolitana de La Paz, a noroeste de La Paz, com a qual forma o maior aglomerado urbano do país. Tem uma população de 1.184.942 habitantes (2010).

Um vendedor ancião por nome de Cornelius Días com um rosto bastante enrugado devido ao sol das montanhas que queima mais do que ao nível do mar, tinha um sebo de venda de livros e me explicou algo interessante em meio àquele intenso trânsito de veículos e pessoas:

“Todo el mundo en El Alto está organizado través de algún sindicato u organización cumunitaria. Cuando surge un problema, todo nos juntamos y nos organizamos para luchar, protestar y bloquear”. Ele repetiu uma frase que escutei da maioria das pessoas na cidade: “Como indivíduos, no tenemos poder, juntos podemos hacer lo que sea” (ENTREVISTA, 11/11/2012).

Este lema tem servido aos alteños por séculos desde que os rebeldes indígenas tomaram La Paz em 1781 até os mineiros da Revolução de 1952 e as organizações comunitárias que participaram ativamente na Guerra do Gás em 2003. A rebelião, a independência e a organização social correm nas veias dos habitantes da cidade.

Na entrada da cidade há um dizer curioso: “Bienvenidos a la ciudad más alta del mundo, donde Dios nos ve de cerca”. A esta altura, os invernos são pesados e o vento frio dos Andes sopra pelas ruas da cidade. Nos dias mais quentes a temperatura não passa dos 20°C. El Alto é a segunda cidade mais alta da Bolívia a 4000 metros de altitude (400 metros acima de La Paz), estando atrás apenas de Potosí com 4.200 metros de altitude. Para quem visita a cidade é extremamente difícil encontrar oxigênio após respirar, os efeitos do “soroche”²⁸ são logo sentidos. El Alto é a porta de entrada da capital, logo sua importância estratégica na luta política a nível nacional. Qualquer bloqueio da rodovia que corta a cidade paralisa La Paz. Entretanto, estas condições não foram capazes de deter a imigração massiva que a cidade sofreu nos últimos 30 anos. Possui a maior taxa de imigração de uma cidade na América Latina. Sua população em 1950 era em torno de 11.000. Em 2006 havia chegado a quase 800.000, alcançando mais de 1 milhão em 2010. Sessenta e cinco por cento da população é menor de 25 anos e mais da metade de seus habitantes trabalha na economia informal. Um de cada 9 bolivianos vive nela.

²⁸ Também conhecido como “Mal da Montanha” - é uma condição patológica relacionada com os efeitos da altitude nos humanos, causada por exposição aguda à baixa pressão de oxigênio a elevadas altitudes. Ocorre normalmente acima dos 2400 metros. Esta sensação é comumente percebida àqueles que não tem costume com altitudes elevadas. Dores de cabeça, cansaço intenso, dores por todo o corpo e até desidratação são efeitos da falta de oxigenação ideal no cérebro.

As mesmas forças que levaram mineiros e camponeses do Altiplano ao Chapare para semear coca, levou também a milhares de famílias para El Alto. O fechamento das minas estatais e uma longa seca em meados dos anos 80 provocou esta imigração em massa, na busca por sobrevivência. Tendo muitas dificuldades com o trabalho mal remunerado da mineração e da agricultura de subsistência, muitos bolivianos preferem buscar a sorte nas cidades. Os imigrantes chegaram na zona de El Alto onde não havia escolas, hospitais, praças, eletricidade, ruas ou até mesmo água potável. Por pura necessidade as famílias levantaram seus instrumentos de trabalho, juntaram seu dinheiro e construíram a infraestrutura da cidade por si mesmas (ZIBECHI, 2005).

Freddy Sarmiento é um dos muitos que se mudaram a El Alto quando as minas fecharam. Ele trabalhou nas minas de Potosí e migrou a El Alto em 1985 com outras 25 famílias para estabelecer-se no que hoje chama-se Unificada Potosí. Em um dia de novembro o senhor Sarmiento contou-me:

“Cuando llegamos a El Alto desde Potosí, todos los mineros juntaron su dinero para comprar tierras. La electricidad, las escuelas, las plazas, el sistema de agua y las casas fueron constuidos con nuestro próprio tiempo e dinero. Las habilidades y las costumbres de los mineros nos ayudaron a adaptar-se a nueva ciudad. Sabíamos cómo exigir cosas y como organizarnos. Sabíamos como trabajar juntos. Así fue como conseguimos cosas como el agua rapidamente. Tuvimos que usar nuestras próprias herramientas, comprar nuestro próprio cemento, todo. El Estado no participo en aquel tiempo. Tuve la suerte de tener 25 compañeros de las minas conmigo. Es nuestro barrio, lo hemos construído nosotros... Hasta hoy no recibimos ayuda del Estado (ENTREVISTA, 12/11/2012).

Sua experiência foi como a de muitos outros milhares em El Alto. Mesmo que tivessem sido mineiros ou camponeses, os imigrantes usaram suas habilidades de organização para trabalhar na construção de uma cidade. Enfrentaram a falta de serviços públicos com amizade e ferramentas, juntando seu dinheiro e seu trabalho para poder sobreviver. O que não puderam construir eles mesmos, exigiam ao governo através de protestos por ruas pavimentadas, escolas e água potável. Desta solidariedade surgiu uma força e união organizativas, que levaram aos cidadãos a atuar em 2003/2005.

As organizações de moradores que nasceram em El Alto graças à imigração basearam-se na experiência dos sindicatos mineiros e nos grupos comunitários de áreas rurais. Uma das organizações que tem sido transportada com

êxito para a cidade é do “ayllu”²⁹ rural. Se existe um problema com o preço da energia elétrica, eles se organizam para que diminua o custo. Se a coleta de lixo não está funcionando, a melhoram entre eles mesmos. Quando entra um ladrão no bairro, o expulsam. Eles enfrentam as problemáticas porque o Estado não o faz. Esta proposta unida e comunitária tem permitido à população mobilizar-se rapidamente, organizar, protestar e bloquear vias.

Pablo Mamani, um sociólogo da Universidade Pública de El Alto, explica a infraestrutura social complexa que deu luz à rebelião de “outubro” em seu livro *“Microgobiernos barriales”*. Mamani escreve que as práticas culturais de moradores que combinam seu trabalho e juntam seu dinheiro para a construção de projetos comunitários, todos os costumes baseados nas tradições rurais e aplicadas em El Alto até o presente, contribuem para gerar a solidariedade entre os habitantes (MAMANI, 2004).

A profunda unidade dos pobres trabalhadores de El Alto é evidente em cada esquina da cidade. Muitos imigrantes na cidade são empregados como vendedores ambulantes. Enquanto trafegava pela cidade, falei com alguns vendedores que me diziam que todos eles pertenciam a um sindicato. Estavam obrigados a comparecer às reuniões e não podiam vender nada durante as greves. Os postos de venda em El Alto não são propriedade privada, pois são administrados pelos sindicatos, o que significa que o direito de trabalho nessas atividades é coletivo. As pessoas obedecem ao sindicato, porque caso contrário não podem vender ou negociar serviços comprometendo assim sua sobrevivência.

O sentido de identidade coletiva baseada em sindicatos bem estruturados e com intenso envolvimento dos afiliados faz-se importante para os vendedores que operam em uma atmosfera que geralmente é isolada e competitiva. As decisões para tomar medidas de ação são feitas coletivamente e durante os bloqueios são realizadas reuniões pelo sindicato, onde se tomam os nomes para assegurar-se de que todos os membros estejam presentes. A grande maioria dos vendedores ambulantes pertence a um sindicato que está filiado à Central Obrera Regional (COR). A COR está principalmente formada por grupos de trabalhadores fabris, vendedores ambulantes, sindicatos e grupos estudantis. Funciona como um instrumento de interação social e política, articulando demandas desde suas bases e organizando mobilizações para pressionar ao governo (MAMANI, 2004).

²⁹ Um agrupamento de moradores ou famílias que se organizam para discutir temas que os afetam.

Em seu livro *“Dispersar el Poder”*, o autor uruguaio Raul Zibechi examina as raízes da capacidade de protesto em El Alto, as redes de poder e para onde se dirige este movimento. De acordo com Zibechi (2006), na cidade existe uma “administração de trabalho autônoma”, a qual está baseada na produtividade e no sistema hierárquico tradicional de chefes a trabalhadores. Este setor informal de negócios familiares possui o controle sobre si mesmo sem poderes superiores. A maioria dos trabalhadores em restaurantes, construção e manufaturas ensinam mutuamente um ao outro a trabalhar e administrar seu próprio tempo. O fato de que a maioria das pessoas tenha ou controle seus próprios negócios, contribui para a sensação de que os cidadãos sejam donos da cidade e a estejam administrando.

Outra razão que faz com que os alteños sejam tão autônomos é sua desconfiança em relação ao parlamento burguês e seu sistema político tradicional. Ao final dos anos 80 e início dos 90, o partido político “Consciência de Patria” (Condepa) ganhou um poder considerável em El Alto em oposição aos partidos tradicionais. Condepa foi liderada por Carlos Palenque, personalidade popular da imprensa, que contava com amplo apoio em toda cidade. Sua rede de contatos, amigos e familiares constituiu a base onde se criou a Condepa. Palenque converteu-se na voz dos oprimidos da cidade e foi decisivo para encher sua gente de um espírito revolucionário. Porém, Condepa caiu na rede de corrupção que ela combatia, ao usar suas relações para pressionar líderes sociais e manter o poder através de chantagem e de manipulação (ZIBECHI, 2006).

Quando Palenque morreu em 1997, Condepa desmoronou. O partido não pôde sobreviver sem sua figura central e carismática. As organizações laborais e comunitárias encheram o novo vazio político. Um evento que marcou este momento político da cidade foi a mobilização de jovens por uma universidade em El Alto. O presidente Banzer viu-se obrigado a escutar as reivindicações em 2000, porém grande parte do dinheiro para a construção da universidade terminou desviado por políticos corruptos. Os estudantes organizaram-se, demitindo ao reitor corrupto, criando um precedente nos movimentos de protesto e mostrando aos líderes que poderiam ser expulsos pela força popular (Ibid).

Duas organizações que preencheram o vazio político deixado por Condepa e aproveitaram o impulso gerado pelos protestos estudantis, foram as

“*Federación de Juntas Vecinales*” (FEJUVE) e a “*Central Obrera Regional*” (COR)³⁰. Ainda que estes grupos não trabalhem conjuntamente, as necessidades e demandas da população faziam com que se articulassem alianças importantes para o combate comum. Seus edifícios encontram-se um ao lado do outro no centro da cidade, estão velhos e com as paredes sujas.

As “juntas vecinales” surgiram a partir de intensa migração à cidade nos anos 80 e progressivamente converteu-se numa rede de microgovernos, unidos através da FEJUVE. As juntas vecinales pede a seus membros informação sobre as necessidades e demandas da população. Os líderes vecinales representam a comunidade perante o Estado, exigindo suas reivindicações. Enquanto a população de El Alto cresceu e os poucos serviços públicos existentes tornaram-se cada vez pior, as juntas vecinales assumiram a responsabilidade e construíram suas próprias demandas (MAMANI, 2004).

Há 600 juntas vecinales em toda a cidade, as quais representam as entidades sociais mais importantes de todo El Alto. Existem requerimentos específicos para os participantes: os líderes são selecionados a cada dois anos e não podem ser empregados como vendedores, banqueiros, trabalhadores de transporte ou líderes de partidos políticos. Devem ter ao menos dois anos de residência no bairro e ao menos um membro de cada família deve se fazer presente em cada reunião. Cada grupo de moradores da FEJUVE deve ter no mínimo 200 membros.

Nas reuniões da FEJUVE os membros das comunidades entregam seus cartões de membresia na entrada. Cada pessoa na reunião representa sua rua e a todas as famílias que vivem nela. Havia um motivo para haver tanta gente nas reuniões, protestos e bloqueios. Esse mecanismo faz parte da forma como a comunidade funciona. Se, por exemplo, uma família não participa da luta por adquirir água pública a baixo custo ou eletricidade para o bairro, então eles não seriam conectados ao novo sistema uma vez que se conquiste o benefício. Por esta razão entre outras, como a pressão social e familiar para participar, existe uma forte cultura de ativismo na cidade.

Em outro setor de El Alto conheci a um carismático presidente da junta vecinal de Alto Portada, o maior bairro da cidade. Eliodoro Castañeta Castillo quem me convidou imediatamente a passear por seu bairro. Os altos prédios da cidade

³⁰ Tinha como principal dirigente Roberto de La Cruz

abaixo, La Paz, contrastavam com a pobreza deste bairro de 300 mil habitantes. Muitas casas com estruturas precárias e com tetos prestes a desmoronar. Caminhamos por uma rua de terra, onde o esgoto residencial corria a céu aberto. Então senhor Castillo relatou-me:

Casi todo lo que ve en el barrio fue organizado y construido a través de la oficina local de la FEJUVE. Nuestra junta vecinal tiene una reunión cada mês para decidir qué es lo que aún se deve mejorar. Los miembros de la comunidad discuten quién hará cual trabajo y a qué organizaciones se les debe pedir dinero. Outra muestra de independencia se pasó en 2005. Hace años, el gobierno construyó una calle de piedras que cruzaba el barrio. Desafortunadamente, el camino no llegaba al área más transitada de la comunidad. Los vecinos decidieron mover las piezas del camino. Alquilaron un camión y trasladaron todas las piedras a un área con mayor población. Cada familia se encargó de mover las piedras necesarias para llenar el espacio al frente de sus hogares. Por dos sólidos meses, los residentes trabajaron de noche y durante los fines de semana hasta que el camino fue trasladado. A través de la junta vecinal también se construyen y mantienen los jardines públicos y las áreas verdes. Se han construido pequeños canales de agua para prevenir inundaciones. La cancha deportiva que nosotros mismos construimos funciona como un centro comunitario donde se reúne la FEJUVE (Entrevista 14/11/2012).

O grafite escrito em uma parede de cimento pareceu-me apropriado: “No siempre puedes ganar. Lo importante es participar”.

Existe uma estreita relação entre as reuniões e a firme organização da FEJUVE, até a ordem de participar em bloqueios e protestos. Durante a rebelião de outubro, o diálogo entre diferentes setores de El Alto ajudou a manter os bloqueios e a vigilância. Os jovens corriam de bairro em bairro enviando mensagens. Os organizadores usavam telefones celulares e rádios para coordenar as marchas e estabelecer vigílias de segurança. Durante o levante estabeleceu-se um sistema de horários para ajudar a permanência dos bloqueios, para abastecer e distribuir alimentos e para cuidar das crianças e dos feridos. Em um bairro de El Alto com 100 mil habitantes, as pessoas formaram turnos das 6 às 15 horas, e das 15 a meia-noite. Os demais poderiam participar voluntariamente. Isso permitiu que a metade das pessoas descansasse enquanto os outros trabalhavam, mantendo longas mobilizações e bloqueios difíceis de reprimir. Quando a polícia e o exército desmantelavam alguns bloqueios, outros se formavam. Alguns eram pequenos, compactos e de poucos metros de altura, enquanto outros eram feitos para enfrentamentos ou para bloquear completamente o acesso à rua. Outros bloqueios

eram formados com grandes pedras que ocupavam o caminho por vários quilômetros, o que dificultava o acesso das forças de repressão do Estado.

A ajuda mútua entre os moradores da FEJUVE contribuiu decisivamente nas mobilizações da Guerra do Gás de 2003. Como soube explicar Castillo, quando necessitaram sair às ruas, “la solidaridad entre la gente ya se encontraba ahí”.

Antes do levante de outubro de 2003, dois eventos motivaram a cidade para tomar ação. Um deles foi o conflito em Warisata em 20 de setembro que deixou sete mortos, causando indignação por todo altiplano. Outro evento que mobilizou a cidade foi o incremento de impostos por parte da Prefeitura, a qual foi batizado como “Maya y Paya”, um e dois em aymara. A FEJUVE iniciou a luta contra Maya e Paya, estabelecendo um precedente para protestos maiores que expulsariam ao presidente e dariam um novo contorno na política do país (CRABTREE, 2006).

A capacidade organizativa de El Alto foi óbvia em 08 de outubro de 2003, quando vários sindicatos, grupos estudantis e juntas vecinales coordenaram uma greve por toda a cidade contra o plano de exportação do gás. Localizado entre as principais vias de acesso que levam a La Paz, El Alto está em um lugar estratégico. Quando se bloqueiam suas avenidas, a capital fica essencialmente isolada do resto do país. Outras estradas importantes estendem-se até o lago Titicaca, Oruro e Peru. Quando a greve começou a cidade ficou paralisada. O governo enviou as forças de segurança nacional para desbloquear as ruas, provocando enfrentamentos que deixaram 16 feridos, alguns deles por disparo a bala. Quinhentos mineiros de Huanuni chegaram ao Alto naquele dia depois de uma marcha contra o presidente Sánchez de Lozada (ZIBECHI, 2005).

A Guerra do Gás estava ganhando força a nível nacional, com o Alto na vanguarda. Grupos indígenas em Oruro e Potosí marcharam para La Paz em protesto, enquanto que 8.000 pessoas saíram de Santa Cruz. Os protestos tornaram-se sangrentos em 11 de outubro quando caminhões de gás tentaram cruzar El Alto e chegar a La Paz. Milhares de manifestantes e os bloqueios que construíram impediram a passagem dos caminhões, provocando a reação do governo, que ordenou as forças de segurança a dispararem gás lacrimogêneo e balas que nem sempre eram de borracha. Em Villa Ballivián, o enfrentamento provocou a morte de Wálter Choque, que recebeu um disparo no rosto por parte de um soldado (CRABTREE, 2006).

Os conflitos entre manifestantes e forças de segurança seguiram durante o resto do dia. O ar de El Alto encheu-se de gases lacrimogêneo, fumaça de latas queimadas e disparos. No final da tarde o exército e a polícia, os quais ainda acompanhavam os caminhões de gás, novamente tentaram cruzar a cidade. As forças de repressão dispararam balas e gases, enquanto os manifestantes revidaram com pedras, bombas de coquetel molotov e dinamite. A caravana do exército e a polícia pelejaram contra os moradores por duas horas, enquanto avançava para La Paz. Uma bala perdida acertou uma criança de cinco anos causando ainda maior indignação na população já revoltada. Os protestos contra o governo de Sánchez de Lozada cresceram, e em resposta, o exército intensificou seus ataques contra o Alto. Os helicópteros sobrevoavam toda a cidade, disparando nas pessoas abaixo. Bairros de antigos mineiros foram as principais vítimas dos disparos. A polícia e o exército ocuparam as pontes, enquanto os moradores de outras áreas asseguravam seus bloqueios de caminho (CRABTREE, 2006; ZIBECH, 2005).

A repressão mais aguda contra as mobilizações no Alto tomaram lugar na manhã de domingo dia 12 de outubro, quando policiais e soldados bem armados que seguiam os caminhões de gasolina, uma vez mais tentaram cruzar os bloqueios para La Paz, onde a escassez de gás havia deixado paralisada a cidade. Os moradores do Alto mantiveram seus bloqueios e impediram que passasse a caravana. O enfrentamento começou às 10 da manhã, quando a polícia e o exército dispararam em pessoas desarmadas na rua e em suas casas desde seus helicópteros. Ao final do dia 28 pessoas haviam morrido.

A dose de violência que presenciaram os alteños também tocou aos soldados que se negaram a cometer atos de violência. Há relatos de que um soldado de Santa Cruz foi executado por seu superior durante o massacre por ter se negado a disparar contra a população desarmada. Outros soldados que foram levados ao Alto de outras partes do país, e que também se negaram a disparar contra a multidão, foram torturados. A partir deste momento a deserção tornou-se comum entre as forças de repressão. Uma delegacia foi cercada por manifestantes no Alto, os policiais saíram com bandeiras brancas de renúncia e se uniram à multidão mobilizada (DANGL, 2009).

Em 13 de outubro, quando os caminhões de gás acompanhados dos militares ainda continuavam tentando realizar seu trajeto para La Paz, alguns bairros

faziam coletas de dinheiro para pagar pelo tratamento médico dos feridos e pelos funerais dos mortos. A FEJUVE, a COR e outros sindicatos do Alto decidiram não negociar com o governo depois de tais massacres. Os alteños não somente exigiam a renúncia do presidente como também declaravam que fariam todos os esforços para expulsar todos os políticos burgueses do poder. O movimento ganhava um caráter socialista³¹ e se estendia como um incêndio. Os manifestantes marchavam e mantinham bloqueios por todo o país. Em Buenos Aires, milhares de cidadãos bolivianos protestavam contra os assassinatos no Alto e demandaram a renúncia do presidente.

Porém o presidente manteve-se firme no poder, acusando aos manifestantes, enquanto os conflitos seguiam tomando força. Em uma reunião pública, em 13 de outubro, Sánchez de Lozada disse que não renunciaria ao poder, muito menos permitiria que “um enorme projeto subversivo com raízes fora da nação tentava destruir a democracia boliviana”. Depois declarou que o grupo extremista Sendero Luminoso do Peru e os cocaleros bolivianos, treinados por grupos terroristas colombianos, estavam planejando um ataque contra sua administração. Também acusou a organizações não governamentais na Bolívia de prestarem apoio econômico a estas atividades terroristas, e declarou que os manifestantes eram “anarco-sindicalistas”, os quais pretendiam executar um golpe de Estado contra a nação. O presidente também referiu-se a si mesmo como sendo “o pequeno menino holandês segurando a pressão de um dique prestes a romper com apenas um dedo”. Seus comentários demonstravam que não tinha consciência da dura realidade da Bolívia e que ele estava distorcendo a situação para justificar o uso excessivo da força (DANGL, 2009).

O governo dos Estados Unidos, em resposta, usou um vocabulário dualista para apoiar a este líder cuja popularidade desmoronava a cada dia. Apesar da evidência de grande repressão por parte do governo, Richard Boucher, porta-voz do governo norte-americano, declarou à imprensa em 13 de outubro: “O povo norte-americano e seu governo apoiam ao presidente eleito democraticamente, Gonzalo

³¹ As demandas mais fortes da população eram: nacionalização total dos hidrocarbonetos, sem indenização às multinacionais; uma ampla reforma agrária que garantisse terra aos camponeses, principalmente no oriente (onde concentram-se os maiores latifúndios); controle nativo da economia do país; havia também uma forte consciência anti-imperialista nas ruas e em todas as reivindicações. Os bolivianos, em geral, sabem que sua pobreza é por conta do saque da nação por parte dos estrangeiros: vários dizeres nas ruas demonstram isso: “El gás para los bolivianos!”, “Fuera los gringos!”, “Nacionalización de los hidrocarburos!”, “Fuzil, metralla, el pueblo no se calla!”. Estas reivindicações não podem ser atendidas num modelo de Estado capitalista.

Sánchez de Lozada, em seu esforço por construir um futuro justo e próspero para todos os bolivianos. Todos os líderes políticos bolivianos deveriam expressar publicamente seu apoio pela ordem democrática e constitucional”.

Estes comentários pareceram ainda mais débeis quando o vice-presidente Carlos Mesa deixou de apoiar o presidente Sánchez de Lozada e exigiu sua renúncia em 13 de outubro, dizendo: “Não podemos negar em escutar a voz do povo. Temos que criar um plano constitucional de sucessão para terminar com os enfrentamentos e a violência em que os bolivianos estão vivendo atualmente”. Outros líderes políticos e fiéis aliados do presidente também deixaram de apoiá-lo.

Reagindo à fatal repressão ao Alto, muitos habitantes das cidades e comunidades próximas marcharam para La Paz. O jornalista alteño Julio Mamani descreveu a crescente onda que ganhava força contra o governo:

Se transformo en fúria. Después de las massacres, la gente se junto e dejó El Alto para marchar espontáneamente hacia La Paz. Las mujeres vestían ropas negras por sus muertos. Los hombres cargaban palos y banderas bolivianas. Fue una multitud de gente marchando hacia La Paz. Durante la marcha, llegaron más tanques y dos líderes de la Fejuve le dijeron a la gente que regresara para evitar al derrame de más sangre. Pero la gente no les escuchó, ellos siguieron marchando más allá de los líderes de la Fejuve, y eventualmente los tanques tuvieron que alejarse. La marcha era tan grande, la calle tan llena de gente, que el ejército y los tanques se alejaron e dejaron que la gente entrara en La Paz” (DANGL 2009, p. 193).

Em 16 de outubro, as marchas oriundas de todas as partes do país chegaram a La Paz exigindo a renúncia do presidente e que fosse cancelado o plano de exportação de gás. Graças a sua reputação como os protagonistas da história boliviana, a chegada dos mineiros que vinham de Potosí e Oruro encheu aos paceños de medo e admiração. Sua presença demonstrou a magnitude simbólica do conflito. Suas dinamites motivaram aos manifestantes e assustaram a administração de Sánchez de Lozada. A historiadora Emilse Escóbar Chavarría, residente no Alto, disse que a chegada dos mineiros trouxe recordações da revolução de 1952. “Existe uma consciência sobre a luta mineira. Eles sempre estiveram à frente durante os movimentos por nacionalização dos recursos naturais. Os mineiros não tem medo da morte. Isto se deve à força organizativa, a sua história e a suas condições de trabalho (DANGL, 2009).

Numa sexta-feira, 17 de outubro, mais de um milhão de manifestantes juntaram-se em La Paz para uma das maiores marchas da história da Bolívia.

Naquele meio-dia, repórteres da imprensa anunciavam que o presidente estava prestes a renunciar. Os protestos nacionais seguiam a toda força e restavam poucas possibilidades de que o conflito terminasse rapidamente. Entretanto, às 14 horas, a imprensa confirmava que Sánchez de Lozada iria renunciar. Às 17 horas, o povo começa a comemorar nas ruas, a multidão de todas as regiões do país sentia que, depois de um mês de intensos conflitos, poderiam enfim descansar. Os manifestantes que marcharam e bloquearam todos os dias estavam repletos de emoção. Na praça central de Cochabamba, onde os enfrentamentos haviam tomado lugar no dia anterior, milhares de pessoas saltavam, gritavam, dançavam e tocavam música. As celebrações tomavam lugar em todas as cidades do país, porém muitos dos amigos e familiares dos 67 mortos do conflito seguiam de luto.

Sánchez de Lozada partia em um avião de Santa Cruz para Miami e os bolivianos comemoravam este episódio vendo as imagens pela TV. O vice-presidente Carlos Mesa tomava posse de acordo com a Constituição do país.

Mesa fez um discurso em sua posse, o qual chamou a atenção de todo o país. Estabeleceu os princípios mais importantes de seu mandato: um amplo referendun sobre a exportação do gás, uma luta intransigente contra a corrupção no Parlamento, uma investigação sobre os excessos durante a Guerra do Gás e prometeu uma solução aos problemas de distribuição de terras. Ele explicou que seu governo não seria capaz de escutar todas as demandas de todos os movimentos, clamando por paciência e colaboração a estes grupos durante sua gestão. Ele sabia, desde quando assumiu, que seu governo não teria bases sociais necessárias para sustentá-lo, seria necessário criá-las.

Ao contrário de Sánchez de Lozada, Mesa pareceu a princípio ter interesse pelas demandas do povo boliviano. Fora da política, era um reconhecido jornalista, historiador e personalidade de televisão com uma fortuna próxima a 1,5 milhões de dólares. No primeiro dia de mandato Mesa disse: “Quiero crear un gobierno para todos los bolivianos, para un país múltiple y diverso, donde podamos respetar a todos de igual manera. Solamente seré presidente si trabajo para ustedes, porque si ustedes trabajan para mi, tendrán que echarme” (CRABTREE, 2006).

Os dirigentes dos principais movimentos sociais do país Evo Morales (MAS), Felipe Quispe (MIP) e Roberto de Santa Cruz (COR) prometeram dar uma trégua ao governo de Mesa. Este pacto dependeria da dedicação de Mesa em

mudar o modelo econômico e o sistema político. A pobreza e as desigualdades na Bolívia seguiram alimentando os protestos durante os primeiros meses do governo Mesa, indicando que a queda de Sánchez de Lozada na Guerra do Gás não foi uma vitória definitiva, foi apenas o início de um longo período de lutas numa guerra mais ampla.

Os manifestantes firmaram uma trégua de 90 dias para permitir que o novo governo pudesse ter êxito em realizar as mudanças prometidas. Prometeram reativar a campanha de bloqueios e protestos, caso Mesa não cumprisse com suas demandas, particularmente no tocante à nacionalização do gás.

A queda de Sánchez de Lozada gerou um clima de instabilidade política e demonstrou o poder do povo boliviano. Transformou a inércia política coletiva através das grandes mobilizações; criou laços entre os movimentos sociais, unindo diferentes pessoas de vários setores produtivos e sindicatos. As organizações sociais e sindicais autônomas de El Alto, as que tomaram iniciativa no mês de outubro, representaram o espírito deste período de indignação e de resistência nacional.

Grande parte da mobilização, especialmente em El Alto, funcionou sem a necessidade de líderes ou de estrutura organizadas. Segundo Zibechi,

“se podría decir que si las estructuras unidas y organizadas hubieran existido, no se habría generado tanta energía social. La llave de esta increíble movilización de masas está, sin duda alguna en la organización propia que llena a las venas de esta sociedad, y la cual ha hecho que otras formas de representación se vulvan obsoletas” (ZIBECHI 2006.)

A legitimidade e o poder do governo boliviano foram transformados durante estes dias de outubro, quando os cidadãos uniram-se contra os disparos e as armas econômicas capitalistas. Segundo Pablo Mamani (2004, p. 107), “durante el levantamiento, el Estado estaba roto, había dejado de existir, su voz bajó de volumen hasta convertirse en un susurro, mientras elevaba sus manos para hacer énfasis, se murrió en El Alto”.

Este ponto de vista representa a interpretação daqueles intelectuais que afirmam que estas revoltas abriram um período de dualidade de poder no país. O Estado burguês³² não tinha mais força política que as assembleias populares, “los

³² O Estado burguês como qualquer outro modelo de estatal fundamenta e garante o domínio da classe dominante (burguesia) sobre as outras classes; é precisamente a organização de dominação

cabildos abiertos”, a democracia direta oriunda das bases sociais precarizadas e radicalizadas. As jornadas de outubro marcaram definitivamente a história boliviana e as heranças deste episódio podem ser notadas até hoje. Resgatou a capacidade organizativa da sociedade, desenvolveu uma consciência coletiva anti-imperialista, aflorou o nacionalismo quíchua – aymará, estabeleceu-se uma solidariedade coletiva entre vários organismos. Um claro exemplo de uma situação revolucionária aberta no país.

A guerra do gás de 2003 que derrotou ao governo Goni, trata-se de algo que vai além da questão do gás no país. Foi um rechaço ao sistema político que havia instaurado uma política econômica ditada pelos interesses do capital estrangeiro. Enquanto o antigo sistema político e econômico estava sendo despojado de sua legitimidade, os movimentos sociais que haviam dirigido os protestos apresentaram a sua agenda. Foi conhecida como “La Agenda de Octubre” que incluía a nacionalização e industrialização dos hidrocarbonetos, a convocatória de uma assembleia constituinte que reescreveria a Constituição Política do Estado e o pedido de um julgamento que responsabilizasse Sánchez de Lozada pelas mortes de setembro e outubro de 2003.

3.5 – A queda de Carlos Mesa

Em cumprimento à Constituição e com o apoio unânime do Congresso, após a renúncia de Sanchez de Lozada, sobe ao governo o vice-presidente Carlos Mesa, que se compromete com o cumprimento das reivindicações das classes populares. Diante de um país afundado em uma profunda crise, Mesa firmou três compromissos que respondiam à “agenda de outubro”. Prometeu reverter a Lei de Hidrocarbonetos promulgada por Goni em 1996³³ e elevar os impostos sobre a

de classe. Elencamos algumas características deste tipo de Estado de acordo com Ernesto Mandel (1985).

1º Criar condições gerais de produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2º Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente, por meio do Exército, da Polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3º Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante de modo que as classes exploradas aceitem sua própria exploração, sem exercício direto da pressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor” ou a vontade suprema, ou porque nem percebem a exploração).

³³ Com esta lei, o governo diminuiu as taxas de impostos sobre a “nova” produção de hidrocarbonetos de 50% para 18%.

produção de gás e petróleo de 18% para 50%. Anunciou a realização de um referendo para estabelecer as diretrizes sobre como o governo deveria proceder no tocante aos recursos naturais e concordou em convocar uma Assembleia Constituinte que deveria reformar politicamente o país.

Segundo Dangi (2009), o governo de Mesa recebia pressão de todos os lados. As transnacionais petrolíferas Repsol, Standard Oil, Petrobrás e Total exigiam que Mesa garantisse-lhes a propriedade e os direitos de exploração. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano exigia que as diretrizes da NPE fossem seguidas. Por outro lado, os movimentos sociais, mesmo com a trégua³⁴, continuavam pressionando o governo pela nacionalização dos hidrocarbonetos.

Em janeiro de 2005, ocorre outro levante popular massivo em El Alto. Desta vez contra a privatização do sistema de água. Em 1997, os sistemas de água de La Paz e El Alto foram privatizados. Aguas de Illimani, um consórcio privado pertencente à companhia de água francesa Suez passou a controlar o abastecimento de água da região metropolitana de La Paz. As taxas sobre a água subiram 35% no ano de 2005. O preço para conectar-se ao abastecimento de água era de 445 dólares, equivalente a seis meses de um salário mínimo boliviano. A empresa não expandiu seus serviços à periferia da cidade de El Alto, deixando mais de 200 mil pessoas sem acesso a este recurso tão vital (ROBINS, 2006).

A greve de janeiro organizada, pela FEJUVE e pela COR, durou 72 horas. As fortes chuvas não interromperam as enormes marchas que se organizaram em El Alto e em La Paz contra a companhia. Os manifestantes exigiam a expulsão de Aguas del Illimani e que fosse constituído um sistema público de água. O protesto teve resultado positivo, Mesa anunciou uma lei em 13 de janeiro declarando que os sistemas de água e esgoto de El Alto retornariam ao controle do Estado.

Mesa presidia um país impaciente e com muitas necessidades. Cerca de 800 protestos surgiram durante sua gestão. Em 04 de março de 2005, o Parlamento boliviano aprovou uma lei controversa que mantinha os impostos sobre a exploração do gás a 18%, bem longe de uma nacionalização, conforme exigiram as revoltas de 2003 e distante, inclusive, da proposta do MAS de 50%. Em resposta, grupos de sindicatos, camponeses, organizações de bairro e estudantes mobilizaram-se outra vez pela nacionalização do gás. Através de seus esforços tanto independentes

³⁴ 90 dias, proposta pelo MAS para que Mesa pudesse implementar as reformas reivindicadas pelos movimentos que derrubaram Goni.

quanto coordenados, os manifestantes marcharam e bloquearam as principais estradas assim como haviam feito tantas outras vezes (DANGL, 2009).

Mesa anunciou que os protestos, greves e bloqueios tinham tornado o país ingovernável e apresentou sua renúncia pela primeira vez, porém esta renúncia foi rejeitada pelo Congresso. Ao final do mês de março, 100 mil manifestantes de El Alto congregaram-se na porta do Parlamento exigindo a renúncia de Mesa. O movimento cresceu, enquanto outros setores uniram-se aos protestos. A federação de professores de La Paz chamou uma greve, os sindicatos camponeses de todo o país organizaram bloqueios de rua e a FSTMB marchou para a capital. O MAS organizou um protesto da cidade de Cochabamba até La Paz, numa percurso de 190 km (ROBINS, 2006).

Nem todos os grupos compartilhavam dos mesmos desejos. Evo Morales e o MAS mantiveram a defesa da cobrança do imposto a 50% da produção de gás, uma demanda que era vista por outras organizações como a COR, COB, FEJUVE e MIP como demasiado moderada, porém a reivindicação pela nacionalização manteve a unidade destes setores por algum tempo.

Na tentativa de acalmar os ânimos, o Congresso boliviano aprovou uma lei que elevava os impostos sobre a produção de gás a 32%. O Estado passaria a receber entre 500 a 600 milhões de dólares em rendas anuais. Esta iniciativa gerou outro ciclo de marchas, greves e bloqueios. Os protestos continuaram até maio, quando uma planta de gás combustível foi tomada por manifestantes em El Alto. Em 24 de maio, dezenas de milhares de pessoas que protestavam foram recebidas com balas de borracha e gás lacrimogêneo, deixando muitos feridos. Os bloqueios de rua haviam se estabelecido em todo o país, paralisando as vias para La Paz, o aeroporto da capital e as estradas para o Peru e Chile.

Segundo Regalsky (2007), “se repetiram as jornadas de outubro de 2003”, só que desta vez Sucre e Santa Cruz também sofreram cercos. A intensidade dos protestos de maio/junho de 2005 forçou não só o presidente Carlos Mesa a renunciar, como também os dois homens seguintes na linha sucessória (GOMES e SOUZA, 2008).

Em maio/junho de 2005 se repetiram as jornadas de outubro de 2003, voltou a instalar-se o mesmo cerco de La Paz, com o acréscimo de que dessa vez se iniciou também o cerco a Santa Cruz [...] Há um enorme fluxo de população do oriente do país, das zonas chamadas “collas” pelos próprios cruceños, provendo, por um lado mão-de-

obra barata para a agricultura, e assentando-se como colonos em terras situadas ao norte da cidade [...] Esses setores começaram a se mobilizar em 2005 quando os colonos do Norte de Santa Cruz estabeleceram um bloqueio de estradas que manteve a cidade isolada do resto do país. Para completar pelo lado sul as suas exportações se viram também bloqueadas, dessa vez pelas organizações da *Assembleia do Povo Guarani* que reivindica a criação do décimo estado que se separaria de Santa Cruz formando o Grande Chaco (REGALSKY, 2007, p. 75).

Un segundo embate revolucionario, una jornada revolucionaria heróica de obreros e campesinos, se desarrolló de mayo a junio de 2005: las masas explotadas cercaban la ciudadela del poder con la huelga general indefinida, con piquetes, combates en las calles y bloqueos de caminos. Fue esta segunda acción independiente de masas la que terminó de dislocar todas las instituciones del viejo pacto militar – campesino y del régimen de la Rosca, dejando en crisis al estado burgués y a todas sus instituciones de dominio. Rodaba la cabeza de Mesa, y con las COR, las COD y con su vanguardia en los mineros y la aguerrida clase obrera de El Alto, el proletariado se ganaba en las calles al campesinado con la consigna de “Ni 30 ni 50, nacionalización total de los hidrocarburos! y Fuera las transnacionales!” (NOVAK, 2009, p. 38).

As marchas, piquetes, greves e bloqueios seguiam ganhando força por todo o país. Alguns dos enfrentamentos mais violentos entre a polícia e os manifestantes tomaram lugar em La Paz. Benjamin Dangl (2009), relata:

[...] las calles de La Paz estaba tomada con bloqueos en las avenidas principales, prohibiendo la entrada de alimentos necesarios o de los medios de transporte. Centenas de milhares de manifestantes – campesinos, maestros, mineros, dueños de tiendas, trabajadores de fábricas e desempleados – han marchado a La Paz. Los marchistas descendieron en grupos desde el altiplano, por encima de la capital. Junto a ellos van milhares de mineros. Sus caras están arrugadas e cansadas después de años de viento y de frio, las columnas de aymaras machan rápido y con firmeza, cargando palos, tubos de metal, látigos y wiphalas, las banderas multicolores de autodeterminación indígena (DANGL, 2009, p. 244).

As mobilizações continuaram devido à insatisfação da população com o plano de Mesa que não oferecia uma resposta imediata às reivindicações pela nacionalização do gás. Muitos grupos prometeram continuar com os bloqueios e as marchas, até que o gás fosse nacionalizado totalmente. Para frear o descontentamento da população, o presidente anunciou um projeto para elaborar uma nova Constituição em uma Assembleia Constituinte. Com essa proposta ofereceu aos grupos indígenas marginalizados uma maior participação no governo, porém, tal medida não teve os resultados esperados.

Segundo Dangl (2009), as mobilizações chegaram ao ponto máximo em 06 de junho, quando centenas de milhares de manifestantes desceram a La Paz e cercaram o palácio presidencial³⁵. Os mineiros explodiam dinamite nas ruas, no maior protesto desde outubro de 2003. Naquele mesmo dia, Mesa renunciou novamente ao Congresso. O juiz do Supremo Tribunal do país, Eduardo Rodríguez, assumiu a presidência do país.

Rodríguez anunciou que as eleições ocorreriam no mesmo ano, se possível. Nas eleições, Evo Morales, candidato do MAS, foi eleito presidente com maioria absoluta (54% dos votos.) Regalsky (2007) afirma que a eleição de Morales representou uma contenção no processo de intensas mobilizações por todo o país após a queda de Goni e Mesa. “Dessa maneira a mobilização terminou se diluindo sem conseguir seus objetivos, pois um grande setor da população aceitou a proposta: levaremos Evo ao poder e solucionaremos os problemas. Assim, abriu-se a possibilidade de que o sistema político se reagrupasse e relegitimasse suas instituições nas eleições gerais”. Embora tenha sido um grande avanço político para a Bolívia a eleição do primeiro presidente índio da América, houve, no entanto, a recomposição do sistema político e a recuperação da confiança de uma grande massa do povo nas instituições da democracia burguesa.

Con las instituciones del régimen y el Estado dislocadas, el gran capital apela al frente popular, a esa pérdida política de colaboración de clases, de sometimiento del proletariado a la burguesía. Con el MAS, la burguesía nativa encargada de someter al proletariado, entraba en la disputa por una parte de la renta de los hidrocarburos, mientras por otro lado pactaba con la oligarquía cruceña y de la Media Luna un acuerdo por el referéndum de autonomías e la Constituyente. Así, los combatientes de octubre de 2003 y de mayo-junio de 2005 quedaban sometidos a las dos variantes burguesas: o a la burguesía nativa que expropiaba la revolución obrera y campesina (NOVAK, 2009).

Quando a mobilização esteve mais forte demandando a imediata nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocação da assembleia constituinte, chegando até mesmo à ocupação dos poços petrolíferos em Santa Cruz, foi justamente o dirigente cocalero que propôs o adiamento das eleições e a renúncia de Carlos Mesa (REGALSKY, 2007).

Os acontecimentos recentes em Bolívia demonstram as contradições entre classes e frações de classe em luta pelo poder social e de Estado. Duas

³⁵ Regalsky afirma que o número de manifestantes ultrapassou 1 milhão.

vertentes teóricas e programas que se enfrentam, mediante o combate revolucionário dos trabalhadores e camponeses: o da revolução socialista como alternativa última de destruição da sociedade e das relações de produção burguesas ou a recomposição de forças da democracia burguesa conduzindo setores dirigentes da classe trabalhadora ao governo e controlando o descontentamento mais acirrado da população insurreta.

3.6 – Avanços e retrocessos no governo Morales

Os êxitos das mobilizações de rua abriram espaço às eleições presidenciais de 2005, as quais incluíram diferentes visões para o futuro da Bolívia. Os conflitos recentes encontravam-se à frente do debate, e Morales representou a possibilidade e esperança de mudança acima de qualquer outro candidato. Em 21 de março de 2006, Evo Morales Ayma assumiu a presidência da República da Bolívia. Ele prometeu nacionalizar as reservas de gás, trabalhar como aliado dos cocaleros, redistribuir terras aos camponeses pobres, resistir às políticas de livre comércio e convocar um Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Constituição (KOHL Y FARTHING, 2007).

A eleição de Evo marcou o apaziguamento dos ânimos no país e o início de novas formas de conflito e contradições. Sempre esteve pressionado pela esquerda³⁶ e pela direita³⁷. Conforme o programa do MAS durante as eleições, o governo Morales configurou-se em um modelo de “colaboração de classes”, sem nenhum tipo de radicalismo ou de ação direta contra a propriedade privada capitalista. A primeira medida de impacto do seu governo foi anunciar no 1º de maio de 2006 a “nacionalização parcial” dos hidrocarbonetos (DANGL, 2009). De imediato, ordenou que o exército ocupasse 56 campos gasíferos e as duas refinarias do país. Milhares de bolivianos reunidos em La Paz para celebrar o Dia do Trabalho aclamaram entusiasticamente tal feito.

Porém, o plano de Morales não pleiteava uma expropriação direta dos campos e instalações petrolíferas. A recuperação de 51% das ações de cinco empresas capitalizadas, as quais haviam se conformado a partir da estatal YPFB.

³⁶ Os movimentos sociais mais radicalizados que lutavam pela nacionalização total do gás. Setores da FEJUVE, COR, MIP e mineiros.

³⁷ As classes dominantes da Meia-Lua que lutavam por autonomia das províncias para negociarem melhor os recursos naturais do país com o imperialismo.

Com o decreto supremo de Morales, o governo receberia entre impostos e royalties na produção de petróleo e gás, o equivalente a 50% da produção. Este projeto de “nacionalização parcial” do governo esteve bem longe do que demandavam as ruas em 2003-2005: “ni 30, ni 50, nacionalización total del gás!”. Além do mais, representava um aumento muito limitado comparado ao projeto de Mesa de taxar a produção em 32%. Segundo Kohl y Farthing (2007), em outras partes do mundo, principalmente no Oriente Médio, a relação entre os governos e empresas privadas petroleiras se dá na razão de 80/20. Neste caso, na Bolívia o negócio seria bem vantajoso para as transnacionais petroleiras, tendo em vista que dois presidentes foram depostos por não terem nacionalizado os hidrocarbonetos.

Morales foi um “recurso” interessante nas mãos dos capitalistas, pois seu governo conseguiu conter os movimentos sociais mais radicalizados e ofereceu uma nacionalização parcial que garantiu a propriedade privada capitalista e os lucros das transnacionais do ramo. Segundo Kohl y Farthing (2007), a YPFB controlaria a exploração, produção e distribuição de gás e petróleo. As empresas estrangeiras estariam obrigadas a firmar contratos renegociados sob maior controle do Estado.

Quando a nacionalização fora anunciada, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, convocou uma reunião de emergência em seu gabinete devido aos interesses da Petrobrás³⁸. A empresa controlava 45% da produção de gás boliviano e administra 50% do gás consumido no Brasil. Em 03 de maio, a Petrobrás anunciou que suspenderia todos os seus planos de investimento futuro na Bolívia (KOHL Y FARTHING, 2007, p. 316).

Depois de uma reunião entre Morales, Chávez, Kirchner e Lula, este último anunciou que respeitaria a soberania da Bolívia e demonstrou uma predisposição em cooperar para uma solução consensual entre as partes a respeito do impasse. Porém a Espanha e a União Europeia ameaçaram boicote à Bolívia, caso os termos da nacionalização não fossem revistos pelo governo. Os interesses da Repsol (espanhola) e da Totalfina (francesa) foram de certa forma prejudicados (KOHL Y FARTHING, 2007). As transnacionais petroleiras estavam acostumadas com lucros estratosféricos com uma taxa de impostos abaixo de 20% desde 1996, algo impensável na maior parte do planeta. Enquanto isso, a maioria do povo boliviano vive na pobreza e miséria.

³⁸ Uma empresa de economia mista, privatizada no governo FHC. Possuía US\$1.6 bilhões investidos na Bolívia.

No total, a nacionalização afetou cerca de 25 empresas estrangeiras, dentre as principais: BP e BG do Reino Unido, Exxon Mobil dos EUA, Repsol da Espanha, Total da França e Petrobrás do Brasil³⁹. Devido à indignação e ameaças das transnacionais petrolíferas, Morales buscou fortalecer vínculos com a PDVSA da Venezuela, pois Hugo Chávez era um grande aliado político do regime boliviano (DANGL, 2009).

No tocante ao cultivo da coca, Evo Morales anunciou uma política que se baseava na premissa: “coca sim, cocaína não”. Intensificou o combate ao narcotráfico na tentativa de “descriminalizar” e industrializar a coca internacionalmente. Este é um pleito do movimento e sindicato cocaleiros desde a década de 90 aos dias atuais. No âmbito internacional, a meta consiste em retirar a folha de coca da lista de substâncias controladas pela ONU, onde se encontra desde 1961 (ROBINS, 2006).

Mas o momento mais conflituoso do governo Morales esteve em torno da questão das “autonomias regionais”⁴⁰. A burguesia cruceña⁴¹ esteve sempre mais avessa às mudanças promulgadas pelo governo do MAS. A direita boliviana obteve resultados favoráveis nas eleições departamentais em 2005, passando a dirigir os 05 departamentos ao leste do país: Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija e Chuquisaca. Este processo representou uma reação do setor mais conservador da sociedade, que se opôs desde o início ao governo Morales. Este setor reacionário tem vínculos com as elites tradicionais que estão estreitamente ligadas aos interesses industriais e agroindustriais de origem nacional e internacional. Segundo Kohl y Farthing (2007), antes do MAS assumir o governo, alguns desses grupos ameaçaram tomar medidas extremas como a separação do país, caso não fossem levadas em conta suas demandas por uma maior autonomia regional.

A Meia-Lua tem interesses diretos com o imperialismo, daí a estratégia de ambos em buscar uma suposta independência em relação ao altiplano, pois foi dessa região que tiveram origem os principais movimentos sociais que lutaram pela nacionalização dos recursos naturais. Os conflitos intensificaram-se a partir de dezembro de 2007, quando fora aprovada a nova Constituição depois de muita luta

³⁹ É importante dizer que a Totalfina francesa possui uma alta porcentagem de ações na Petrobrás. Portanto, a Petrobrás hoje é um consórcio público/privado.

⁴⁰ Para maior detalhe sobre o assunto, ver Ilse Gomes Silva (2008).

⁴¹ A classe dominante mais tradicional do país, herdeira da Rosca, localiza-se numa região conhecida como Meia-Lua, pois geograficamente corresponde à parte oriental do país. Domina a região das terras baixas bolivianas, com forte concentração fundiária.

política dentro da Assembleia Constituinte.⁴² De acordo com Dangl (2009), o discurso do governo do MAS sobre a nova Constituição era de que garantia autonomia aos departamentos e às comunidades indígenas; garantia a nacionalização dos recursos naturais, maior acesso a terras, água e eletricidade, assim como à educação e saúde⁴³.

Porém, a reação conservadora não tardou, em dezembro de 2007, os governantes de Santa Cruz declararam-se autônomos em relação ao governo central. Dangl comenta:

Los líderes de derecha cruceños anunciaron la creación de documentos de identificación, su propia estación de televisión y su propia policía, ya que la Policía Boliviana dejaría de ser reconocida. Además, la declaración autonómica establecía que dos tercios de los impuestos de la industria del gas y del petróleo en el departamento deben quedarse en Santa Cruz, en vez de ir al gobierno central (DANGL, 2009, p. 289).

Estes conflitos entre a Meia-Lua e o governo intensificaram-se até 2008 quando em um referendo a população aprovou a nova Constituição. Este impasse demonstra o caráter limitado do governo “conciliador” do MAS. Bandas fascistas foram organizadas no intuito de assassinar sindicalistas no oriente e de desestabilizar o governo Morales. O governo norte-americano incentivou tais ações, um golpe de Estado estava sendo tramado (Gomes, 2010, Dangl, 2009). Petras (apud GOMES 2010, p. 281), relata que “o governo de conciliação de Evo Morales e o seu controle do MAS desmobilizou sua base de apoio”. Essa desmobilização dos movimentos sociais foi decisiva para o levante de extrema-direita ao retirar a possibilidade de mudanças profundas no país das ruas para a institucionalidade parlamentar. A este respeito Petras comenta:

Só há uma lição que Morales pode aprender dos camponeses que foram degradados e chicoteados nas ruas de Santa Cruz, dos sindicalistas que foram queimados nas sedes dos seus sindicatos e nas suas casas em Pando e dos vendedores de rua que foram expulsos dos mercados em Tarija é que não se pode “fazer acordos” com fascistas. Não se derrota o

⁴² A Assembleia Constituinte teve intensas disputas entre os representantes do MAS e seus opositores majoritariamente compostos por representantes da burguesia da Meia-Lua, que se reunião politicamente no grupo de ideologia de extrema-direita: PODEMOS.

⁴³ De certa forma houve um profundo avanço nos direitos sociais dos indígenas, tendo como o principal deles o reconhecimento da autonomia e soberania das comunidades indígenas em relação ao Estado boliviano. Uma Constituição que promulgava o plurinacionalismo como elemento constituinte e fundador do Estado. Estas demandas foram conquistadas através de intensa luta travada pelos nativos por todo o período colonial e da república boliviana. Vale ressaltar que esta foi uma ampla conquista resultado das jornadas de 2003-2005 e que o MAS executou sob forte pressão dos movimentos sociais que compuseram a Assembleia Constituinte.

fascismo através de eleições e concessões aos seus pagadores, os que possuem a grande propriedade (PETRAS, apud SILVA, 2010, p. 283).

Este episódio nos remete a uma frase muito difundida de León Trotsky (1996), analisando a experiência da frente popular na França e Espanha dos anos 1930: “A frente popular é a antissala do fascismo”. No regime de frente popular ocorre a “estatização” dos sindicatos e dos organismos de luta dos trabalhadores, a classe trabalhadora perde sua autonomia diante de seu principal adversário.

Ilse Silva resume bem a situação boliviana ao comentar:

A luta de classes na Bolívia se expressa de modo acirrado em que há um descompasso entre a radicalidade dos movimentos de massa e a moderação dos líderes institucionais, como o atual presidente [...] As classes dominantes não aceitam a menor reforma institucional [...] A Bolívia está mergulhada em um confronto entre as classes fundamentais. De um lado as aspirações e experiências de autonomia das comunidades indígenas e camponesas, que exigem reconhecimento de suas necessidades sociopolíticas e mudança em seu histórico estado de pobreza e exploração. Do outro, as classes dominantes em suas diversas frações que, articuladas com o capital internacional e os interesses dos EUA, não admitem a perda do controle político e restrições aos métodos de exploração (SILVA, 2010, p. 282).

Esta é a tragédia boliviana. Um país que viveu profunda efervescência política, abrindo uma situação revolucionária entre 2003-2005, sendo sufocada pela instauração de uma frente popular (que serviu como um verdadeiro dique de contenção à insatisfação das massas insurretas) e culminou com um levante fascista na Meia-Lua. A lição que a Bolívia nos traz hoje nos remete ao passado. A classe trabalhadora, em suas mais variadas frações, é a única agente da superação da sociedade capitalista, e quando esta classe perde sua autonomia política em relação à burguesia o resultado reflete-se em uma reestruturação do domínio da classe dominante. A nacionalização parcial dos hidrocarbonetos foi uma saída de alguns setores das classes dominantes da Bolívia, que tiveram no MAS e na figura carismática de seu líder, os representantes fundamentais para destruir o movimento das ruas que reivindicava nacionalização total dos recursos naturais e, isto remete, a uma transição socialista.

3.7 – A revolução proletária e o caráter do Estado

A despeito de o aspecto dominante da atual conjuntura internacional ser a ofensiva econômica, ideológica e política do capital financeiro, impõe-se que os

movimentos sociais dediquem boa parte de sua energia ao cumprimento de uma tarefa que, nesse quadro conjuntural específico, poderia parecer menos urgente. Essa tarefa, inadiável, é o aprofundamento da reflexão sobre o conteúdo do programa político socialista. É verdade que a esquerda já se vê assoberbada, no momento atual, pela complexa missão de formular as táticas mais adequadas à luta contra as forças políticas neoliberais.

Não obstante, esse chamamento da prática, as correntes de esquerda não podem adiar a retomada da reflexão sobre a verdadeira natureza do projeto político socialista. Essa retomada é, antes de mais nada, um imperativo teórico: depois da desagregação do socialismo real no Leste Europeu e das importantes transformações por que passam certas sociedades pós-revolucionárias (como a China e Cuba, com as suas legislações agora amplamente favoráveis à atuação desenvolva do capital estrangeiro), não é mais possível à esquerda de qualquer país capitalista simplesmente extrair da experiência histórica de qualquer dessas sociedades concretas um modelo de socialismo e apresentá-lo como um produto internacionalmente testado. Mas o aprofundamento da reflexão sobre o conteúdo do programa político socialista é também um imperativo político-prático de caráter imediato, já que a indefinição programática é um dos aspectos centrais da crise por que passa hoje, em escala internacional, o movimento socialista.

Um dos elementos centrais do programa político socialista continua a ser a exigência formulada por Marx e reiterada por Lênin e Trotsky: a destruição do aparelho de Estado burguês como condição prévia para a construção de uma sociedade socialista. Tal exigência equivale à fixação da substituição do Estado burguês por um Estado de novo tipo (o Estado socialista) como a condição política necessária à construção de uma sociedade socialista.

Ao refletir sobre a novidade histórica desse tipo de Estado - frequentemente designado por ambos através da expressão ditadura do proletariado, Marx e Lênin sublinharam o seu caráter democrático de massa. Vale dizer, o Estado socialista teria de ser mais amplamente democrático que qualquer tipo historicamente anterior de Estado, inclusive o Estado burguês nas suas formas mais democráticas (como a democracia parlamentar britânica ou a democracia presidencial norte-americana).

Essa amplitude democrática decorreria em primeiro lugar do fato que, contrariamente às democracias historicamente anteriores (como a antiga, a medieval

ou a burguesa, todas elas a serviço, concretamente, de minorias sociais), o Estado socialista representaria de fato a maioria da sociedade (as classes trabalhadoras). Ou seja, uma “democracia da maioria” substituiria as antigas “democracias de minorias”. Mas tanto Marx (em Guerra civil na França) quanto Lênin (em O Estado e a revolução) indicam que a amplitude democrática da ditadura do proletariado também adviria do fato de que o funcionamento desse tipo de Estado implica o aprofundamento radical da relação política entre representantes e representados.

O programa revolucionário da classe operária é uma linguagem que concentra a ação, é uma síntese que condensa historicamente a experiência coletiva do movimento operário. Confluência necessária entre teoria e prática. No Manifesto de 1848, Marx e Engels formularam as bases precisas de um programa revolucionário para a classe operária. A concepção materialista da história, a pauperização progressiva das massas pelo capital, o caráter político da luta de classes e a conseqüente necessidade de organização do proletariado, a natureza de classe de todo Estado, a necessidade da luta dos operários pelo poder político, o caráter internacional do proletariado e da revolução proletária são algumas das concepções que, no Manifesto, acabaram por constituir o marxismo como teoria revolucionária dos trabalhadores.

A teoria da revolução proletária encontra-se intimamente relacionada com o caráter do Estado na sociedade. A base desta teoria reflete-se no fato da necessidade do proletariado em tomar o poder político e instaurar a “ditadura do proletariado” (termo utilizado a partir da Comuna de Paris). Neste processo se desempenharia a expropriação das classes dominantes. Toda a eficácia da revolução comunista reside no fato da derrubada violenta da burguesia por parte do proletariado:

O proletariado, estrato inferior da sociedade não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem que salte pelos ares toda a superestrutura dos estratos que constituem a sociedade oficial [...] Esboçando as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos a guerra civil mais ou menos oculta dentro da sociedade atual, até o momento em que ela explode numa revolução aberta e o proletariado funda sua dominação com a derrubada violenta da burguesia (MARX; ENGELS, 2000, p. 56).

Para Marx e Engels, o Estado burguês não pode ser substituído pelo Estado proletário (pela ditadura do proletariado) de forma natural ou pacífica, mas apenas pela revolução violenta.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não é de espantar que no curso de seu desenvolvimento ela rompe da maneira mais radical com as idéias tradicionais [...] O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas [...] Os comunistas recusam-se a ocultar suas opiniões e suas intenções. Declaram abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados com a derrubada violenta de toda a ordem social até aqui existente. Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista. Os proletários nada têm a perder nela e não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. (MARX; ENGELS, 2000, p.66).

Outro importante fundamento do materialismo histórico consiste em compreender o Estado como um instrumento de dominação de uma classe sobre outra. Por isso, Marx e Engels (2000, p. 47) descrevem acerca do Estado: “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda classe burguesa”. O Estado é a organização especial da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer.

Aqui se encontra expressa com toda a clareza a ideia básica do marxismo sobre a questão do papel histórico e do significado do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. A existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

Assim descreve Engels a respeito deste tema:

O Estado não é, portanto, de modo nenhum um poder imposto fora à sociedade [...] É, isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, se cindiu em contrários inconciliáveis que ela é incapaz de banir. Mas para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da ordem; e este poder, nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e cada vez mais se aliena dela, é o Estado (ENGELS, 2003, p. 329).

Para Lênin (1980), as classes exploradoras precisam do domínio político no interesse da manutenção da exploração, isto é, no interesse egoísta de uma minoria contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam do Estado apenas para reprimir a resistência dos exploradores, e dirigir esta repressão, realizá-

la na prática. O proletariado carrega o interesse da imensa maioria do povo contra a minoria dos escravistas contemporâneos, isto é dos latifundiários e os capitalistas.

Por isso Lênin (1980), fazia duras críticas aos sociais-democratas do início do século XX (nada diferentes um século depois), no que tange a busca ao socialismo substituindo a luta de classes pelos sonhos de entendimento das classes. Concebiam a transformação socialista de modo sonhador, não sob o forma do derrubamento do domínio da classe exploradora, mas sob a forma da submissão pacífica da minoria à maioria que ganhou consciência de suas tarefas. Essa utopia pequeno-burguesa, ligada ao reconhecimento de um Estado acima das classes, conduzia na prática à traição dos interesses das classes trabalhadoras em diversos fatos históricos, dentre eles, as revoluções francesas de 1848-1871.

A doutrina da luta de classes, aplicadas por Marx à questão do Estado e da revolução socialista, conduz necessariamente ao reconhecimento do domínio político do proletariado, da sua ditadura, isto é, de um poder não partilhado com classes rivais e que se apoia diretamente na força das massas armadas. A destruição da burguesia só seria realizada pela transformação do proletariado em classe dominante capaz de reprimir a resistência inevitável e objetivamente estabelecida pela burguesia e de organizar para um novo regime econômico todas as massas trabalhadoras e exploradas.

Para Marx e Engels, após a tomada de poder por parte do proletariado, o Estado perderia sua função histórica e paulatinamente se extinguiria. Esta posição, em certa medida, foi revista por ambos após a derrota do proletariado na Comuna de Paris.

O proletariado toma o poder de Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, com isto, suprime-se a si próprio como proletariado, com isto suprime todas as diferenças de classes e antagonismos de classes, e com isto também o Estado como Estado. A sociedade anterior, que se movia em antagonismos de classes, precisava do Estado, isto é, de uma organização da respectiva classe exploradora para manutenção de suas condições exteriores de produção, nomeadamente, portanto, para a repressão violenta da classe explorada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção vigente [...] Assim que deixa de haver uma classe social a manter na opressão, assim que são eliminados, a par do domínio de classe e da luta, fundada na anarquia da produção anteriormente existente, pela existência individual, também as colisões e excessos deles resultantes, já nada mais há de reprimir que torne necessária uma força especial para a repressão, um Estado. O primeiro ato em que o Estado surge realmente como representante de toda a sociedade – a tomada de posses dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, o seu último ato autônomo como Estado (MARX; ENGELS, 1989, p. 321).

O Estado, na concepção materialista, é analisado como um instrumento que foi necessário historicamente, mas que tende a ficar obsoleto na medida em que as forças produtivas disponíveis permitam à civilização ir além dos antagonismos classistas. Segundo Valério Arcary (2006, p. 136), “Marx e Engels insistiram que o proletariado necessitaria destruir o Estado do capital e erguer seu próprio Estado como condição de poder abrir uma via pós-estatista da regulação das relações econômico-sociais”.

Quando as diferenças de classe desaparecerem no curso do desenvolvimento e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito, é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime também, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua própria organização de classe [...] Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 2000, p. 67).

Sem um Estado revolucionário, toda a revolução nacional anti-capitalista sucumbiria diante da contra-revolução mundial capitalista. Esta hipótese é a principal conclusão programática de Marx, Engels e Lênin: a necessidade da ditadura do proletariado. A teoria destes sobre o papel do Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante, está indissolivelmente ligada a toda sua doutrina sobre o papel revolucionário do proletariado na história. O remate deste papel é a ditadura proletária, o domínio político do proletariado.

Este debate faz-se necessário, pois a compreensão sobre o caráter ontológico do Estado é decisiva na condução do processo de luta pela tomada do poder. E na história do marxismo e das lutas sociais tem-se demonstrado que há uma divisão no meio da intelectualidade. Aqueles que defendem a transformação da sociedade por dentro do Estado estão mais próximos do pensamento social-democrata, o qual ainda é extremamente influente nos meios acadêmico ocidentais. Porém, existem aqueles que ainda defendem a destruição completa do Estado burguês e suas instituições de opressão, estes estão mais próximos de uma linha chamada “ortodoxa”, termo este muitas vezes colocado de forma pejorativa, pois na compreensão dialética da história não há espaço para a ortodoxia. Os primeiros não compreendem a dimensão classista do Estado.

A dimensão classista do Estado revela-se fundamentalmente quando as classes antagônicas na sociedade enfrentam-se diretamente, seja numa greve, numa insurreição popular ou em crises sociais profundas como no caso boliviano. Neste momento, a burguesia sempre se utilizou do aparato repressivo do Estado para manter-se no poder, por mais que tenha perdido a hegemonia social. Existem muitos casos onde a maioria da população clama por mudanças estruturais profundas e nem por isso logra êxito ou a classe dominante cede lugar por ter perdido hegemonia. A questão a partir daí, se resolve no confronto direto das massas insurretas contra o aparelho repressivo do Estado.

Por mais que ao longo do século XX, a classe trabalhadora tenha acumulado maiores benefícios e direitos sociais em relação ao século XIX, nem por isso o Estado capitalista enquanto ser social deixou de cumprir seu papel de defesa dos interesses do capital ou da propriedade privada dos meios de produção. Todas as vezes quando se coloca em xeque a propriedade privada ou interesses do capital, o Estado burguês cumpri seu papel salvaguardando os negócios de sua classe representada. Como Marx (2003, p. 294) pontua analisando a Comuna de Paris: “[...] Depois de cada revolução que assinale um avanço na luta de classes, o caráter puramente repressivo do Estado aparece mais e mais abertamente”.

Estes conflitos são decorrentes do fato de que o Estado não está acima ou para além da sociedade civil, ele é fruto de suas contradições internas. Segundo Marx, analisando a indiciossabilidade entre Estado e sociedade civil,

[...] o Estado repousa na contradição entre a vida privada e a vida pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por essa razão, a atividade do Estado e da política limita-se a uma administração burocrática e burocratizante, a uma atividade formal e negativa, pois sua ação termina ali onde começa a vida civil e seu trabalho (MARX, apud BARSOTTI, 2012, p. 163).

É inegável que as contradições dentro da forma-Estado são hoje muito maiores e que a classe trabalhadora conquistou um poder de atuação na esfera pública estatal mais efetivo em relação aos primórdios do capitalismo, mas isso não invalida a necessidade de destruição da máquina de repressão da burguesia na revolução social e a construção de um novo modelo de Estado, com fins de que o mesmo seja instinto. Pois, a existência do Estado burguês representa a permanência de contradições sociais, as quais se resumem na existência de classes

sociais. O aumento do poder do Estado não emancipa a humanidade, pois é reflexo de sua contradição mais gritante e insolúvel.

3.8 – Bolívia: situação revolucionária e a dualidade de poderes

Segundo Vera Lúcia Ferlini (1998), “a revolução é o mito mais poderoso de nosso tempo. Mais que um mito, a revolução é um dado concreto da História e um elemento central do saber histórico. A autora refere-se ao conceito de revolução para além da descrição de um certo tipo de acontecimento, mas como signo de uma identificação de processo social e como exigência histórica. Porque a revolução é, sobretudo, uma declaração de preferência normativa, que tanto estabelece um projeto de ação, como implica uma interpretação das ações humanas”.

Em sua centralidade histórica, a revolução permitiu a elaboração de uma História científica, porque baseada na materialidade do conflito, expositor crítico do processo social. Gerou uma História capaz de produzir sínteses, mas, ao mesmo tempo, dentro de sua concepção dialética, capaz de apreender mudanças, contradições, limites e novas vias de ação [...] Em uma sociedade que se desenvolve baseada nas contradições de classe, História e revolução caminharam juntas, como práticas sociais concretas e diretivas e como elementos fundamentais da elaboração científica. A partir da objetividade das estruturas dadas, é preciso analisar os interesses, as vontades, os conflitos que as intitulam, que permitem sua produção e reprodução (FERLINI, 1998, p. 286).

Portanto, a vigência histórica da revolução socialista refere-se à atualidade das suas premissas objetivas e subjetivas: crise e declínio da sociedade existente e de seu correspondente regime político, existência de uma classe revolucionária, isto é, portadora de um projeto social superador, e que age objetivamente para levá-lo à prática contra o Estado que condensa, organiza e defende as atuais relações sociais (COGGIOLA, 1995).

O processo que se desenvolve de outubro de 2003 a maio-junho de 2005 forjou todas as condições objetivas para avançar rumo a uma revolução socialista. As demandas pela nacionalização da economia, greve geral em todo o país, união de ação entre o proletariado alteño (FEJUVE), os trabalhadores urbanos das principais cidades, junto aos aguerridos camponeses dirigidos pelo MAS e o amplo apoio da classe média nas cidades. Conglomeraram-se elementos que desafiaram o domínio da burguesia local e do imperialismo (que representa o interesse das multinacionais petrolíferas e gasíferas). Neste período de profunda convulsão social, o poder concentrava-se nas ruas, o Parlamento burguês não continha os ânimos; as

assembleias populares eram mais fortes em conduzir a população do que o poder institucional do Estado; estabeleceu-se a dualidade de poderes.

La premisa fundamental, económica, del socialismo, existe desde hace mucho tiempo. Pero el capitalismo no desaparecerá de la escena por sí mismo. Sólo la clase obrera pueda arrancar las fuerzas productivas de manos de los explotadores que las estrangulan. La historia nos plantea esta tarea em forma aguda. Si el proletariado se encuentra, por tal o cual razón, incapaz de derrocar a la burguesía y tomar el poder; si está, por ejemplo, paralizado por sus propios partidos y sindicatos, continuará la declinación de la economía y de la civilización, se acrecentarán las calamidades, la desesperación y la prostración se apoderarán de las masses, y el capitalismo – decrépito, putrefacto, agusanado – estrangulará a los pueblos cada vez más fuerza, arrastráolos al abismo de nuevas guerras. *No hay salvación fuera de la revolución socialista* (TROTSKY, 1996, p. 56).

Valério Arcary (2012) utiliza uma categoria, inspirado na obra de León Trotsky, para interpretar recentes levantes populares que desafiaram a ordem burguesa em várias partes do planeta, nos últimos 15 anos. A esta categoria o autor nomeia de “situação revolucionária”. Menciona que os acontecimentos recentes na América Latina (Equador, Argentina, Venezuela e Bolívia) assim como no Oriente Médio (Egito, Iemen Bahrein e Tunísia) foram processos onde se desenvolveram situações revolucionárias não triunfantes.

Situações revolucionárias não são sinônimos de revoluções vitoriosas. Uma situação revolucionária está aberta quando estão reunidas as condições para que uma revolução seja possível. Uma situação revolucionária pode ser revertida antes que seja possível uma insurreição. Revoluções políticas podem ser vitoriosas ou derrotadas, mas antes do seu desenlace existiu uma situação revolucionária (ARCARY, 2012, p. 179).

Outro importante conceito utilizado por este autor e nos ajuda a compreender os recentes processo de agitação social no mundo é o de “ondas revolucionárias”. Baseado no fato de que quando uma situação revolucionária se abre em determinado país, a probabilidade de que ela se exceda aos países vizinhos que atravessam circunstâncias semelhantes, na forma de uma onda de contágio, é grande. Ele denomina isso de “efeito dominó”. Em 2011, a situação revolucionária na Tunísia se alastrou por vários países do Oriente Médio, assim como na América do Sul entre 2000-2005, tivemos a mesmo contexto espalhando-se por diversos países.

Estas categorias aqui propostas por Arcary estão inspiradas na teoria da revolução permanente de León Trotsky. O padrão das “ondas revolucionárias” foi em certa medida regional, às vezes semi-continental, contudo, a tendência histórica

sugere que a revolução política e social da época contemporânea seja um fenômeno que deve ser analisado na sua dimensão mundial (ARCARY, 2012).

As revoluções colocam-se em marcha quando as condições objetivas e subjetivas estão amadurecidas o suficiente. Nesta relação dialética em determinadas situações históricas as condições predominantes tendem a pender para um lado ou para o outro. Ou seja, em determinadas ocasiões as condições objetivas estão mais desenvolvidas formando as subjetivas ou vice-versa. Arcary (2012), relata que para a social-democracia, tendo Kautsky como principal expoente, as condições objetivas seriam mais predominantes. Já para os bolcheviques – Lênin e Trotsky, privilegiavam as condições subjetivas. De todo modo nenhuma das duas vertentes privilegia unilateralmente apenas um fator. Arcary advoga a tese da segunda corrente ao relatar que a “situação de classe” tem mais relevância neste processo do que a “posição de classe”. Porque em política, isto é, nos tempos curtos, não são as condições de existência das classes, mas a sua disposição para lutar por seus interesses que decide as relações de forças. Daí, o autor cita exemplos como o maio de 1968 na França, onde o trabalhador médio alimentava-se muito bem em um contexto de Welfare State e mesmo assim teve disposição para desempenhar uma intensa luta contra a ordem cultural e socialmente estabelecida. Ou seja, a pobreza material extrema não é um fator determinante.

[...] Os trabalhadores urbanos não lutam somente quando têm fome, mas porque há injustiça e tirania no mundo. Lutam para defender as suas condições precárias de vida, quando compreendem que até elas estão ameaçadas. As grandes lutas populares em sociedades urbanizadas deram um salto, sempre e quando os governos decidiram medir forças com os trabalhadores e lhes impor, cirurgicamente, uma destruição de seu modo de vida (ARCARY, 2012, p. 183).

Uma revolução coloca-se em curso quando se reúnem as condições objetivas – uma crise nacional, como definia Lênin – ou seja, quando há uma percepção generalizada de que a nação entrou em decadência, e as condições subjetivas, quando o proletariado e suas subdivisões sociais demonstram disposição revolucionária de luta. Essas condições amadurecem em ritmos desiguais em cada experiência histórica concreta. Revoluções não tiveram como causa somente a penúria, mas o agravamento da desigualdade social e a opressão política (ARCARY, 2012).

Neste sentido, afirmamos que na Bolívia de 2003 a 2005 havia uma situação revolucionária em curso. Uma incrível disposição do proletariado do país aliado ao campesinato, defendendo bandeiras que somente são possíveis de realizar-se na superação do capitalismo: nacionalização total dos hidrocarbonetos, sem indenizações às empresas expropriadas; fora as multinacionais; terra para os camponeses; emprego; autodeterminação para as nacionalidades indígenas; a defesa do cultivo da folha de coca como uma bandeira de autodeterminação e anti-imperialista; a luta contra a privatização dos serviços públicos e dos recursos naturais, dentre eles a água; gás para os bolivianos, não para os estrangeiros, etc.

Não faltou disposição das massas por esta luta que se espalhou por todo país, naufragado em uma profunda crise política, econômica e de legitimidade por parte do governo vigente. Várias instituições de luta foram forjadas no calor destes acontecimentos, muitas delas passaram por cima dos sindicatos e partidos de esquerda tradicionais que, em alguns casos, tentavam conter as chamadas da indignação e revolta. Esteve aprofundada a relação entre condições objetivas (desemprego em massa, economia informal como alternativa, venda do patrimônio público, perda dos recursos naturais e suas principais riquezas para o imperialismo) e subjetivas (greve geral em diversas ocasiões, sindicatos, partidos de esquerda e organizações camponesas em coalizão por um interesse comum, disposição de enfrentamento com as variadas forças de repressão do Estado, união do proletariado mineiro, do subproletariado alteño com as diversas organizações camponesas, quebra do pacto campesino-militar).

Além disso, precisamos compreender que esta situação revolucionária esteve contextualizada com outros episódios em países vizinhos no mesmo período histórico. A ascensão dos novos movimentos sociais e a luta contra o neoliberalismo e seus ditames econômicos unificou a luta em diversas nações sob a bandeira da possibilidade de um outro mundo, que em última instância pensava-se no socialismo, mesmo que a ideia de um socialismo do século XXI seja uma aspiração reformista por seus difusores. A propagação do socialismo do século XXI foi uma fuga reformista das verdadeiras demandas de luta em todo o continente que perpassa pelas tarefas até hoje não realizadas: a luta pela soberania nacional anti-imperialista e pela democracia. Tarefas estas que apenas a classe trabalhadora pode concretizar devido ao desenvolvimento desigual e combinado do nosso capitalismo dependente.

O cerco a La Paz por duas vezes, em outubro de 2003 e junho de 2005, depondo os dois presidentes que se encontravam nestes momentos, demonstra o quão radical foi este processo. Milhões de pessoas nas ruas paralisando todo o país, exigindo profundas mudanças sistêmicas não é uma questão pontual de luta apenas por demandas pontuais. Estava em jogo ali, a mudança de uma estrutura social que esteve em vigor por toda a república moderna boliviana: do regime da Rosca ao neoliberalismo de Goni (1936-2003).

Neste acirramento de tensão entre as classes em luta pelo poder e hegemonia social, surge um momento de dualidade de poderes. A classe trabalhadora impõe sua própria “democracia”, através das assembleias populares nos bairros, nos sindicatos e entre os camponeses. “A democracia burguesa – a ditadura da classe dominante” (LÊNIN,1986) – perde sua legitimidade perante a sociedade, intensifica-se o conflito; os explorados tentam levar adiante suas demandas que contestam o domínio da burguesia e da aristocracia agrária (ligadas ao capital estrangeiro). A democracia direta exercida pelos oprimidos rompe os grilhões que prendem a população em suas casas. As massas sublevam-se, ganham as ruas, surgem os conflitos armados. No auge desse processo, formam-se as milícias operárias que defendem a população contra o exército e as coalizões de mercenários que, a serviço da classe dominante, tentam destruir a insurreição, antes que o regime burguês esfacele-se por completo.

Na sociedade burguesa existem sempre classes antagônicas; e a classe desprovida de poder esforça-se, inevitavelmente, para fazer pender para seu lado, em certo grau, o curso do Estado. Isso não significa, porém de modo algum, que na sociedade reine uma dualidade ou pluralidade de poderes. O caráter de um regime político é diretamente determinado pela relação das classes oprimidas com as classes dominantes. A unidade de poder, condição absoluta para a estabilidade de qualquer regime, subsiste enquanto a classe dominante consegue impor à sociedade inteira as suas formas econômicas e políticas, como as únicas possíveis (TROTSKY, 1978).

A preparação histórica da revolução conduz no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores. É este o ponto de partida da dualidade de poderes, em qualquer revolução (TROTSKY, 1978, p. 185).

A dualidade de poderes revela-se quando as classes inimigas apoiam-se em organizações estatais, incompatíveis desde seus alicerces – ambas, a cada passo, repelem-se no âmbito da direção do país. A parte do poder obtido, em tais condições, pelas classes em luta, é determinada pela relação entre as forças e as fases da luta (TROTSKY, 1978).

Nos períodos de dualidade de poder, a classe trabalhadora molda-se em um novo caráter político que consiste em um poder que se apoia na luta revolucionária, na iniciativa imediata das massas populares vindas de baixo, e não na lei promulgada por um poder de Estado centralizado. É um poder de um gênero completamente diferente do poder que geralmente existe nas repúblicas parlamentares democrático-burguesas. A fonte do poder não está numa lei previamente discutida e aprovada pelo parlamento, mas na iniciativa direta das massas populares partindo de suas bases (LÊNIN, 1980).

Segundo Novak (2009), no caso boliviano ocorreu uma recomposição da estrutura de dominação burguesa através de um regime de “frente popular” ou também chamado: “colaboração de classes”. Um governo amplamente sustentado pelas instituições da classe trabalhadora (o partido, os sindicatos, federações camponesas), mas que fica limitado a governar numa estrutura social, econômica e política dirigida pela burguesia; e, por conseguinte, não consegue implementar as reformas mais profundas das quais a classe trabalhadora necessita. A colaboração de classes submete a classe trabalhadora ao domínio do seu inimigo, num regime de conciliação, no qual suas ações de luta são dificultadas devido ao atrelamento dos sindicatos e demais instituições ao governo.

Revolução e reforma foram as formas que assumiu a mudança nas sociedades contemporâneas. Foi quando a disposição revolucionária das massas em luta ameaçava destruir a ordem vigente que as classes dominantes aceitaram a negociação de reformas. Uma sociedade em crise não pode continuar inerte. Uma sociedade em crise vive a ameaça da decadência no abismo da estagnação, da degeneração das relações sociais, da regressão histórica, ou seja, da barbárie (ARCARY, 2006).

A pulsação da crise acorda as melhores forças da sociedade, desperta os sujeitos sociais explorados e inflama seus aliados oprimidos. A iminência da possível vitória atrai para os combates decisivos milhões até então inativos. Os últimos a aceitar a luta frontal

foram, incontáveis vezes, os mais determinados na primeira linha. Nas horas cruciais, multidões entorpecidas durante anos e décadas exaltam-se com a possibilidade da revolução. Existiram, porém, diferentes revoluções. Revoluções políticas, que derrubam um governo ou regime, e revoluções sociais, que derrubam um Estado e alteram as relações sociais. Situações revolucionárias podem ser abortadas e se perder. Uma revolução em marcha pode estagnar e ser derrotada. Uma crise pode ou não encontrar uma solução progressiva. A história não tem favoritismo (ARCARY, 2006, p. 258).

A classe trabalhadora boliviana não avançou à tomada do poder ou na constituição de um Estado socialista, mas o enriquecimento de suas experiências adquiridas poderá abrir um caminho distinto em suas próximas jornadas de luta . As condições objetivas para isso estão dadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Bolívia com o neoliberalismo demonstra as dificuldades de criar alternativas de resistência em países com relações de poder altamente desiguais, histórias de instabilidade política extrema, estilos de política de confrontação e aguda dependência econômica. As instituições internacionais que implementaram o neoliberalismo na Bolívia tentaram reduzir as complexas realidades políticas da situação de pobreza a simples problemas técnicos.

Enfrentando a contradição entre mercado e democracia, um modelo que minimiza o papel econômico do Estado, no tocante aos gastos sociais, é pouco apropriado para um país que permanece extremamente pobre depois de haver proporcionado matérias primas durante 500 anos aos mercados globais. As elites bolivianas entregaram por diversas vezes os recursos do país ao saque e espoliação colonial e imperialista. Na ausência de uma estrutura de regulação adequada e de capacidades suficientemente desenvolvidas para negociar com os interesses estrangeiros trouxe como resultado uma política de “capitalização” que proporcionou uma maior dependência econômica e a transferência de rendas do setor público para o privado.

Privatizaram os sistemas de água públicos e as valiosas reservas de petróleo e gás nas mãos de empresas estrangeiras. Sob o mesmo modelo, venderam as empresas estatais. Cortaram o gasto público e elevaram os impostos para poder pagar a dívida externa. A privatização da água elevou as tarifas e impôs preço a um dos recursos essenciais para a vida que está fora do alcance de muitos. A entrega do controle do gás e petróleo a corporações multinacionais nunca produziu os recursos e fontes de trabalho que os defensores prometeram, ao contrário, causou desastres ambientais de elevadas proporções.

Como resultado do fracasso dos mercados relativamente livres em melhorar os padrões de vida da população, produziu uma queda na confiança dos bolivianos no regime representativo democrático burguês, refletindo uma tendência por toda América Latina. Um estudo da Corte Nacional Eleitoral (2005) demonstrou que 65% dos bolivianos não creem que se sintam representados pelo Parlamento.

Esta insatisfação gerou uma abertura de um período de intensas lutas sociais contra os efeitos da política neoliberal e da globalização financeira, que incrementa o processo de dominação econômica dos países semicoloniais de

capitalismo dependente. Podemos compreender a Guerra da Água (2000), a Guerra do Gás (2003) e a queda de Carlos Mesa (2005) como acontecimentos que se entrecruzam e continuam em uma espiral dialética. O processo de formação de organismos autônomos de poder social coeso e de ampla representatividade de base esteve em crescente desenvolvimento. A Coordenadoria da Água, em Cochabamba, as organizações em El Alto: FEJUVE e COR. O MIP e o MAS de Felipe Quispe e Evo Morales representavam o movimento indígena-campesino.

Segundo Silvia Novak e Pablo Mamani, nos momentos de profunda crise política⁴⁴, as organizações de base (principalmente as de El Atlo) funcionavam como organismos de duplo poder. As ruas ditavam o ritmo do processo. O Parlamento não decidia mais os rumos da sociedade. Estes autores destacam a importância de um elevado desenvolvimento da representação direta, não burocrática nestas organizações. No calor da luta não poderia haver espaço para discursos desmobilizadores. Todos os dirigentes contrários à greve e à interdição de rua foram depostos pelas bases insatisfeitas em El Alto. A democracia de base triunfou, através do poder coeso das assembleias populares.

Há divergências a respeito do caráter destas manifestações populares na Bolívia. Benjamin Dangl, Jim Schultz e Melissa Draper revelam o caráter de um povo que lutava apenas contra o neoliberalismo e pela Constituição de um governo mais “democrático”, o grupo de intelectuais que veem nestes episódios uma demanda por reformas sociais (que não contrapõem a experiência do Parlamento burguês) por parte da população. Por mais que ressaltem o complexo mecanismo de auto-gestão operária por parte das organizações de base, não veem nestes eventos uma característica revolucionária ou radicalizada das massas ao ponto de por em questão o domínio burguês. Em contrapartida, Silvia Novak, Pablo Mamani e Pablo Regalsky defendem a ideia de uma ampla radicalização das massas, uma revolta não apenas contra as políticas neoliberais, mas contra todo o aparato de dominação burguês e imperialista.

Para Silvia Novak, o proletariado boliviano não triunfou devido a uma crise de subjetividade, onde faltou a formação de organismos no seio das massas radicalizadas maduros ao ponto de fazer pender para o lado da revolução socialista o poder do Estado. Pablo Regalsky enfatiza o caráter de traição do MAS e demais correntes e organizações que representavam a classe trabalhadora. Primeiramente,

⁴⁴ Durante as Guerras da Água e do Gás

quando a radicalização atingiu seu apogeu em 2003, no primeiro cerco a La Paz, Morales e Quispe deram uma trégua ao regime burguês de 90 dias. Defenderam que Carlos Mesa fosse empossado presidente. Porém, Mesa não representava nenhuma alternativa em relação a Goni, pois era seu vice-presidente, além de pertencer a uma das famílias mais aristocráticas da Bolívia; a prova disso foi sua queda 16 meses após sua ascensão. No segundo cerco a La Paz em 2005, o MAS chamou eleições e garantiu a formação da Assembleia Constituinte. Segundo Regalsky, Morales agiu para garantir sua eleição e não pretendia radicalizar o processo, mesmo que houvesse condições objetivas para tal feito. Pablo Mamani identifica no caudilhismo indígena o maior problema para o triunfo de um processo revolucionário. Morales seria esta figura carismática que arrebatou a atenção e submissão das massas camponesas para a reconstituição do aparelho do Estado burguês.

Simpatizamos mais com o segundo grupo de autores, principalmente depois de nossa pesquisa de campo realizada na Bolívia. Ao longo do século XX, as revoluções triunfantes nem sempre tiveram um programa socialista claro, ou até mesmo o socialismo não era o fim esperado. A questão posta a prova pela história é que a realização da maioria das demandas que possam beneficiar amplamente a classe trabalhadora remete a uma necessidade de transição socialista. Tomemos como exemplo a revolução russa, nela estava em jogo pão, terra e paz, anseios estes inviáveis durante o governo provisório de Kerenski. Foi necessário o avanço da revolução democrática realizável somente através de um viés socialista. A revolução cubana foi inicialmente nacional-democrática e as condições da política mundial, no período de Guerra Fria, empurraram-na ao socialismo.

Daí, no contexto boliviano ter-se aberto, segundo Valério Arcary, uma situação revolucionária, o que outros chamam de período pré-revolucionário. As demandas de nacionalização total dos hidrocarbonetos sem indenização às empresas transnacionais usurpadoras, bem como a nacionalização da economia como um todo é viável somente em uma modelo de transição socialista. Por isso, a necessidade objetiva dos povos explorados remete a uma luta socialista, mesmo que este processo não esteja muito consciente no curso dos acontecimentos. Os anseios por democracia e soberania nacional em nosso continente são realizáveis apenas por meio da revolução socialista, esta é a tese de autores como Florestan Fernandes.

Nem toda situação revolucionária ou processo pré-revolucionário avança ao triunfo socialista, a correlação de forças políticas e ideológicas definem os rumos da revolução. Na Bolívia em 1952 houve uma revolução que redundou no poder nacionalista do MNR que não contestou a propriedade privada. Nas jornadas de 2003-2005 todo esse processo de radicalização de massa gerou profundos câmbios sociais no país, mesmo que não tenha se configurado uma revolução socialista.

Vivemos em um contexto global onde a lógica capitalista cria a base para toda uma barbárie social (quadro este que tende a se aprofundar com esta crise insolúvel desde 1970). Porém, ao mesmo tempo, cria as bases do contrário desta barbárie: a revolução socialista mundial. O internacionalismo proletário é recolocado sobre bases objetivas pelo atual processo de capital, incluindo a crise que, nos seus desdobramento provoca penúrias e sobrecarrega a classe trabalhadora.

A transformação da realidade constitui o problema central do método materialista histórico. Segundo Marx (2003, p. 24), “em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura”.

A globalização, a mundialização financeira, a financeirização da economia, as diretrizes neoliberais são expressões político-econômicos e ideológicos da internacionalização sem precedentes das forças produtivas, e de sua completa inadequação à sobrevivência dos Estados nacionais. Estes fenômenos são desdobramentos da concentração de forças e reestruturação do domínio imperialista sob hegemonia estadunidense por todo o mundo. As revoltas populares desencadeadas desse processo é a expressão de um fenômeno universal: a revolta das forças produtivas da humanidade contra o anacronismo capitalista, revolta à qual apenas o proletariado tem as condições de dar uma expressão política progressista, a revolução, esta possibilidade no horizonte histórico como a única alternativa à barbárie.

Este trabalho fala um pouco disso, os acontecimentos recentes na Bolívia são pequenas extensões a respeito de todo esse debate.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A et al. La intencionalidad del ajuste en Bolivia, La Paz, CEDLA, 1992.

ALMEIDA, L.F. Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo no século XXI. Revista Lutas Sociais nº 28 (p. 114-130). São Paulo, PUC-NEILS, 2012.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9 – 23.

ANDRADE, E. O. Os camponeses e a reforma agrária boliviana de 1953. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). História e Revolução. São Paulo: Xamã, 1998.

ARCARY, V. O encontro da história com a revolução: Socialismo como projeto na tradição marxista. São Paulo: Sundermann/Xamã, 2006.

_____. Trotsky e as crises econômicas do capitalismo: uma análise em perspectiva histórica. Revista Lutas Sociais nº 28 (p. 178-191). São Paulo, PUC-NEILS, 2012.

ARCEO, E. El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina. Estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. In: ARCEO, Enrique.; BASUALDO, Eduardo (Orgs.). Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 27-65.

BARSOTTI, P. Jacobinismo e Bonapartismo em Marx. Revista Lutas Sociais nº 28 (p. 161-178). São Paulo, PUC-NEILS, 2012.

BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial.

BORÓN, A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). Pós-Neoliberalismo II - Que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999 (p. 7-61).

BOITO JR, A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

_____. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003. p. 43 – 70.

COGGIOLA, O. A atualidade da revolução proletária. Revista Crítica Marxista. São Paulo, nº 02, p. 140-166, 1995. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/cm_2.7.pdf / Último acesso: 20/03/2012.

_____. Globalização e alternativa socialista. In: COGGIOLA, O. Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. Neoliberalismo – Futuro do Capitalismo? In: KATZ, C. e COGGIOLA, O. (orgs.) Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996.

CONAGHAN, C.M; MALLOY, J.M. Democracia y neoliberalismo en el Andes. Cochabamba: CEDIB, 1994.

CRABTREE, J. Perfis de la protesta, 2006

CRUZ, S. V. Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DANGL, B. El precio del fuego: Las luchas por los recursos naturales y los movimientos sociales en Bolivia. La Paz: Plural editores, 2009.

DRAPER, M. e SHULTZ, J. Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana. La Paz: Plural editores, 2008

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003a. p. 15 – 42.

_____. Uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003b. p. 93 – 114.

_____. O imperialismo na era neoliberal. Crítica Marxista, n. 18, 2004.

DUNKERLEY, J. La transición política y estabilización económica en Bolivia. La Paz: CEDOIN, 1994

EAGLETON, T. Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pósmodernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, F. Origem da família, propriedade privada e do Estado. In. FERNANDES, Florestan (Org). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 2003

FARTHING, L; VILLEGAS, C. Después de la crisis. La Paz, CEDOIN, 1991

FERLINI, V. L. A. História e revolução: atualidade de uma relação. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). História e Revolução. São Paulo: Xamã, 1998.

FERNÁNDEZ, J. Fondo Monetario Internacional, Banco Mundial y Estado neocolonial: poder supranacional en Bolivia. La Paz: Plural Editores, 2003.

FERNÁNDEZ, O. et al. Los regantes de Cochabamba en la Guerra del Agua: Presión social y negociación. Cochabamba: CESU-UMSS, 2004.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. Revista Debates, Porto Alegre, vol.2, n°.2, p. 8 -24, 2008.

GOMES E SOUZA, J. Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal: apontamentos para a reflexão do caso boliviano. São Paulo, 2008

KOHL, B. y FARTHNG, L. El bumerán boliviano. La Paz: Plural editores, 2007.

KOROL, C. La formación política de los movimientos populares lationamericanos. OSAL, año VIII, n° 22, p. 227 – 240, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Korol.pdf> Acesso em: 10/05/2008.

KRUSE, T. La Guerra del Agua en Cochabamba, Bolívia: Terrenos complejos, convergencias nuevas. In: *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

KRUSE, T. La políticas de ajuste estructural y las ONGs: una mirada del caso boliviano. Cochabamba: UMSS, 1994.

LENINE, V.I. Estado e Revolução. Obras Escolhidas vol. 02. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. Sobre a Dualidade de Poderes. Obras Escolhidas vol. 02. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LINERA, A. G. et al. El retorno de la Bolivia plebeya. La Paz: Comuna, 2000.

_____. Sociología de los movimientos sociales en Bolivia. La Paz, Diakonia, 2004.

LOWY, M. (Org.). Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias. São Paulo, Xamã, 2000.

_____. O Marxismo na América Latina: uma ontologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MACHADO, E. Lutas e resistências na América Latina hoje. Lutas & Resistências, Londrina, vol.1, p. 12 – 24, 2006.

_____. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas antisistêmicas? Lutas Sociais. São Paulo, n. 23, p. 32 -42, 2009.

MAMANI, P. Geopolíticas Indígenas. El Alto: CADES, 2005

_____ Microgobiernos barriales, 2004

MANDEL, E. O capitalismo tardio. Segunda Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. O que é a Comuna? – A guerra civil na França. In. FERNANDES, Florestan (Org). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 2003

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2000.

_____ . A Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. Obras Escolhidas – vol. 03 – Teses sobre Feuerbach; Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MEDEIROS, C. Civilizar al popular: la ley de participación popular y el diseño de una nueva sociedad en la década de 1990 en Bolivia. In: Revista Crítica de la Antropología (p. 28-39), 2001.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. Lua Nova, São Paulo, CEDEC, n.17, p.49-66, 1989.

MESZAROS, Istvan. O século XXI: socialismo ou barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOVAK, S. et al. Bolívia: una revolución traicionada. Buenos Aires: Rudolph Klement, 2009.

O'CONNOR, J. U.S.A: A Crise do estado Capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERICÁS, L. B. Revista Lutas Sociais. São Paulo, nº 03, p. 109-122 NEILS, 1997.

PETIT, M. Jornal El Socialista. La Paz, 26 de março de 2006.

PETRAS, J. Império e políticas revolucionárias na América Latina. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999

PINHEIRO, J. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. Lutas Sociais, São Paulo, nº. 17/18, 130 – 142, 2007.

QUIÑÓNEZ, O. C. Bolívia la Nueva: El despertar de un acto de ilusión. In: Temas Sociales – Foro YPF versus capitalización. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, Facultad de Ciências Sociais, 2001.

QUIROGA, C.V. Privatización de la Industria Petrolera en Bolivia: Trajetoria y efectos tributários. La Paz: Plural Editores, 2002.

REGALSKY, P. Bolívia na encruzilhada: o governo Morales e a política indígena. *Outubro*, São Paulo, n. 15, p. 45-78, 1º sem. 2007.

ROBINS, N. A. Conflictos políticos y movimientos sociales en Bolivia . Plural editores, 2006.

SACHS, J. El hiperinflación boliviana. en *Revista económica americana* (77-123), 1987.

SAUCEDO, A.D. Los desafíos de la participación popular. La Paz: CEBEM, 1999.

SANJINÉS, J. Movimientos sociales y cambio político en Bolivia. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, año/vol.10, n. 001, p. 203 – 218, 2004.

SILVA, I. G. Lutas sociais na Bolívia e o protagonismo dos movimentos sociais anti-sistêmicos. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís: número especial, (p. 279-284), agosto/2010.

SHULTZ, J. La guerra del agua en Cochabamba y sus secuelas. In: DRAPER, M. e SHULTZ, J. *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*.

TAPIA, L. *Memorias de octubre*. La Paz: Muela del Diablo, 2004.

TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa - Tomo I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *?Adonde va Francia?* Buenos Aires: Editora Antídoto, 1996.

_____. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TOURAINÉ, A. “Os novos conflitos sociais – para evitar mal-entendidos”. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n.17, p.5-18, 1989.

_____. *Como sair do liberalismo?* Bauru: EDUSC, 1999. p. 160.

VAKALOULIS, M. Antagonismo social e ação coletiva. In: In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 126- 140.

ZIBECHI, R. *Dispersar el poder: los movimientos como poderes antiestatales*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006

_____. *El Alto: Una Palabra de la diferencia*, 2005.

_____. *Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios*. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 198-208.